



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

O Processo de Implementação das Compras Públicas Eletrónicas e as suas Dificuldades de Implementação

Maria Gomes Campos Andrada Piteira Martins

Orientador: Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto

Coorientador: Professora Doutora Maria Helena Monteiro

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em MPA - Administração Pública

Lisboa
2015

VALORIZAMOS PESSOAS



**Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas**
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**O Processo de Implementação das Compras Públicas Eletrónicas e as suas Dificuldades
de Implementação**

Maria Gomes Campos Andrada Piteira Martins

Orientador: Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto

Coorientador: Professora Doutora Maria Helena Monteiro

MPA – Mestrado em Administração Pública

Especialização – Administração Pública

Lisboa, 2015

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto, meu orientador, pelo constante enriquecimento, acompanhamento e disponibilidade demonstrada durante a elaboração deste trabalho, contribuindo sempre pela sua melhoria. Quero também agradecer à Professora Doutora Maria Helena Monteiro, minha coorientadora, pelo apoio e colaboração que demonstrou durante a realização deste estudo.

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) quero deixar o meu muito obrigado, por me ter disponibilizado todos os meios necessários para a realização e execução deste trabalho que é de grande importância e préstimo para a minha vida profissional presente e futura.

Não posso deixar de destacar a Dra. Rute Manaia, minha coordenadora, pois a pertença à sua equipa proporcionou e facilitou a escolha deste tema. Agradeço, ainda, todo o seu apoio, constante compreensão e disponibilidade demonstrados durante este período.

A todos os entrevistados, pela sua colaboração e o tempo dispensado aquando da realização das entrevistas, tendo estas sido de grande relevância e mais-valia para a melhor compreensão do tema.

Agradeço ainda aos meus amigos, cruciais apoiantes e motivadores nesta realização.

À minha família, em especial aos meus Pais e Sogros, por estarem sempre pronto ajudar e a encorajar durante este caminho.

Finalmente e da maior e especial importância ao meu Marido pela companhia permanente, ajuda, disponibilidade, motivação e apoio incondicional, o meu maior Obrigada!

Resumo

A contratação pública tem vindo a assumir maior importância, por ser um dos grandes consumidores do orçamento público.

Para o processo de contratação pública são utilizadas plataformas eletrónicas, que têm como objetivos entregar a este processo maior transparência, encurtamento de prazos, simplificação e desmaterialização processual.

Este trabalho procurou analisar o processo de implementação das Compras Públicas Eletrónicas na Administração Pública Central Portuguesa e identificar eventuais dificuldades. Para o efeito, recorreu-se a uma abordagem qualitativa, que envolveu a análise documental de documentos oficiais e análise de conteúdo de entrevistas a empresas responsáveis pelas plataforma e a utilizadores destes sistemas.

Deste modo, concluiu-se que a Contratação Pública Eletrónica em Portugal foi concretizada, no entanto a sua manutenção pode ser posta em causa, pelo facto de se ter identificado falhas entre os pressupostos do Código dos Contratos Públicos (CCP), regulador desta forma de contratação e a sua efetivação.

Em suma, este estudo permitiu verificar que a redução de tempo e de custos, o aumento da transparência, a simplificação processual e o contributo para a redução do risco de corrupção foram conseguidos. No entanto, o aumento da concorrência, a desmaterialização e atualização da legislação são problemas que fragilizam a Contratação Pública Eletrónica em Portugal.

Palavras-Chave: Contratação Pública Eletrónica; Plataformas Eletrónicas de Compras Públicas, Código dos Contratos Públicos, Administração Pública

Abstract:

The public procurement has been assuming a larger relevance, mainly because of the fact that it is one of the biggest consumers of the public budget.

For that process, there are used electronic platforms, that aim to achieve more transparency, shortening of deadlines, simplification and procedural dematerialization.

This essay meant to analyse the electronic public procurement implementation process in the Portuguese Central Public Administration and identify eventual difficulties. For that, it was used a qualitative approach, that involved the analysis of official documents and content analysis of the interviews applied to the enterprises that are responsible for the platforms and to users of these systems.

As such, it is concluded that the implementation of the electronic public procurement in Portugal was accomplished, however, its maintenance could be affected by different failures identified in the Public Contract Code, that rules this kind of procurement and its application.

To sum up, this study allowed to sustain that the reduction of time and costs, the augment of transparency, procedural simplification and the contribution to the reduction of risks with corruption was achieved. Nevertheless, the augment of competitiveness, dematerialisation and regulation updates are problems that affect the electronic public procurement in Portugal.

Key-Words: *Electronic Public Procurement; Electronic Public Procurement Platforms; Public Contract Code; e-Procurement; Public Administration*

Índice

1. Introdução.....	1
1.1 Relevância.....	1
1.2 Objetivo e Problema.....	2
2. Enquadramento Teórico.....	3
2.1 Sociedade de Informação.....	3
2.2 <i>New Public Management</i> (NPM).....	5
2.3 Governo Eletrónico (<i>E-Government</i>).....	8
2.4 <i>E-Procurement</i>	12
2.5 Contratação Pública Eletrónica.....	15
2.5.1 Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.....	17
2.5.1.1 Princípios para a Apresentação de Proposta/Candidatura/Solução.....	17
2.5.1.2 Regras para a Apresentação de Proposta/Candidatura/Solução.....	18
2.5.2 Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho.....	23
2.5.2.1 Regras para a Utilização das Plataformas Eletrónicas.....	23
2.5.2.2 Portal dos Contratos Públicos.....	26
2.5.3 Supervisão das Plataformas Eletrónicas.....	27
3. Metodologia.....	29
3.1 Modelo de Análise.....	29
3.2 Caracterização do Estudo.....	29
3.3 Técnicas de Recolha de Dados.....	30
3.3.1 Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental.....	30
3.3.2 Entrevista.....	30
4. Discussão de Resultados.....	31
4.1 Análise Documental.....	31
4.2 Análise e Discussão de Resultados das Entrevistas.....	36
4.2.1 Análise e Discussão de Resultados das Entrevistas aplicadas aos Superiores Hierárquicos da Vortal.....	36
4.2.2 Análise e Discussão de Resultados das Entrevistas aplicadas aos Superiores Hierárquicos da Gatewit.....	40
5. Conclusão.....	53

5.1 Limitações do Estudo.....	57
5.2 Pesquisas Futuras.....	58
6. Bibliografia.....	59
6.1 Fontes Bibliográficas.....	59
6.2 Fontes de Legislação.....	69
Anexos.....	72
Anexo I: Entidades Credenciadas.....	73
Anexo II: Levantamento de Legislação Europeia e Nacional.....	75
Anexo III: Guião de Entrevista a aplicar aos Responsáveis Hierárquicos das Empresas de Plataformas Eletrónicas.....	83
Anexo IV: Guião de Entrevista a aplicar aos Superiores Hierárquicos Ligados à Área de Aprovisionamento Utilizadores de Plataformas Eletrónicas.....	85
Anexo V: Transcrição da Entrevista da Vortal.....	86
Anexo VI: Transcrição da Entrevista na Gatewit.....	109
Anexo VII: Transcrição da Entrevista no Hospital de S. José.....	113
Anexo VIII: Transcrição da Entrevista no SIMAS.....	125
Anexo IX: Transcrição da Entrevista no INIAV.....	132
Anexo X: Transcrição da Entrevista no ISCSP.....	147

Índice de Figuras

Figura I: Plataformas eletrónicas certificadas pelo CEGER.....	28
---	----

Índice de Quadros

Quadro I: Características do NPM.....	7
Quadro II: Entidades Certificadas em Portugal.....	20
Quadro III: Entidades Certificadoras que Emitem Certificados Qualificados ao Público....	21
Quadro IV: Entidades Certificadoras de Validação Cronológica.....	24
Quadro V: Resultado das Entrevistas às Empresas de Plataformas Eletrónicas.....	37
Quadro VI: Resultado das Entrevistas aos Utilizadores de Plataformas Eletrónicas.....	43

Lista de Siglas

ANS: Autoridade Nacional de Segurança

APDSI: Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação

BI: Bilhete de Identidade

CCE: Comissão das Comunidades Europeias

CCP: Código dos Contratos Públicos

CE: Comissão Europeia

CEGER: Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

ESPAP: Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

InCI: Instituto da Construção e do Imobiliário

INIAV: Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária I.P

ISCSP: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ISO's: International Organization for Standardization (Certificados de Qualidade)

NIPC: Número de Identificação de Pessoas Coletiva

NPM: *New Public Management*

OCDE: Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico

PNCE: Programa Nacional de Compras Eletrónicas

SCEE: Sistema de Credenciação Eletrónica do Estado

TIC: Tecnologias de Informação e Conhecimento

UMIC: Unidade de Missão Inovação e Conhecimento

1. Introdução

A rápida difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que atualmente são parte integrante do nosso quotidiano, motivou a realização de ajustamentos de ordem social e empresarial, face às possíveis mais-valias que estas apresentavam, nomeadamente na criação de emprego, melhoria da economia e ainda na eficiência (CE, 2014). Assim, a Europa, segundo CCE (2000a), considerou ser necessário “ (...) explorar rapidamente as oportunidades da nova economia, nomeadamente a Internet.” (p. 2), tal como reflete o *eEurope 2002*.

Neste seguimento, a União Europeia criou diversos Planos de Ação com o intuito de estimular a implementação das TIC em áreas como a Educação, Administração Pública, Justiça e Saúde. Em suma, pretendia-se através da afirmação da Sociedade de Informação implementar o conceito *e-government* que promove a aproximação do Governo aos cidadãos, contribuindo para a modernização da Administração Pública (CCE, 2000b).

A contratação Pública Eletrónica enfoque do nosso estudo é uma das matérias cujo sucesso influenciará o êxito da implementação do *e-government*. Deste modo, procurar-se-á conhecer a materialização das diretrizes da União Europeia sobre este processo nos Estados Membros, em específico na Administração Pública Central Portuguesa e paralelamente, identificar as principais dificuldades deste processo.

1.1 Relevância

A contratação pública eletrónica assume, entre outras premissas, promover a utilização das TIC, procurando ir ao encontro dos objetivos do *New Public Management* (NPM), que prevê no seu conceito a aplicação de tecnologias de informação e comunicação (Bilhim, 2008).

Nos anos oitenta, assiste-se a uma tendência para a extinção da Administração Pública tradicional, ligada aos pressupostos do modelo burocrático, por não se ajustar à era da competitividade, da globalização e das novas tecnologias (Carvalho, 2007). Em resposta a esta realidade, surge o *New Public Management* (NPM), que segundo Carvalho (2007) reúne, no seu âmbito, vários objetivos, entre eles “ (...) a eficiência, a busca de uma máquina administrativa menos dispendiosa e/ou mais produtiva.” (p. 5).

Nesta óptica e tendo como objetivo a simplificação e desmaterialização do processo de contratação pública em Portugal é concebido o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, prevendo-se no seu âmbito “ (...) o objetivo de introduzir um maior rigor e celeridade em matéria de contratação pública e de

execução de contratos administrativos, tendo em conta a relevância da atividade administrativa contratualizada, bem como a indispensabilidade do controlo da despesa pública.” (p. 754). O 2º inquérito nacional sobre a contratação pública eletrónica, elaborado pela APMEP – Associação Portuguesa dos Mercados Públicos, confirma a eficiência do CCP ao permitir, no seu âmbito, concluir que o CCP possibilita a desburocratização dos processos aquisitivos, poupança de tempo, de custos e ainda maior transparência e concorrência (Tavares, Rosa, Graça, Costa e Tavares, 2011).

No entanto, esta eficiência não é denotada por todos os agentes que estão implicados no processo da contratação pública eletrónica, como é o caso da FEPIOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas que considera que o CCP falhou na adequação da legislação ao tempo atual, chegando a referir que os objetivos pelos quais se comprometeu foram postos em causa, nomeadamente a concorrência do setor da construção (FEPIOP, 2008).

Independentemente das controvérsias, esta lei é de aplicação obrigatória e ganha maior destaque pela crise conjuntural e estrutural que Portugal enfrenta. Por um lado, justificado pelo definhamento das economias da Europa e dos Estados Unidos da América e por outro pela crise profunda que o país atravessa há mais de 10 anos, com enfraquecimento claro da sua economia (Amaral, 2009). Esta realidade obriga, não só mas também, ao controlo da despesa pública, pressuposto integrante do CCP.

1.2 Objetivo e Problema

Este trabalho tem como objetivo conhecer o processo de implementação das Compras Públicas Eletrónicas na Administração Pública Portuguesa, dando especial destaque aos seus principais problemas. Importa, ainda, referir que este sistema deu os primeiros passos em 2002, conforme comprova o Decreto-Lei n.º 104/2002, de 12 de abril, pelo que o período em análise será o decorrido entre 2002 e 2013.

No que se refere ao problema em estudo, centrar-se-á nas dificuldades sentidas no processo de implementação, tendo-se definido como pergunta de partida “*Qual o processo de implementação de Compras Públicas Eletrónicas na Administração Pública Portuguesa entre 2002 até 2013 e quais os seus principais problemas?*”.

Deste modo, a estratégia incidirá na análise de legislação, entre outras fontes oficiais e complementando-a com entrevistas aos superiores hierárquicos das duas principais empresas que assumem a liderança do mercado da Contratação Pública Eletrónica em Portugal, a

Gatewit e Vortal (Pais e Ministro, 2014). Serão, também, aplicadas entrevistas aos superiores hierárquicos ligados à área de aprovisionamento utilizadores desta forma de contratação; Hospital de S. José, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento (SIMAS) de Oeiras, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV) e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

2. Enquadramento Teórico

O problema desta investigação centra-se na contratação pública eletrónica, mais propriamente nas plataformas eletrónicas de compras públicas. Deste modo far-se-á um enquadramento dos conceitos que proporcionaram o seu surgimento, como são o caso da Sociedade de Informação, do *New Public Management* (NPM), o *e-government*, *e-procurement*, a contratação pública eletrónica e as plataformas eletrónicas que a concretizam, conforme se irá desenvolver seguidamente.

2.1 Sociedade de Informação

No século XX presencia-se a transformação da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento e informação, que consagra no seu âmbito o conceito de globalização. No entanto, este conceito só foi possível pelo desenvolvimento dos mercados e das novas tecnologias (Fonseca e Carapeto, 2009). Alves e Moreira (2004) dão ênfase a esta perspetiva, referindo que o “O impacto potencial das TIC na sociedade contemporânea é amplificado pelo processo de globalização, no qual, de resto, as próprias TIC são um factor impulsionador fundamental.” (p. 36).

Na Europa, a sociedade de informação dá os primeiros passos em dezembro de 1993, pela publicação do Livro Branco sobre “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, aquando da presidência de Jacques Delors (Missão para a Sociedade de Informação, 1997).

Por sua vez, em Portugal, esta temática afirmou-se a partir de 1995, tendo sido lançado o primeiro livro verde sobre esta temática em 1997, resultante de um debate nacional sobre o tema em 1996 (Missão para a Sociedade da Informação, 1997 e Magalhães, 2007). A Missão para a Sociedade da Informação (1997) descreve o conceito como:

A expressão ‘Sociedade da Informação’ refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. (p. 5)

Por outro lado, a APDSI (2011) define a Sociedade da Informação pela “Etapa no desenvolvimento da civilização moderna que é caracterizada pelo papel social crescente da informação, por um crescimento da partilha dos produtos e serviços de informação no PIB e pela formação de um espaço global de informação.” (p. 115).

A sociedade de informação pode ainda ser definida como a sociedade que lida maioritariamente com informação digital com recurso às TIC, constatando uma alteração profunda nos hábitos e atitudes dos cidadãos que constituem a sociedade (Alves e Moreira, 2004). Esta mudança obriga à adaptação das instituições políticas e administrativas, agentes cruciais para o desenvolvimento económico e social, motor promissor para a afirmação da Sociedade de Informação (Fonseca e Carapeto, 2009).

Com esta ótica e de acordo com CCE (2000b) a União Europeia ambicionou tornar-se na “ (...) economia mais competitiva e dinâmica do mundo.” (p. 1). Para tal desenvolveu pelo menos cinco planos de ação até há data, denominados *eEurope*, onde foram demarcadas diversas metas a atingir, considerando as evoluções apresentadas por cada Estado-Membro, com o fim último de modernizar a União Europeia (CCE, 2000b).

- 1) Plano de Ação de 1999, o criador do *eEurope* (CCE, 2000b);
- 2) Plano de Ação de 2000, que resultou no *eEurope* 2002 (CCE, 2000b);
- 3) Plano de Ação de 2002, que concebeu o *eEurope* 2005 (CCE, 20002);
- 4) Plano de Ação 2006, que concebeu “Administração em Linha i2010” (CCE, 2006);
- 5) Plano de Ação 2010, que concebeu “Uma Agenda Digital para a Europa” (CE, 2010b).

A iniciativa *eEurope* foi lançada pela Comissão Europeia em dezembro de 1999, com o objetivo de pôr a Europa “em linha”, impulsionando a inovação através do bom funcionamento dos mercados de capitais e de maior concorrência nos mercados de produtos (CCE, 2000b).

Importa referir que para este processo, os planos de ação que mais contribuíram foram os *eEurope 2002* e *eEurope 2005*, uma vez que é neles que estão concebidas as principais políticas que propiciam a criação da Sociedade de Informação (Gouveia, 2004).

2.2 New Public Management (NPM)

Tal, como verificado, a Sociedade de Informação surgiu no Pós-Guerra, logo, não faria sentido falar de Sociedade de Informação, sem antes contextualizar a evolução tecnológica acentuada neste período. Nos Estados Unidos da América, ao contrário da situação na Europa, este período foi caracterizado por um crescimento económico, promotor do desenvolvimento tecnológico, entre eles o avanço da internet (Infopédia, 2014).

Na Europa, o contexto de Pós-Guerra, associado à conjuntura social e económica austera, fez com que o anterior modelo, o burocrático, se fosse dissipando, pois caracterizava-se como sendo inflexível e rígido, onde o que efetivamente contava era a produtividade a qualquer custo, tornando-se por isso desadequado à nova realidade (Carvalho, 2007). Por sua vez, esta nova realidade é também definida por Bilhim (2005) como sendo caracterizada “ (...) por rápidas mudanças, velozes tecnologias de informação, dura concorrência global e clientes exigentes (...)” (p. 29), pelo que a emergência de um novo modelo seria natural.

Nesta sequência, a ideia de “Menor e Melhor Estado” seria uma possível solução visto que, por um lado, defendia o emagrecimento do Estado, apresentando uma tendência para as privatizações, por outro, acreditava-se na desconcentração e descentralização do Estado (Bilhim, 2009). Esta perspetiva pretendia dissipar as relações de dependência hierárquica existentes na Administração Pública e, ao mesmo tempo, entregar o poder aos gestores de topo, incutindo a responsabilização da decisão nestes órgãos (Rodrigues, 2007). Deste modo, a diminuição da intervenção do Estado ia sendo conseguida, tal como referem Rodrigues e Araújo, (2005) que um Estado pretende-se “ (...) menos intervencionista mas que continue a regular funções importantes da vida social e económica.” (p.1). Os mesmos autores defendem ainda que o Estado é meramente uma entidade coordenadora, incumbindo-lhe a função de financiar entidades caso necessário e ainda a intervenção nas Políticas Públicas, transferindo para as unidades administrativas a responsabilidade de gestão e produção (Rodrigues e Araújo, 2005). Este enquadramento ideológico vai suportar o surgimento da reforma administrativa NPM.

Este novo modelo alavancou-se no Reino Unido implementado pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher no final de 1970 e início de 1980 (Gruening, 2001). Este movimento faria

com que existisse a reinvenção das administrações públicas pelo facto de introduzir valores como: a eficácia, eficiência, economia, e posteriormente a transparência e *accountability* (Carvalho, 2007). Por outro lado, esta ideologia defende que a Administração Pública eficiente e eficaz é aquela que é capaz de mudar a tendência burocrática, capaz de se orientar para os resultados, procurando entregar melhor serviço com maior sentido de poupança (Bilhim, 2008).

O cumprimento destes objetivos foram fatores motivadores para o aparecimento do NPM, que segundo (Wilson citado por Bilhim, 2008)

Trata-se, em resumo, da importação de conceitos e técnicas do sector privado para o sector público, e os pressupostos que a legitimam: a gestão é superior à administração; a gestão no sector privado é superior à gestão no sector público; a boa gestão é uma solução eficaz para uma vasta variedade de problemas económicos e sociais; a gestão consiste num corpo distinto de conhecimentos universalmente aplicáveis. (p.46-47)

Por outro lado Hood (1995) caracteriza o NPM como um movimento ocorrido numa série de países da OCDE nos anos de 1980. Este movimento centrava-se em doutrinas que tentariam mudar os modos de gestão pública, apresentando uma tendência para a “*accountingization*” (Hood, 1995). O mesmo autor defende que este modelo está orientado para uma gestão proactiva, baseada em técnicas do setor privado, onde se dá ênfase à competição e à obtenção de resultados (Carvalho, 2001).

Segundo Pollitt (citado por Bilhim, 2008) o NPM é definido como sendo “(...) Um conjunto de práticas, raramente testadas, fundadas na crença de que uma melhor gestão é a solução eficaz para um vasto campo de males económicos e sociais.” (p. 45).

Para Rocha (1991), o NPM visa avaliar resultados concretos, como a rentabilidade e a eficácia, deixando para trás a produtividade desenfreada.

O NPM pode ainda ser definido como a reforma administrativa que utiliza mecanismos do setor privado com o intuito fundamental de melhorar a sua gestão, tendo como preocupação a redução de despesa e a satisfação do cliente (Fonseca e Carapeto, 2009).

Por outro lado, Gruening (2001) esquematiza as principais características do NPM, tornando mais fácil a sua compreensão (Quadro I).

Quadro I: Características do NPM

Características indiscutíveis (identificadas pela maioria dos observadores)	Atributos discutíveis (identificados por alguns, mas nem todos os observadores)
Cortes no Orçamento	Restrições legais, orçamentais e de despesa
Recibos	Racionalização da Jurisdição
Responsabilização Pessoal	Análise e avaliação de políticas
Auditoria de Desempenho	Melhoramento da Regulação
Privatizações	Racionalização ou diminuição das estruturas administrativas
Clientes (balcões únicos, apoio ao cliente)	
Descentralização	
Gestão e Planeamento estratégico	
Separação entre a Provisão e a Produção	
Competição	
Avaliação de desempenho	
Mudança na Forma de Gestão	
Contração	
Flexibilidade de Gestão	
Melhoramento da Contabilidade	
Incentivos, Prémios	
Taxas de Utilização	
Separação entre a Política e a Administração	
Melhoramento da Gestão das Financeira	
Aumento da Utilização das TIC	

Fonte: Quadro 1 de Gruening (2001)¹

Mais tarde, na década de 90 nos EUA, iniciava-se o movimento *reinventing government*, expressão dada por David Osborne e Ted Gaebler, liderado pela administração de Clinton (Bilhim, 2004). Este movimento mais moderado que o NPM, promove a competição entre os sectores privado e público, procurando estabelecer a melhoria do serviço prestado, centrado na preocupação de satisfação do cliente, conforme constata Bilhim (2008) “A concorrência entre serviços públicos e entre estes e os privados seria o elixir para a modernização da Administração Pública e a solução para uma Administração Pública mais eficiente, eficaz, económica e ética.” (p. 48).

¹ Versão traduzida pelo próprio autor

Nestes termos, o Estado é pressionado a aumentar a sua eficiência, flexibilidade e melhorar a sua capacidade de adaptação para responder face às necessidades do consumidor, cliente, cidadão e sujeito (Bilhim, 2008).

Verificadas as premissas teóricas do NPM, importa ressaltar que existem algumas dificuldades que devem ser tidas em conta, visto que a atividade da Administração Pública continua associada a elevados níveis de legislação, onde o poder político ainda assume um papel preponderante. Assim, o funcionamento desta organização mantém-se dependente do cumprimento de leis, decretos-lei, regulamentos, portarias, etc...(Odhiambo e Kamau, 2003), cuja a sua abolição total não será corroborada por todas as correntes de pensamento, conforme (Mozzicafreddo citado por Fonseca e Carapeto, 2009) que “ (...) revela que a burocracia, (...), irá sobreviver porque é essencial a uma boa gestão pública, possibilitando o controlo, a responsabilidade e limitando as assimetrias introduzidas pelo mercado.” (p. 77).

O aparecimento da Sociedade de Informação, conjugado com a reforma administrativa NPM, proporcionou a criação de um Estado aberto ao diálogo com os cidadãos com recurso às TIC. Estavam dados os primeiros passos para o surgimento do *e-government* (Carvalho, 2007). O *e-government* ou “governo eletrónico” promove a aproximação do governo aos cidadãos e por conseguinte estabelece ganhos de eficácia e eficiência, menores custos e menos burocracia (Alves e Moreira, 2004).

2.3 Governo Eletrónico (*E-Government*)

O século XX caracterizou-se por um período revestido por um sistema tecnológico centrado nas tecnologias de informação e comunicação crucial para o desenvolvimento económico e social (Fonseca e Carapeto, 2009). Esta realidade provocou a transformação do papel do Estado na sociedade, gerando a alteração do comportamento político, administrativo, empresarial e cívico (Fonseca e Carapeto, 2009).

Como resultado, sucede o progressivo desaparecimento do Estado ubíquo, provocando o enfraquecimento do poder do Estado, no que respeita às orientações e condução da vida social e económica. (Fonseca e Carapeto, 2009). Assim, abandona-se o “Estado nação”, por se mostrar desadequado à complexidade das tarefas do atual Estado, dando assim, lugar ao “Estado Rede” que segundo os referidos autores é invadido por, “ (...) redes informáticas que permitem às organizações comunicarem entre si, partilhar informação e cooperar na sua actividade, com ganho de produtividade, ao mesmo tempo que permitem aos cidadãos aceder à informação e participar na vida pública.” (p. 31).

Este novo Estado pretende dar resposta às exigências do cliente, cidadão e sujeito, usufruindo de forma intensiva das mais-valias das TIC (Fonseca e Carapeto, 2009). A esta tendência dá-se o nome de “*E-Government*” ou Governo Eletrónico.

O *e-Government* dá, então, os primeiros passos em 1994 na Grã-Bretanha, com a criação do *website* do governo britânico dirigido aos seus cidadãos, tendo-se generalizado um pouco por todo mundo, em 1999 (Koval, Waldrová e Richtár, 2009).

Na União Europeia, foi concebido o Plano de Ação *eEurope* 2002, tendo como objetivo estender o acesso à Internet em toda a Europa, criando uma Sociedade de Informação (CCE, 2000b). Mais tarde é gerado plano de ação *eEurope* 2005, que sucedeu ao de 2002, sendo um dos seus elementos centrais, a implementação do *e-Government* (CCE, 2002).

O termo *e-government*, tem diversas definições. Segundo Alves e Moreira (2004), o Governo Eletrónico traduz-se num “ (...) processo de transformação nas estruturas e relações internas e externas dos vários níveis do Estado e da Administração Pública através da incorporação e da potencialização das TIC.” (p. 8). Os mesmos autores referem ainda que este conceito inclui “ (...) a satisfação de exigências para uma Administração Pública menos burocratizada e mais centrada nos cidadãos.” (p. 9).

O *e-government* pode ainda ser definido pela utilização das TIC com o objetivo de melhorar os serviços e a informação entregue ao cidadão, com o fim último de impulsionar a transparência no setor público (Bilhim e Neves, 2006).

Para Löfstedt (2007), o Governo Eletrónico ou *e-Government* visa aumentar a aproximação do Estado aos cidadãos, promovendo o incremento da acessibilidade à informação governamental. Esclarece ainda que a expressão “Governo eletrónico” é utilizada para resumir a ideia, que no seio das administrações públicas são utilizadas as tecnologias da informação e comunicação (TIC), com o objetivo de influenciar as estruturas e os processos das organizações de governo².

Para o Cunha e Mariz (2005) e World Bank (2014), o *e-government* é resumidamente definido como, o recurso às TIC por parte do governo e organismos públicos para aproximar e transformar as relações entre estes e a Administração Pública, cidadãos, empresas e outros membros do governo.

Por sua vez, Gouveia (2004) define este conceito como a:

² Versão traduzida pelo próprio autor.

Utilização das tecnologias de informação e comunicação na Administração Pública, incumbido o impacto das transformações na organização e prestação de serviços ao cidadão e a quem com ele se relacione, de maior qualidade, que potencie a operacionalização de políticas públicas de um modo mais eficaz, eficiente e a menor custo. Adicionalmente, também o poder político é suportado pelas facilidades associadas ao *e-government* (p. 21).

Na perspetiva da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) (2003), o *eGovernment* pode ser definido de uma forma mais ampla, consistindo na simples utilização das TIC no governo, ou ainda, apresentar um sentido mais concreto, constituído na capacidade de transformar a Administração Pública através da utilização das TIC (OCDE, 2003).

Em suma, o *e-gouvernement* promove a utilização das TIC, não sendo estas o seu único foco, mas também a concretização da melhoria na prestação do serviço público e torná-lo mais eficiente e eficaz (OCDE, 2003).

Por outro lado, e tendo como base o referido por Alves e Moreira (2004), a implementação do *e-government* tem como objetivos (p. 10):

- Simplificação da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas;
- Maior rapidez e facilidade na prestação do serviço;
- Elevação dos padrões de eficiência e redução de custos da Administração Pública;
- Aumentar a capacidade de resposta da Administração pública às iniciativas dos cidadãos;
- Colaboração mais próxima dos vários níveis do Estado e os vários serviços da Administração Pública;
- Diminuição da Burocracia.

Ao recordar os objetivos do NPM, revêem-se aqui alguns desses objetivos, pelo que a implementação do *e-government* é, em parte, a concretização deste modelo, embora esteja dependente do uso das TIC e da modernização da administração pública.

Nesta sequência, Fonseca e Carapeto (2009) afirmam que para a concretização deste conceito “ (...) é necessário um forte empenho político, para vencer resistências, ultrapassar obstáculos e mudar mentalidades, sendo crítico o planeamento de resultados a longo prazo e a mobilização do apoio dos vários *stakeholders*, nomeadamente organismos públicos, cidadãos e funcionários.” (p. 257). Logo, apesar das TIC serem uma ferramenta essencial para

aplicação do *e-government*, este também está dependente da reavaliação das funções do Estado e da criação de uma nova cultura na Administração Pública (OCDE, 2003).

Importa agora identificar alguns obstáculos que devem ser tidos em conta na implementação deste conceito, conforme abaixo se cita (Alves e Moreira, 2004):

- **Exclusão digital:** A impossibilidade de alguns cidadãos se verem impossibilitados de tirar partido das novas formas de interação do Estado e a Administração Pública.
- **Segurança e Privacidade:** A utilização da internet promove o aparecimento de novos crimes que ponham em causa tanto a segurança, como a privacidade.
- **Impacto cultural:** controlar o uso das TIC impondo severas medidas para fechar a influência cultural, justificando a seu predomínio negativo na sociedade, em modo exemplificativo: sociedades em que acesso à Internet é controlado, justificado pela cultura existente nesse país.

Existem ainda outros tipos de barreiras ao *e-government* que podem ser categorizadas em sete grupos distintos (Eynon *et al*, 2007; Fonseca e Carapeto, 2009):

1. Falha de Liderança: A possibilidade dos membros da tutela não compreenderem o exato conceito de *e-government* levando a:
 - a) Incorreta visão estratégica que se traduz no lançamento de reduzidos números de projetos sobre esta temática;
 - b) Descrédito nesta aposta, fazendo com que a tutela não inclua esta temática na sua visão política.
2. Limitações Financeiras: A implementação de qualquer projeto está associado à componente financeira e por essa razão poderá haver dificuldades de financiamento, em parte justificado pela imprevisibilidade de custos associados à implementação deste tipo de projeto.
3. Divisão Digital: As múltiplas características de uma sociedade podem ser também reconhecidas como barreiras. Em termos exemplificativos, poderão existir culturas mais fechadas que não permitam a utilização de meios eletrónicos, outras totalmente liberais que autorizem o seu total acesso e ainda zonas geográficas em que seja impossível a comunicação através destes meios.
4. Falta de Coordenação e Homogeneidade: As diferentes “velocidades” que os países apresentam podem ser vistas como entraves à implementação do *e-government*, uma vez que cada país possui jurisdição, serviços administrativos e departamentais próprios que dificilmente se coadunariam entre si.

5. Inflexibilidade Organizacional e dos Serviços: A implementação do serviço de *e-government* está, de certa forma, dependente da capacidade que a gestão da administração pública e dos recursos humanos tem sobre a mudança, reestruturação e reengenharia de processos necessários à adoção de novas formas de governação. Caso não exista esta reengenharia e flexibilização, a implementação do *e-government* ficará comprometida.
6. Falta de Confiança: Para a correta implementação do *e-government* é necessário garantir segurança e confidencialidade para que haja confiança neste sistema. A falta de confiança justifica-se pelos seguintes motivos:
 - a) Receio sobre a possibilidade de existência de fraude, possibilitando o acesso a informação confidencial.
 - b) Efeito “*Big Brother*”: o Estado ter acesso a informação desnecessária para responder às suas competências.
7. Pobreza no Desenho Tecnológico: A existência de *e-government* está dependente do funcionamento do sistema e da sua ligação na rede, por conseguinte, também sujeita à compatibilidade entre sistemas. Neste sentido, o facto de haver diferentes sistemas de *hardware*, pode tornar-se num impedimento à implementação deste serviço.

Apesar dos constrangimentos apresentados, a implementação do *e-government*, permite ganhos de eficiência na prestação do serviço público e simultaneamente a racionalização de recursos que levam a poupanças na despesa global (OCDE, 2003).

2.4 E-Procurement

Verificadas as premissas do *e-government*, assentes na flexibilização de processos e racionalização de custos, surge o *e-procurement*.

O *e-procurement* é uma das primeiras áreas de atuação dos governos para criarem uma política assente nos pressupostos do *e-government*. Esta estratégia de atuação justifica-se pelo potencial oferecido na concretização do próprio *e-government* (Lopes e Santos, 2006). Deste modo, importa contextualizar o *e-procurement*.

Esta atividade resulta da anterior prática já existente, o *procurement*, que inclui no seu âmbito toda as atividades intrínsecas ao processo de contratação de bens e serviços (Amaral, Teixeira e Oliveira, 2003).

O *procurement* era caracterizado pelo uso acentuado de papel, por ser um processo muito disperso, provocando custos elevados, desconsiderando por isso o controlo da despesa pública, acrescido do consumo excessivo de tempo (Amaral, Teixeira e Oliveira, 2003).

Após o aparecimento das TIC, esta atividade é obrigada a evoluir, surgindo o *Electronic Data Interchange* (EDI), que vem tentar reduzir os custos de transação e simplificar este processo, tal como refere Amaral, Teixeira e Oliveira (2003), o EDI visava “ (...) transferir informação com formatos entendidos por dois sistemas, entre cliente e fornecedor, simplificou e reduziu custos das transações.” (p. 4).

Mais tarde, com o aparecimento da Internet, o *procurement* progride para o que se reconhece hoje, como *e-procurement*. Segundo Amaral, Teixeira e Oliveira (2003) esta evolução trouxe benefícios como (p. 5):

- Redução dos custos de produção;
- Redução de custos administrativos;
- Redução do ciclo de compra;
- Redução de *Stock*;
- Capacidade de *reporting* acrescidas;
- Reforço das compras por contacto, ao ser uma ferramenta que facilmente aplica parâmetros contratuais ou regras de negócio nas transações;
- Redução dos preços dos produtos por aumento da força negocial, com melhores estratégias de compra.

Apresentadas as vantagens do *e-procurement*, importa rever a definição desta atividade, sendo esta apresentada por diversos autores, tal como se pode verificar abaixo:

O conceito abrangente de *E-procurement* é definido como a utilização das TIC pelo governos para estabelecer acordos na aquisição de bens e serviços (Moon, 2005). Por outro lado, pode ainda ser definido pelo uso das TIC com o objetivo de melhorar as relações entre cliente e fornecedor, e com outros parceiros da cadeia de valor (CIPS, 2013).

O uso dos meios eletrónicos com o objetivo de controlar os processos de aquisição, permitindo a redução de custos é outra forma de definir *e-procurement* (Lopes e Santos, 2006). Bof e Previtali (2010) definem *e-procurement* através do uso de diferentes tecnologias aplicadas para automatizar os processos de aquisição e encomenda de mercadorias e serviços. O *e-procurement* pode ainda contribuir para a melhoria da qualidade e da transparência dos procedimentos de adjudicação e simplifica ainda os processos complexos e altamente

regulamentados, que à matéria de contratação está associado (Veit, Parasie e Huntgeburth, 2011).

Em toda a consulta bibliográfica sobre o tema identificam-se autores que defendem dois tipos de *e-procurement*, o público e o privado. A grande diferença entre ambos reside nos seus pressupostos de aquisição. Segundo Lopes e Santos (2006) “Enquanto uma empresa privada pode desejar ter um processo justo e aberto na obtenção do melhor preço possível, o sector público tem o dever para com os cidadãos de usar procedimentos abertos e transparentes que permitem o escrutínio da justiça.” (p. 447-448).

Sendo o tema do trabalho, as compras públicas eletrónicas, utilizando as plataformas eletrónicas de compras públicas, a presente contextualização irá incidir apenas sobre o *e-procurement* público.

O *e-procurement* público está associado à aquisição de bens e serviços pela Administração Pública. Deste modo, esta atividade atinge uma grande dimensão, não só com expressão quantitativa, mas também económica. A expressão quantitativa justifica-se pelo elevado número de aquisições que esta entidade executa, tornando-se na maior entidade compradora nacional. Por conseguinte, o seu impacto económico torna-se uma consequência, conferindo à aquisição de bens e serviços o papel, tanto motor como travão da economia (Amaral, Teixeira e Oliveira, 2003).

O *e-procurement* público deverá, no seu âmbito, considerar os seus impactos na economia, sendo a *accountability* e o respeito das normas internacionais essenciais. A insistência na transparência e na *accoutability* justifica-se pela constante aplicação de dinheiros públicos nesta atividade. O *e-procurement* público pressupõe a contratação de bens e serviços com recurso ao orçamento do Estado, ou orçamentos das autarquias locais, utilizando fundos estatais, ou ainda, aplicando empréstimos externos contraídos por parte do Estado, ou auxiliado pelas receitas recebidas da atividade económica do Estado (Odhiambo e Kamau, 2003).

Em suma, para a concretização do *procurement* público tem que haver o cumprimento de princípios básicos como são: a transparência, a responsabilidade e integridade, princípios inalienáveis à boa governação (Vaidya, Sajeev e Callender, 2006). Deste modo, o *e-procurement* como parcela da governação, necessita de ser melhorado face aos custos que acarreta a sua implementação. A integração das TIC neste processo são uma mais-valia, pela necessidade de garantir o cumprimento das regras essenciais na sua concretização nomeadamente (Engström, Wallström e Salehi-Sangari, 2009):

- Responsabilização pela “Coisa” Pública;
- Transparência do Processo;
- Cumprimento da vasta gama de normas públicas estabelecidas.

2.5 Contratação Pública Eletrónica

A União Europeia em matéria de *e-procurement* público estabeleceu duas diretivas, n.ºs 2004/17/CE e 2004/18/CE ambas do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 31 de março que estabeleciam regras no sentido de estimular a progressiva implementação da Contratação Pública Eletrónica por todos os Estados-Membros (CCP, 2008).

Portugal, em cumprimento à transposição destas diretivas, vai além das regras aí definidas e cria o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. O CCP tem como objetivo a “ (...) simplificação da tramitação procedimental pré-contratual através da aposta nas novas tecnologias de informação.” (p. 755).

Conjugando o anteriormente referido sobre as premissas teóricas da Sociedade de Informação e do *eGovernment*, no sentido de tornar a Administração Pública mais eficiente e modernizada, a contratação pública eletrónica tornou-se parte integrante dessa meta, pelo facto de assumir o desafio de capacitar o setor público para a nova era digital. Deste modo, alavanca-se a competitividade económica e o desenvolvimento social (Mateus, 2008).

O âmago do CCP não poderia ter outro objetivo, quando estamos perante a utilização de dinheiros públicos e nesse caso deverá haver especial cuidado com o que é o interesse público. Tal como referem Almeida e Sanchez (2011) o CCP estabelece “ (...) a exigência de que cada Entidade Adjudicante adopte por um procedimento dominado pelo rigor, pela racionalidade e pela objetividade (...)” uma vez que “(...) a formação de contratos públicos, isto é, contratos que directa ou indirectamente contribuirão para a prossecução de interesse público e que, na generalidade dos casos, implicam um custo para o património público.” (p. 5).

O CCP é então a tentativa do Governo criar um sistema alternativo ao clássico papel, fomentando a desburocratização processual e encorajando a utilização da comunicação por vias eletrónicas através das plataformas eletrónicas de compras públicas (CCP, 2008). Assim segundo o próprio CCP, este pretende gerar “ (...) um importante encurtamento dos prazos procedimentais, tanto reais quanto legais.” (p. 755).

As plataformas eletrónicas segundo Base (2014) “ (...) consistem numa infraestrutura informática formada por um conjunto de meios, serviços e aplicações informáticas necessárias ao funcionamento dos procedimentos de formação dos contratos públicos”.

Para a celebração de processos aquisitivos, são utilizadas estas plataformas eletrônicas que permitem realizar qualquer tipo de procedimento, desde o ajuste direto, ao concurso público para todo o tipo de bens, serviços e empreitadas (Base, 2014).

Base (2014) define ainda que as principais funções suportadas pelas Plataformas Eletrônicas estão definidas como sendo:

- “Receção de propostas, de candidaturas e de soluções;
- Abertura de propostas e candidaturas, e disponibilização de informação aos concorrentes;
- Avaliação de propostas segundo critérios qualitativos e quantitativos;
- Caracterização do procedimento e agregação das peças que o constituem;
- Publicação do procedimento ou envio de convite, dando a conhecer o seu conteúdo a todos os interessados;
- Disponibilização das peças do procedimento para consulta;
- Receção de pedidos de esclarecimentos;
- Envio de respostas a esclarecimentos e retificação das peças do procedimento.”

A essência do CCP reside na tentativa de alcançar a desmaterialização integral dos procedimentos aquisitivos e essa apenas é conseguida por recurso às plataformas eletrônicas, tal como já foi referido. Com esse intuito foram concebidos os seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho – “Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos (...).” [p. 4748-4750].
- Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho – “Define os requisitos e condições a que se deve obedecer a utilização das plataformas eletrônicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas.” [p. 5106-5131].

Apresentados, resumidamente, os diplomas legais que mais contribuem para a atividade das plataformas, importa explorar em concreto o contributo de cada um.

2.5.1 Decreto-lei 143-A/2008 de 25 de julho

As comunicações, trocas e arquivo de dados e informações previstos no CCP processam-se através de plataformas eletrónicas que obedecem aos princípios e regras definidos no referido diploma legal, de acordo com o seu artigo 2º.

2.5.1.1 Princípios para a Apresentação de Propostas/Candidaturas/Solução

Princípio da Liberdade de Escolha das Plataformas Eletrónicas

Segundo o artigo 3º do Decreto-lei 143-A/2008 de 25 de julho, a obrigatoriedade da utilização das plataformas eletrónicas prevista pelo CCP, permite que a entidade adjudicante escolha livremente a sua plataforma para a realização de procedimentos aquisitivos, desde que a mesma, se encontre em conformidade com a lei.

Apenas as plataformas que estão em concordância com o legislado asseguram o cumprimento dos objetivos inerentes ao procedimento aquisitivo, relativamente à realização, em termos de tipo de procedimento, à complexidade, ao volume de informação a transferir e armazenar. (Pereira, 2013).

Princípio da Disponibilidade

As plataformas devem encontrar-se permanentemente disponíveis, 24 horas por dia e 365 dias por ano, tendo em atenção a possibilidade de poderem ser acedidas em qualquer equipamento que tenha comunicação com internet. Face à imposição de utilização destes meios eletrónicos, tais determinações são perentórias para que posteriormente os mesmos não sejam considerados fatores de restrição no acesso dos interessados. Apenas se prevê a sua indisponibilidade por razões de manutenção ou avaria dos sistemas (Artigo 4º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho).

Princípio da não discriminação e livre acesso

O utilizador registado na plataforma ou potencial interessado não poderá ser prejudicado pelo uso das TIC nas mesmas. Qualquer plataforma deverá ter os seus instrumentos (aplicações, programas informáticos ou especificações técnicas) compatíveis com os produtos de uso corrente, garantindo um acesso fácil (Artigo 5º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho).

Realça-se que os instrumentos anteriormente identificados, têm que estar registados em língua Portuguesa, podendo existir *interface* para outras línguas (Artigo 5º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho).

Relativamente às potenciais assistências (incluindo instruções e informações), para estas não podem ser exigidos procedimentos ou requisitos injustificados, nem está previsto a

possibilidade da sua cobrança (Artigo 5º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho). Igualmente, não podem ser cobradas quantias pelo seu acesso nem mesmo para a utilização de funcionalidades estritamente necessárias à realização de um procedimento aquisitivo (InCI, 2013). Estão abrangidas por esta imposição os seguintes serviços (InCI, 2013):

- a) Selos temporais;
- b) Serviços de suporte técnico (*help desk*);
- c) Aquisição de pacotes de acesso à plataforma sempre que os utilizadores pretendam aceder à mesma em mais do que um terminal;
- d) Serviços de “sms”, pretensamente obrigatórios, e necessários à apresentação de propostas/candidaturas.

Princípio da interoperabilidade e compatibilidade

A interoperabilidade, segundo Pereira (2013)

(...) trata-se do meio através do qual se logra atingir a interconexão e compatibilidade de sistemas, informação e formas de trabalhar, não só entre as distintas administrações ou departamentos governamentais como também com o sector empresarial e os cidadãos em geral.

Deste modo, o artigo 6º do Decreto em causa define que “As plataformas electrónicas devem ter a capacidade para permitir o intercâmbio de dados, nomeadamente entre diferentes formatos e aplicações ou entre níveis diferentes de desempenho.” [p. 4748-4752].

Princípio da integridade e segurança

As plataformas devem disponibilizar meios de segurança tecnológica que assegurem a confidencialidade e integridade dos dados submetidos (Artigo 7º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho).

2.5.1.2 Regras para a Apresentação de Propostas/Candidaturas/Solução

Encriptação e classificação de documentos:

Implementar o mecanismo de encriptar ou codificar os documentos eletrónicos oferecidos pelos concorrentes, por forma a garantir que nenhum terceiro tenha acesso aos mesmos (Artigo 8º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho).

Vírus informáticos e documentos suscetíveis de causar danos ao sistema:

Assegurar sistemas de segurança que permitam identificar mensagens que possam causar danos ao sistema ou aos dispositivos de receção de dados, devendo, para o efeito,

disponibilizar na plataforma eletrónica informações acerca dos mecanismos de deteção daquele tipo de mensagens, em particular de vírus informáticos (Artigo 9º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho).

Informação aos interessados:

De acordo com o artigo 10º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho, às plataformas eletrónicas cabe-lhes disponibilizar informação necessária para os interessados poderem responder aos procedimentos, como [p.4748-4752]:

- a) “Requisitos de acesso às peças do procedimento;
- b) Modo de apresentação das propostas, candidaturas e soluções;
- c) Modo e requisitos a que a encriptação de dados deve obedecer;
- d) Assinaturas eletrónicas exigidas e modo de as obedecer;
- e) Requisitos a que os ficheiros que contêm os documentos da proposta, candidaturas e soluções, devem obedecer.”

A implementação de mecanismos que garantam a confidencialidade dos concorrentes ou candidatos constitui, também, tarefa das plataformas, devendo esta ser preservada até ao momento da abertura das propostas/candidaturas/soluções, consoante o caso (Artigo 15º do Decreto-Lei 143-A/2008 de 25 de julho).

Assinaturas eletrónicas:

Todos os documentos que constituem a proposta, candidatura e soluções, devem ser assinados individualmente e eletronicamente autenticadas, devendo obedecer a um elevado sistema de segurança. Acrescenta-se que a assinatura eletrónica tem que ser emitida por entidades certificadas integradas no Sistema de Certificação Eletrónica do Estado (Artigo 11º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho).

Sistema de Credenciação Eletrónica do Estado (SCEE)

O SCEE foi constituído a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho, como sendo uma infraestrutura capaz de emitir chaves públicas, no sentido de garantir uma estrutura de confiança eletrónica. Este sistema, conforme descreve o nº 1 do artigo 1º do referido diploma, pretende que as entidades que a integram disponibilizem serviços que garantam [p. 4330-4334]:

- a) “A realização de transações eletrónicas seguras;
- b) A autenticação forte;
- c) Assinaturas eletrónicas de transações ou informações e documentos eletrónicos, assegurando a sua autoria, integridade, não repúdio e confidencialidade.”

Os serviços prestados pelo SCEE podem ser entregues a entidades públicas, a serviços e/ou organismos da Administração Pública ou então a outras entidades que exerçam funções de certificação no cumprimento de fins públicos (Conforme nº 2 do artigo 1º do Decreto-lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho).

A credenciação e fiscalização das entidades compreendidas no SCEE são feitas pela única entidade competente, a autoridade credenciadora denominada Autoridade Nacional de Segurança (ANS), nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 217/97, de 20 de agosto. Sublinha-se ainda que a credenciação é dada mediante o cumprimento dos requisitos definidos por lei, perentórios para integrar no SCEE (artigo 7º do Decreto-lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho).

Nesta sequência, o quadro II identifica as entidades certificadoras presentes em Portugal, referindo a sua relação com o SCEE e se possuem a certificação pela ANS.

Quadro II: Entidades Certificadoras em Portugal

Designação	SCEE	ANS
Entidade de Certificação Eletrónica do Estado	Sim	Sim
Entidade Certificadora Comum do Estado	Sim	Sim
Entidade Certificadora do Passaporte Eletrónico	Sim	Sim
Entidade Certificadora da Assembleia da Republica	Sim	Sim
Entidade Certificadora do Ministério da Justiça	Sim	Sim
Entidade Certificadora do Cartão de Cidadão	Sim	Sim
Multicert - Serviço de Certificação Eletrónico, SA	Não	Sim
DigitalSign - Certificadora Digital, Lda ^{a)}	Não	Não ^{b)}

^{a)} Entidade subcontratada para serviço de registo pela empresa *British Telecommunications plc*;

^{b)} Esta entidade não tem certificação registada pela ANS, no entanto é certificada pela *Tscheme*, entidade equivalente à ANS no Reino Unido (tScheme , 2014).

Fonte: Adaptado de anexo I (Gabinete Nacional de Segurança, 2014).

Analisando o quadro II, verifica-se que todas as entidades certificadoras presentes em Portugal, estão integradas no SCEE, excetuando as empresas Multicert e DigitalSign. No entanto, como é a ANS, a autoridade que cede a certificação destas entidades, verifica-se que a Multicert está credenciada por esta entidade e a DigitalSign, tem credenciação através de uma entidade equivalente a ANS, a *Tscheme*.

Verificada a situação das entidades de credenciação em Portugal e tendo em conta a temática em epígrafe (assinatura digital), é essencial apurar as entidades que emitem certificados qualificados para a assinatura digital e as que se dirigem exclusivamente ao público. Para esse efeito foi concebido o quadro III:

Quadro III: Entidades Certificadoras que emitam certificados qualificados ao Público

Designação	Certificados Qualificados	Para o Público
Entidade de Certificação Eletrónica do Estado	Não	Não
Entidade Certificadora Comum do Estado	Sim	Não
Entidade Certificadora do Passaporte Eletrónico	Sim	Não
Entidade Certificadora da Assembleia da Republica	Sim	Não
Entidade Certificadora do Ministério da Justiça	Sim	Não
Entidade Certificadora do Cartão de Cidadão	Sim	Sim
Multicert - Serviço de Certificação Eletrónico, SA.	Sim	Sim
DigitalSign - Certificadora Digital, Lda.	Sim	Sim

Fonte: Adaptado de anexo I (Gabinete Nacional de Segurança, 2014).

Avaliado o quadro III, verifica-se que todas as entidades do SCEE emitem certificados qualificados, retirando a Entidade de Certificação Eletrónica do Estado, no entanto apenas as abaixo mencionadas se dirigem ao público:

- 1) Entidade Certificadora do Cartão de Cidadão;
- 2) Multicert;
- 3) DigitalSign.

Envio de propostas/candidaturas/soluções:

Segundo o artigo 12º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho, as plataformas têm que garantir que as propostas/candidaturas/soluções são disponibilizadas aquando do término do prazo para apresentação das mesmas. Neste sistema não pode falhar a identificação do emissor e ainda a data e hora da sua emissão.

Preenchimento do formulário Principal:

Aos concorrentes cabe-lhes a obrigação de preencherem um formulário específico, disponibilizado pelas plataformas eletrónicas. O não preenchimento do mesmo é motivo de exclusão da proposta/candidatura/solução (Artigo 13º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho).

Data e hora da apresentação da proposta/candidatura/solução:

O momento em que o concorrente submete a proposta/candidatura/solução, deverá ficar registado na plataforma, para que seja possível determinar a data e a hora de submissão. Nestes casos, quando o concorrente completa a sua submissão é integrado na lista de concorrentes para o procedimento em causa, caso contrário é excluído dessa lista, devendo ser notificado de tal facto (Artigo 14º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho).

Confidencialidade dos concorrentes:

Conforme referido anteriormente em “Informação aos interessados”, as plataformas têm que garantir que a identificação dos concorrentes permanece confidencial, enquanto as propostas não forem abertas (Artigo 15º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho).

Registo atualizado:

As plataformas eletrónicas deverão deter um sistema capaz de fornecer informação adequada, fidedigna e sempre atualizada ao momento, com o registo de todas as incidências do procedimento, desde a criação do procedimento à sua adjudicação (Artigo 16º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho).

Conservação dos documentos:

Todos os documentos que constituem qualquer procedimento deverão ser mantidos durante quatro anos, assim como o procedimento em plataformas eletrónicas, para ser possível a sua consulta, caso a mesma seja exigida (Artigo 17º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho).

Avaria e problemas de acesso à rede pública:

Sempre que ocorram avarias e/ou problemas técnicos de acesso à rede pública que sejam alheios às plataformas eletrónicas e que prejudiquem o decurso normal do procedimento, é responsabilidade da entidade adjudicante prorrogar o prazo pelo período que considere o necessário, devendo o mesmo ser aproveitado por todos os interessados (Artigo 18º do Decreto-Lei 143-A/2008, de 25 de julho).

2.5.2 Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho

Segundo o artigo 2º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, a utilização das plataformas eletrônicas para procedimentos de formação dos contratos tem que cumprir as regras estabelecidas no referido diploma legal.

2.5.2.1 Regras para a Utilização das Plataformas Eletrônicas

Autenticação da identidade dos utilizadores:

O artigo 26º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho estabelece que o acesso a estes meios, seja feito de forma exclusiva pelos seus utilizadores. A exclusividade é garantida mediante a autenticação forte baseada na utilização de certificados digitais, permitindo assim a sua identificação.

Neste sentido, é pertinente esclarecer o conceito de certificado digital, para que se entenda o sentido desta regra. O Certificado Digital, no universo eletrónico, serve como Bilhete de Identidade (BI)/Cartão de Cidadão ou de Numero de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) para que seja possível a identificação de qualquer individuo ou organismo, respetivamente (AICCOPN, 2014). Assim na ausência de certificado digital não é possível a identificação do utilizador, por conseguinte o seu acesso em qualquer plataforma eletrónica fica impossibilitada, cumprindo com o disposto no nº 1 do artigo 26º da Portaria anteriormente referida. Resumidamente, o certificado digital reúne as funcionalidades de identificação, assinatura e criptografia, para que se consiga garantir a autenticidade dos processos eletrónicos (AICCOPN, 2014).

Assinatura eletrónica:

Todos os documentos carregados nas plataformas têm que ser devidamente assinados, através do uso de certificados de assinatura eletrónica qualificada, emitidos por uma entidade certificadora do SCEE, conforme artigo 27º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, do mesmo modo como se referiu anteriormente.

Esclarece-se que a Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, permite que o certificado não relacione diretamente o assinante com a função e poder de assinatura. Situação que ocorre quando é utilizada a assinatura digital pelo Cartão de Cidadão, que apenas identifica o assinante e não informa qualquer ligação a determinada instituição. Nestes casos, a lei refere que a assinatura deve ser acompanhada por um documento, declarando a capacidade de assinatura e os termos em que o pode fazer (Conforme nº 3 do artigo 27º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho).

Validação cronológica (*TimeStamp*) – Certificação Hora Legal:

Segundo o artigo 115º do CCP, um procedimento aquisitivo tem subjacente a transação de documentos, devendo esta cumprir determinados prazos, sendo necessário a sua validação cronológica e fazer prova inequívoca que a transação é efetuada no prazo determinado.

Para este efeito, foi constituído o selo temporal que segundo InCI, (2013) consiste num “(...) mecanismo que garante, com precisão, que determinado documento foi transmitido numa determinada data e hora (...)” (p. 2).

A data e a hora comunicada através deste selo temporal é a hora legal portuguesa que é fornecida pelo Observatório Astronómico de Lisboa (OAL). O OAL é considerado fonte credível, estabelecido no Decreto-Lei de 26 de maio de 1911 (OAL, 2014).

Para melhor verificação das entidades certificadoras que têm competência para validação cronológica foi elaborado o quadro IV:

Quadro IV: Entidade Certificadoras de Validação Cronológica

Designação	Validação Cronológica
Entidade de Certificação Eletrónica do Estado	Não
Entidade Certificadora Comum do Estado	Sim
Entidade Certificadora do Passaporte Eletrónico	Não
Entidade Certificadora da Assembleia da Republica	Não
Entidade Certificadora do Ministério da Justiça	Não
Entidade Certificadora do Cartão de Cidadão	Não
Multicert - Serviço de Certificação Eletrónico, SA.	Sim
DigitalSign - Certificadora Digital, Lda.	Não

Fonte: Adaptado de anexo I (Gabinete Nacional de Segurança, 2014).

Verificado o quadro IV, atesta-se que apenas duas entidades têm capacidade de validação cronológica, nomeadamente a Entidade Certificadora Comum do Estado e a Multicert. No entanto, existe prova que a Entidade Certificadora do Cartão de Cidadão e a DigitalSign têm capacidade para emitir estas validações por intermédio de pedido a um servidor de selos temporais (Cartão do Cidadão, 2014; DigitalSign, 2014).

Encriptação e Desencriptação:

Este mecanismo serve de preservação da confidencialidade das informações transacionadas pelos utilizadores da plataforma. Neste mecanismo está subjacente a ciência da criptografia³, que segundo a Multicert (2014) consiste num “ (...) tipo de algoritmo criptográfico em que existem duas chaves diferentes, matematicamente relacionadas (Pública e Privada).”.

Encriptação

O mecanismo de encriptação materializa-se quando na criação de qualquer procedimento em plataforma, esta gera um certificado próprio, único e intransmissível, que constitui a chave privada, permitindo a encriptação dos documentos relacionados com esse procedimento. Realça-se que esta chave privada, por ser intransmissível, fica sob a custódia da plataforma para garantir os mecanismos de segurança máxima (Vortal, 2014).

Desencriptação

O mecanismo de desencriptação materializa-se quando o júri do procedimento, num ato único insere as senhas de abertura de propostas anteriormente disponibilizadas, a cada elemento do júri. Essas senhas têm a chave pública que permite a desencriptação dos documentos (Vortal, 2014).

Resumindo, o que uma chave cifra só a outra decifra, ou seja qualquer informação cifrada pela chave privada só é decifrada pela chave pública correspondente (do par), em procedimento contrário, qualquer informação cifrada pela chave pública, só é decifrada pela chave privada correspondente (do par) (Multicert, 2014).

Em caso de perda destas chaves de segurança, as plataformas garantem a sua recuperação através de recurso a mecanismos de segurança, conforme dispõe o artigo 29º da referida Portaria.

Controlo e Registo de Acesso

O serviço de plataformas eletrónicas tem subjacente a ideia de confidencialidade que não pode ser corrompida, para que este serviço seja considerado fiável e por conseguinte dotado de certificação. Caso contrário a sua execução fica comprometida (Pinheiro, 2011).

Assente neste conceito, está justificada a obediência a esta regra, porque se por um lado o controlo de acesso regista toda e qualquer entrada, ou até mesmo tentativa de entrada no sistema, o registo de acessos captura a informação transmitida pelo controlo e faz o seu

³ Ciência Criptográfica: usa uma função matemática ou algoritmo para cifrar e decifrar mensagens. Um exemplo muito simples da criptografia é que consegue esconder cada caracter de um texto, trocando duas letras. Por exemplo, um A passa a C, um B passa a D, um S passa a A. Multicert (2014, fevereiro) Know How. Consultado a 13/02/2014. Disponível em <https://www.multicert.com/knownowpkiintroducao>

arquivo e manutenção, com a indicação da data e hora, tipo de acesso utilizado, ou ficheiros acedidos. Estes dados poderão ser explorados e disponibilizados às entidades adjudicantes ou cedidos para efeitos de auditoria (Artigo 30º e 31º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho).

Carregamento de Documentos e Normalização de Ficheiros

Para que a permuta da documentação seja possível é necessário que as plataformas garantam mecanismos que permitam o seu carregamento. Na realização do carregamento, dever-se-á ter em conta as anteriores regras já desenvolvidas, a autenticação da identidade dos utilizadores, a assinatura eletrónica e por fim a encriptação e desencriptação da documentação, para que a submissão da documentação seja transitada de forma totalmente legal, segura e fiável (Artigo 32º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho).

É de salientar que a submissão que anteriormente se referiu, terá que cumprir com a normalização *standard XML* e todos os documentos assinados eletronicamente devem utilizar uma assinatura do tipo *XadES-X (e-Xtended)* (Artigo 31º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho).

Mecanismos e Meios de Segurança

Para o cumprimento desta regra as plataformas eletrónicas equiparam-se de mecanismos como os abaixo descritos (Artigo 34º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho):

- Cópia e salvaguarda da informação associada a cada procedimento;
- Proteção da informação para todos os seus utilizadores;
- Disponibilização de tecnologia que permite efetuar auditorias técnicas e de conformidade;
- Segurança física e lógica que proteja os serviços e informação armazenada nos sistemas.

2.5.2.2 Portal dos Contratos Públicos

A Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho e em consonância com o artigo 4º do CCP divulga que as plataformas eletrónicas devem garantir a sua interligação com o Portal dos Contratos Públicos (Portal Base), no sentido de serem comunicados todos os dados introduzidos nas próprias plataformas.

Este Portal, cuja sua gestão é assegurada pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI), destina-se ao arquivo de informação, concentrando as seguintes informações (Base, 2014):

- a) “Centraliza a informação mais importante sobre os contratos públicos celebrados;
- b) Publicita, entre outros, o lançamento de concursos e de outros procedimentos de contratação, a celebração de contratos e eventuais sanções aplicadas por infrações ao Código dos Contratos Públicos;
- c) Divulga conteúdos técnicos e legislação relevante;
- d) Aproxima as instituições do cidadão, na medida em que estimula a observação e o conhecimento da despesa pública efetuada.”

O Portal não recebe apenas informação das plataformas eletrónicas. Poderá, também, receber dados transmitidos a partir do Diário da República Eletrónico, quando este publica anúncios de concursos emitidos pela entidade responsável, Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM). O Portal aceita também informação procedente das entidades adjudicantes (Base, 2014).

2.5.3 Supervisão das Plataformas Eletrónicas

Para a supervisão do funcionamento destas plataformas é criado Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) por remissão ao Despacho n.º 32639-A/2008, de 26 de dezembro. Este diploma legal refere que o CEGER atribui a certificação mediante a entrega “(...) de um documento de conformidade, elaborado por um auditor de segurança, que ateste a conformidade da plataforma eletrónica de acordo com as condições e os requisitos tecnológicos exigidos.” [p. 51132-51138].

Em janeiro de 2014, de acordo com informação disponibilizada no Portal Base, as entidades certificadas pelo CEGER para prestarem o serviço de plataformas eletrónicas para compras públicas eram:

Imagem I: Plataformas eletrónicas certificadas pelo CEGER

acinGov® Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda.

anoGov ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda.
Plataforma Electrónica de Contratação Pública

MERCADO ELETRÓNICO Central-E-Informação e Comércio Electrónico, S.A.

GATEWIT Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.
ENGINEERING e PLATFORMS

ComprasPT Miroma – Serviços e Gestão de Participações, Lda.

saphetygov SaphetyLevel - Trusted Services, S.A.
CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELECTRÓNICA

vortalGOV **netcomSALIN** Vortal, Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia,
S.A.

Trade.com.pt PRIME TradeCom - Soluções Empresariais de Comércio
Electrónico, S.A.

Fonte: Base, (2014)

3. Metodologia

3.1 Modelo de Análise

O modelo de análise clarifica a problemática fixada pelo investigador e elucida sobre o campo de análise a seguir (Quivy e Campenhoud, 1992). Assim, para possibilitar o desenho de um modelo que permitisse responder à pergunta de partida, “*Qual o processo de implementação de Compras Públicas Eletrónicas na Administração Pública Portuguesa entre 2002 até 2013 e quais os seus principais problemas?*”, foram definidos os seguintes objetivos de análise:

1. Caracterizar o Processo de implementação de Compras Públicas Eletrónicas em Portugal entre 2002 e 2013 na Administração Pública Central Portuguesa.
2. Identificar as principais fases deste processo de implementação.
3. Identificar os problemas que afetaram este processo de implementação.

Para melhor responder aos objetivos anteriormente apresentados, foram definidos ainda os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar a legislação Europeia que se aplica às Compras Públicas Eletrónicas.
2. Identificar estímulos políticos que possam ter influenciado o processo de implementação das Compras Públicas Eletrónicas.
3. Identificar a legislação Portuguesa das Compras Públicas Eletrónicas.
4. Descrever a evolução da legislação que regula as Compras Públicas Eletrónicas.
5. Identificar fatores que mais influenciaram a evolução das Compras Publicas Eletrónicas.
6. Descrever o processo de materialização das Compras Publicas Eletrónicas através da utilização das Plataformas Eletrónica.

3.2 Caracterização do Estudo

Os estudos podem ser exploratórios, descritivos ou explicativo, consoante o seu objetivo. Assim, considerando que o objetivo de estudo se encontra deficientemente estudado, entende-se que a investigação será exploratória (Carmo e Ferreira, 1998).

No que concerne ao método da investigação e considerando a característica exploratória da investigação, orientada para o reconhecimento do processo de implementação das Compras Públicas Eletrónicas em Portugal e a identificação dos principais problemas daí decorrentes, considera-se que o método a utilizar será qualitativo (Carmo e Ferreira, 1998).

3.3 Técnicas de Recolha de Dados

A definição do método de investigação influencia a escolha das técnicas de recolha de dados a utilizar, conforme defendem Carmo e Ferreira (1998), quando definem que os métodos são “ (...) um conjunto de normas que permitem selecionar e coordenar as técnicas.” (p. 175). No que respeita às técnicas para esta tipologia de estudo (o qualitativo), as mais frequentes são a observação participante, a entrevista em profundidade e a análise documental (Carmo e Ferreira, 1998).

Escolhido o método qualitativo, foram empregues nesta investigação as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica, análise documental e a entrevista semiestruturada.

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental

A análise documental consiste numa técnica, através da qual o investigador recolhe o maior número de dados, que provem ser cientificamente autênticos (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Nesta ótica, elaborou-se um levantamento da legislação existente para o processo de implementação da forma de contratação em estudo. Para o efeito foram consideradas, fontes oficiais, como são a legislação europeia e nacional, conforme expõe o anexo II. Os relatórios antecedentes à própria legislação foram também considerados, como são o caso dos Livros Verdes, os Planos de Ação e outros relatórios.

Após este levantamento observou-se, o que foi regulado pela União Europeia e o que foi efetivamente transposto para Portugal.

A documentação legal e todos os Programas do Governo a nível nacional, responsáveis pela implementação da contratação pública, foram igualmente revistos.

3.3.2 Entrevista

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) as entrevistas têm como “ (...) função principal revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras.” (p. 33).

Relativamente às características das entrevistas estas podem variar entre entrevistas estruturadas e não estruturadas. Sobre as entrevistas semi-estruturadas estas têm a vantagem de se poder comparar os resultados das entrevistas realizadas aos vários intervenientes entrevistados (Bogdan e Biklen, 1994).

Para o efeito, foram desenhados dois tipos de guiões de entrevista, de carácter semi-estruturado com perguntas de resposta aberta. Um dos guiões (anexo III) será utilizado na entrevista a dirigir aos superiores hierárquicos da Gatewit e Vortal. O outro guião (anexo IV) será a base para orientar as entrevistas aos superiores hierárquicos ligados à área de aprovisionamento do Hospital de S. José, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento (SIMAS) de Oeiras, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV) e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

O recurso a entrevistas com estas características assume especial importância, principalmente para estudos com esta tipologia, por permitir introduzir questões além das inscritas no guião, enriquecendo os conceitos de base e obtendo, também, outras informações sobre o tema em análise (Carvalho, 2011). A opção da entrevista semi-estruturada, justifica-se pela necessidade de homogeneizar todas as entrevistas, garantindo que as questões de investigação possam ser abordadas, recolhendo dados passíveis de serem comparados.

4. Discussão de Resultados

Nesta secção ir-se-á comentar as principais observações efetuadas na pesquisa de dados retirados na análise documental, resultante do levantamento bibliográfico e da análise de conteúdo das entrevistas efetuadas.

4.1 Análise Documental

Baseado no levantamento efetuado e conjugado com a consulta bibliográfica efetuada ir-se-á apresentar os resultados retirados:

Portugal concebeu o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no seguimento das duas diretivas, n.ºs 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março (CCP, 2008).

A sua implementação tem como objetivo a simplificação da tramitação procedimental, através da redução do número de procedimentos a adotar e a eliminação de duplicações procedimentais desnecessárias (Almeida e Sanchez, 2011). O CCP promove ainda no seu âmbito, o uso das novas tecnologias e meios eletrónicos, conseguindo assim a desburocratização e desmaterialização processual que à contratação pública estava associada (CCP, 2008).

Além dos benefícios anteriormente definidos os autores Pais e Ministro (2012) revelam ainda que o “ (...) nível da *accountability* e da transparência dos diversos organismos públicos, no que respeita à gestão dos dinheiros públicos, a contratação pública eletrónica constitui igualmente uma fonte privilegiada de informação estatística sobre contratos públicos.” (p. 10). Em Portugal, desde 2000, que existe prática de contratação pública eletrónica, conforme revela o Decreto-Lei n.º 104/2002, de 12 de abril que declara a emergência de projetos-pilotos, à data. A publicação do referido Decreto-lei decorreu durante o XIV Governo Constitucional, sob direção do então Primeiro-Ministro, Engenheiro António Guterres e veio em resposta ao estabelecido no Plano de Ação *eEurope* 2002 (Decreto-Lei n.º 104/2002, de 12 de abril). Este Plano de Ação pretendia, entre outros objetivos, promover a elaboração das aquisições públicas por via eletrónica, uma vez que estas ainda não se encontravam generalizadas nas administrações públicas dos Estados-Membros. Assim, a União Europeia estabelece um prazo, até 2001, para esta conquista, passando pela clarificação e reestruturação dos vários sistemas jurídicos (CCE, 2000b).

Entre 2002 e 2004 com a saída do Engenheiro António Guterres, surge uma nova fase da governação em Portugal, com o XV Governo Constitucional, a cargo do Dr. José Manuel Durão Barroso, em cujo programa entre outras linhas de ação, inclui o Plano Estratégico dos Serviços Públicos Eletrónicos, onde intrinsecamente na sua estratégia está contida a criação da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), materializada em novembro de 2002, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002.

A UMIC assumia-se, então, como organismo público, com a seguinte missão (UMIC, 2014):

- a) Coordenar as políticas para a sociedade da informação;
- b) Promover o desenvolvimento tecnológico e a criação de conhecimento;
- c) Estimular o desenvolvimento da *e-Ciência*.

Esta Unidade abarcaria na sua responsabilidade a elaboração e aprovação de planos de ação a aplicar no país, que em termos de contratação pública eletrónica, se materializaram pela criação e aprovação do Programa Nacional de Compras Eletrónicas (PNCE), em detrimento da sua missão de coordenação das políticas para a sociedade da informação (Bilhim e Neves, 2006).

Segundo UMIC (2003), o PNCE tinha como objetivos (p. 5):

- “Promover a eficiência do processo aquisitivo público, gerando ganhos e poupanças estruturais, facilitando e alargando o acesso das empresas ao mercado de compras públicas e aumentando a transparência e a qualidade de serviço prestado;

- Criar dinâmicas de modernização junto dos agentes económicos, promovendo a sua competitividade e produtividade e induzindo a adopção de novas práticas de comércio electrónico a nível nacional.”

Após o curto mandato do Dr. Pedro Santana Lopes, decorrido entre 2004 e 2005, que não apresentou grandes modificações em matéria de contratação pública, assume a liderança um novo governo, o XVII Governo Constitucional, sob a direção do Engenheiro José Sócrates, cujo Programa de Governo tinha como propósito dar a Portugal um rumo para a modernização e desenvolvimento, uma vez que o país se havia afastado dos níveis de desenvolvimento europeu (Programa do XVII Governo Constitucional).

Acontece, porém, que Portugal atravessava, nesta época, uma realidade difícil e complexa face à sua situação nas contas públicas. Assim foi decisão governamental, traçar um rumo que fosse no sentido da retoma do crescimento da economia nacional e ao mesmo tempo igualar os números da União Europeia (Programa do XVII Governo Constitucional).

Em matéria de contratação pública eletrónica foram estabelecidas metas que visavam contribuir para a correção do atraso e paralelamente corrigir as suas contas, conforme se identificam abaixo:

- Simplificação da legislação e dos procedimentos, uma vez que existia excessiva regulamentação, tornando-se num verdadeiro obstáculo à atividade económica (Bilhim e Neves, 2006);
- A iniciativa “Ligar Portugal”, que tinha como propósito tornar o nosso país cada vez mais aberto às TIC, modernizando a Administração Pública, fixando os seguintes objetivos em termos de contratação pública (Bilhim e Neves, 2006):
 - Aplicação das compras públicas de grupo por via eletrónica;
 - Fixar num único local da internet, os concursos para aquisição de bens e serviços elaborados pela Administração Pública.

Em resposta a estes objetivos foi desenhado o CCP que, segundo (Almeida e Sanchez, 2011) a sua publicação constituiu um “ (...) marco na evolução do regime português de contratação pública (...). ”, porque não se limitou à transposição das diretivas comunitárias n.ºs 2004/17/CE e 2004/18/CE, como também “ (...) assume a vocação de regular de forma global, integrada e abrangente todo o regime de contratos públicos e, bem assim, todo o regime substantivo de execução de contratos administrativos.” (p. 5).

Prova desse marco na ordem interna portuguesa, é a publicação do Livro Verde de 2010, relativo ao alargamento da utilização da contratação pública eletrónica na União Europeia, que refere que Portugal constituiu uma exceção, face à utilização obrigatória dos meios eletrónicos para todas as etapas do processo de contratação. Esta inovação está definida no CCP e fixa o seu início de produção a partir de 31 de julho de 2008, ainda que se tenha prorrogado essa obrigatoriedade para 30 de outubro de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro (CE, 2010a).

Segundo PMF (2009), o fim do ano de 2008 é marcado pelo início da maior crise económica mundial dos últimos 80 anos, despoletando-se durante a governação do então XVII Governo Constitucional e acompanhando este governo até ao fim da sua governação. Mesmo assim, foi possível durante a sua vigência a revisão do CCP, com a publicação do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro. O referido clausulado mostrava a preocupação de “ (...) vencer o atraso científico e tecnológico, como condição imprescindível para o progresso económico e social de Portugal (...)” (p. 7182), tentando assim, beneficiar as atividades de investigação e desenvolvimento prosseguidas pelas instituições de ensino superior e pelas instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

A governação do Engenheiro José Sócrates segue-se no XVIII Governo Constitucional, no período decorrido entre 2009 e 2011. Face à conjuntura tão adversa que acompanhou este governo, as suas prioridades centraram-se maioritariamente sobre a consolidação de contas e no controlo da despesa pública. De facto, no que respeita à contratação pública são identificadas medidas pontuais que correspondem especificamente ao reforço da transparência dos procedimentos de aprovisionamento das empresas públicas, através da criação de centrais de compras individuais ou comuns (Programa do XVIII Governo Constitucional).

No entanto, ainda durante este governo, o CCP sofreu pequenos ajustes que levaram à publicação dos seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 3/2010, de 27 de abril que visava estabelecer a “ (...) obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária.” (p. 1393);
- Decreto-lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro que “ (...) aprova medidas aplicáveis ao regime da contratação pública, destinadas a conferir maior simplicidade e transparência aos procedimentos pré-contratuais (...)” (p. 5696). Este decreto transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/66/CE na condição de melhorar “ (...) a eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos.” (p. 5697).

As dificuldades que Portugal atravessava, no período de então, geraram uma crise política que de acordo com o noticiado pela Lusa (2011) levou à demissão do Primeiro-Ministro, Engenheiro José Sócrates, surgindo, em 2011, um novo governo, o XIX Governo Constitucional, dirigido pelo atual Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho.

À semelhança do anterior governo, o atual teve a difícil tarefa de enfrentar a crise internacional, no decurso da qual deu-se seguimento ao ajustamento da economia portuguesa, a considerar não apenas a situação do país no imediato, mas sim o seu futuro (Programa do XIX Governo Constitucional). Este ajustamento foi celebrado em maio de 2011, entre o Estado Português, a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, pelo Memorando de Entendimento, que estabelecia condicionalidades na política económica nacional (Banco de Portugal, 2014). Como consequência, a 30 de dezembro de 2011 foi publicado o Orçamento de Estado para 2012, através da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. À semelhança dos anos anteriores, este previa as obrigatoriedades a considerar no ano subsequente, no entanto haveria a particularidade de se fazer cumprir os objetivos e as medidas previstas no Programa de Assistência Financeira (Programa do XIX Governo Constitucional).

Como tal, no Programa do XIX Governo Constitucional, de entre os inúmeros objetivos traçados, tornar a Administração Pública mais eficiente, foi uma das ações priorizadas para a conquista da consolidação das contas do Estado, definindo-se neste âmbito quatro áreas de atuação, nomeadamente (p. 15):

- “Melhoria de processos e simplificação de estruturas organizativas;
- Melhoria das atividades de suporte;
- Controlo e redução de custos;
- Reforço dos instrumentos de gestão”

Das quatro áreas atrás referenciadas, dever-se-á salientar: a “Melhoria das atividades de suporte” e o “Controlo e redução de custos”, uma vez que são estas duas áreas que têm a responsabilidade direta sobre a contratação pública eletrónica. Segundo o Programa do XIX Governo Constitucional delinear-se as seguintes iniciativas (p. 17):

- “Optimização das compras públicas. A actividade da Agência Nacional de Compras Públicas, bem como das Unidades Ministeriais de Compras, deve ser reforçada no sentido de atingir poupanças significativas;

- Contratação pública electrónica. Desmaterialização progressiva de todo o ciclo da contratação pública, para melhorar níveis de eficiência e de eficácia e aproveitar todo o potencial de poupança possível através da contratação pública electrónica;
- Serviços Partilhados. A eficiência, a redução de custos e a qualidade de serviço podem ser melhoradas através da gestão partilhada de actividades de suporte, sobretudo ao nível das áreas de contabilidade e finanças, gestão de recursos humanos, de infra-estruturas, de sistemas de informação, de serviços de segurança e de património.”.

A publicação da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, gerou novas alterações no CCP, uma das quais, decorrente da publicação do Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho que visava o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Memorando de Entendimento, firmado entre o Estado Português e a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu.

Por fim, entre 2012 e 2013 (último ano demarcado para análise do estudo em causa) não se registaram quaisquer outras alterações ao CCP.

4.2 Análise de Conteúdo às Entrevistas

4.2.1 Análise e discussão dos resultados das entrevistas aplicadas aos superiores hierárquicos da Gatewit e Vortal

Foram elaboradas duas entrevistas (anexo V e VI) dirigidas aos superiores hierárquicos de cada empresa que lidera o mercado de plataformas eletrónicas de compras públicas (Vortal e Gatewit, respetivamente), para recolher dados sobre o processo de implementação da contratação Pública em Portugal, utilizando para o efeito, a metodologia anteriormente descrita. Importa referir que no caso da empresa Gatewit, foi delegado pela Direção o papel de entrevistado ao Departamento de Marketing.

A realização destas entrevistas permitiu chegar aos resultados que o quadro V descreve:

Quadro V: Resultado das entrevistas às empresas Vortal e Gatewit

	VORTAL	GATEWIT
Influência da Legislação	O Governo português tinha que transpor a diretiva 18/2004e isso levou muito tempo a concretizar-se. De tal maneira que Portugal levou imensas multas pelo atraso. E tudo começa com a UMIC	As diretivas europeias motivam os países a implementá-las, mas os governos são importantes para a motivação da sua efetiva implementação.
Influência dos Governos	O Governo do Durão Barroso teve grande influência, mas o Governo que mais contribuiu para este processo foi o de José Sócrates	Não respondeu
Adversidades	A pouca regulação do mercado	A pouca regulação do mercado
Motivo de Criação da Empresa	Lucro	Já existia uma plataforma criada, mas estava dirigida para o setor privado.
Fatores de Crescimento	A internacionalização	A internacionalização
Desafios	A internacionalização e a inovação	A internacionalização e a inovação
Autonomia das Plataforma Eletrónicas	Total	Total
Entidade Reguladora	CEGER que apenas regula a segurança	CEGER que apenas regula a segurança
Processo de Atualizações	"O único input é a legislação, por isso eu tenho que responder perante a concorrência que existe, se eu estiver sempre à frente da minha concorrência, consigo garantir o meu negócio, logo tenho que ir sempre atualizando a minha plataforma."	"A nossa plataforma tem um procedimento de "boas práticas", onde refere que por exemplo, quando são feitas atualizações, todos os nossos utilizadores são notificados antecipadamente. Quando essas alterações são significativas, a plataforma dispõe de manuais de utilização."

Fonte: Autoria do próprio autor.

Para analisar o quadro acima, ir-se-á dividir a referida observação pelos vários pontos abordados:

A influência da legislação, tanto europeia como nacional na implementação da contratação pública eletrónica

Nesta matéria, os entrevistados proferiram as seguintes opiniões:

O Entrevistado da Vortal revela que “O Governo português entretanto tinha que transpor a diretiva 18/2004, atrasou-se imenso, levou imensas multas...”.

O Entrevistado da Gatewit declara que “Em resposta à questão a influência surgiu da implementação da diretiva 2004 e do *eEurope*.”, mas acrescenta que “A Europa motiva os governos dos seus estados membros a implementar as medidas, mas compete aos respetivos governos transpor essas medidas para a sua ordem interna. Por isso penso que a maior influência é nacional, o Governo é que tem que dar o principal estímulo.”.

Analisando, existe unanimidade na opinião de ambos os entrevistados sobre esta matéria, porque ambos defendem que a transposição da diretiva, n.º 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, foi a grande motivadora da contratação pública eletrónica em Portugal. No entanto, a Gatewit acrescenta que, apesar da implementação da diretiva acima referida ter sido importante, o governo também teve um papel decisivo para o sucesso desta diretiva, porque cabe a cada Governo reunir esforços para que seja possível a sua implementação no seu país.

A influência dos Governos Nacionais no processo de implementação da contratação pública eletrónica

Relativamente à influência dos Governos na implementação da contratação pública em Portugal, apenas o entrevistado da Vortal referiu que o Governo de José Sócrates foi o que mais incentivou a sua implementação.

A Vortal salientou ainda que “ (...) a emanção (...) da UMIC (...). A UMIC é de 2001 (hesitação) (...)”. Esclarece-se que a UMIC é de 2002 e a assunção da contratação pública tem início nesta data, de acordo com a anterior pesquisa bibliográfica e análise documental, pelo que se compreende que o entrevistado pretende, também, apontar o Governo de Durão Barroso e no nome chave citado mais à frente Diogo Vasconcelos. Apesar da ressalva, o entrevistado refere que “O José Sócrates e aquela *entourage* dele, (...) eram pessoas que tinham um alinhamento para as novas tecnologias (...)” apontando “(...) dois nomes chave aqui é o Diogo Vasconcelos e o Carlos Zorrinho (...)”. Importa, então, esclarecer que Diogo Vasconcelos foi nomeado como dirigente da UMIC aquando da sua criação, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2002, de 21 de novembro e Carlos Zorrinho, Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico do XVII Governo Constitucional sob a direção do Engenheiro José Sócrates (Programa do XVII Governo Constitucional e Assembleia da República, 2015).

As Adversidades

Nesta matéria também existe concordância entre ambos os entrevistados, defendendo a opinião que existe falta de regulação no mercado. Os entrevistados entendem que a legislação não é clara na política de preços e por isso não sabem o que podem ou não fazer e por esse motivo existem problemas nesta matéria. Esta opinião é defendida por ambos, de acordo com as suas explicações. No caso do entrevistado da Vortal, a sua ideia é que “ (...) se alguma coisa é regulada é a componente de segurança das plataformas, mas depois a política de preços perante os clientes, não é. E nisso existem problemas, tanto que a lei está a ser mudada, porque existem problemas.”. Por sua vez o entrevistado da Gatewit é da opinião que “ (...) era necessário haver uma revisão da legislação, porque há falta de regulação no mercado (...), porque a legislação não é clara, sobre esta matéria.”.

Motivo da Criação da Empresa

Sobre a justificação para a criação das empresas não existiu unanimidade. Enquanto a Vortal foi criada, tendo como objetivo o lucro, a Gatewit refere que “ (...) já existia uma plataforma mais ou menos criada para o setor privado, por isso a implementação da Contratação Pública

Eletrónica surgiu como uma oportunidade, adaptando o que já existia ao setor público.”. No entanto esclarece que “ (...) a Contratação Pública Eletrónica não está na base de criação da empresa (...). ”.

Fatores de Crescimento da Empresa

Ambos os entrevistados apontam a internacionalização como o principal fator no crescimento das suas empresas. A internacionalização serviu para abrir os seus mercados, tanto a nível europeu, contando com a sua presença em países como Espanha ou Reino Unido e ainda extra Europa, como é caso do Brasil, China, Índia ou Colômbia.

O entrevistado da Vortal revela que “ (...) a Vortal é já a segunda empresa do mundo nesta área. Já faz 24% dos seus negócios no estrangeiro.”. Enquanto o entrevistado da Gatewit revela que o processo de internacionalização “ (...) iniciou-se em 2011 em Espanha e no Brasil.”.

Desafios da Empresa

Relativamente aos desafios, também existe concordância para ambos os entrevistados, uma vez que referem, que a internacionalização e a inovação constituem fortes desafios.

A internacionalização pela necessidade de se manterem no mercado. Por outro lado, a necessidade de inovação constante é um desafio contínuo, porque as suas plataformas têm que responder de uma forma persistente e proactiva à concorrência do seu mercado, caso contrário, perdem negócio de acordo com as palavras de ambos os entrevistados, que abaixo se transcrevem:

O entrevistado da Vorta refere “Ou estou constantemente a melhorar a minha plataforma ou estou a perder negócio.”.

Relativamente ao entrevistado da Gatewit defende a mesma opinião, uma vez que menciona que “O acompanhamento das necessidades dos nossos clientes é necessário, procurando sempre responder-lhes com as melhores condições e entregar-lhes as maiores facilidades de trabalho. A tecnologia pretende-se fácil e ágil e é isso que pretendemos dar ao nosso mercado. A isto chamamos inovação!”.

Autonomia da Empresa

Ambos os entrevistados referiram que a atualização das suas plataformas pode ser feita sem responder a qualquer entidade, por isso a autonomia é total, apenas têm que ter em consideração a legislação em vigor, porque não a podem contrapor.

A Entidade Reguladora das Plataformas Eletrónicas

O CEGER, foi referido por ambos os entrevistados, mencionando que é a única entidade a quem têm que dar resposta, mas apenas no cumprimento dos pressupostos de segurança. Tal pode ser comprovado pelas suas afirmações, o entrevistado da Vortal menciona que “ (...) há uma entidade que faz uma certificação que desempenha o papel de supervisora das plataformas eletrónicas que é o CEGER (...)”. A Gatewit refere que “O CEGER audita as plataformas nos seus caracteres de segurança, não nas suas atualizações. Por isso se as plataformas forem cumpridoras dos pressupostos de segurança exigidos legalmente, não existem penalizações.”.

O Processo de Atualização das Plataformas Eletrónicas

Relativamente ao processo de atualização foram defendidas duas posições distintas, de acordo com as declarações que se reproduz seguidamente:

O entrevistado da Vortal refere que “(...) de 15 em 15 dias a minha plataforma tem uma *major release*, aliás, tem uma *minor release* e depois de 6 em 6 meses tem *major release*. Quer dizer, eu todos os dias estou a ganhar e a perder clientes...Ou estou constantemente a melhorar a minha plataforma ou estou a perder negócio.”.

A Gatewit menciona que “A nossa plataforma tem um procedimento de "boas práticas", onde refere que por exemplo, quando são feitas atualizações, todos os nossos utilizadores são notificados antecipadamente. Quando essas alterações são significativas, a plataforma dispõe de manuais de utilização.”.

4.2.2 Análise e discussão dos resultados das entrevistas aplicadas aos superiores hierárquicos ligados à área de aprovisionamento utilizadores de plataformas eletrónicas de compras públicas

Foram elaboradas 4 entrevistas dirigidas aos superiores hierárquicos do Hospital de S. José, SIMAS, INIAV e ISCSP (anexo VII, VIII, IX e X, respetivamente), ligados à área de aprovisionamento que utilizam as plataformas eletrónicas, com o objetivo de recolher dados sobre o que pensariam estes intervenientes do processo de implementação da contratação Pública em Portugal, utilizando para o efeito, a metodologia anteriormente descrita.

Importa fazer aqui uma breve apresentação das entidades entrevistadas.

Hospital de S. José: Hospital pertencente ao Centro Hospitalar de Lisboa Centro, EPE que de acordo com Centro Hospital de Lisboa Central (2015) com a missão de “ (...) prestar

cuidados de saúde diferenciados, em articulação com as demais unidades prestadoras de cuidados de saúde integradas no Serviço Nacional de Saúde (SNS).”.

Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento (SIMAS) de Oeiras: Segundo SIMAS (2015) constitui “ (...) um serviço público não personalizado, de interesse local (...) que pretende garantir o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.”.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV): Segundo INIAV (2015) “O INIAV tem por missão a concretização da política científica e a realização de investigação de suporte a políticas públicas, na defesa dos interesses nacionais e na prossecução e aprofundamento de políticas comuns da União Europeia.”. Importa ainda acrescentar que o mesmo organismo “ (...) detém os Laboratórios Nacionais de Referência para as doenças dos animais, para a segurança alimentar e para as doenças e pragas das plantas.”.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP): O Instituto pertence à Universidade Lisboa e está orientado para o ensino e investigação na área das Ciências Sociais e Políticas e conforme cita o seu site (ISCSP, 2015), e tem como missão “ (...) a formação humana, cultural, científica e técnica, na área das Ciências Sociais e Políticas, a realização de investigação fundamental e aplicada a concretização de intercâmbio no âmbito das Ciências Sociais e Políticas, a contribuir ainda para a cooperação internacional e aproximação entre povos e por fim a prestação de serviços à comunidade.”.

A realização destas entrevistas permitiu, de certo modo, assegurar diferentes perspetivas sobre o assunto em análise, visto se encontrarem em áreas de atividades distintas, tal como descreve o quadro VI:

Quadro VI: Resultado das entrevistas aos utilizadores de Plataformas Eletrónicas

	HOSP. S. JOSÉ	SIMAS	INIAV	ISCSP
Processo de Implementação	Um caso de sucesso, que não quer dizer que não necessite de melhorias.	Já se encontra integrado na sua instituição e entrega "(...) maior transparência, a concorrência é maior, reduz os custos a nível de publicações de anúncios (...)"	É o que temos e permitiu a implementação das Plataformas Eletrónicas com as quais funcionamos	É bastante positivo a nível de funcionamento, no entanto o processo de implementação pode não ter correspondido ao espectável.
Adversidades	Prazos e montantes inexequíveis para casos de surto ou epidemias. Para solucionar a situação dever-se-ia manter a anterior legislação que exclui os Hospitais de cumprir a parte II do CCP, até aos limiares Comunitários.	Na fase inicial, atualmente é um processo que já se encontra bem integrado na lógica de contratação da instituição	Prazos e montantes inexequíveis para casos de surto ou epidemias. Para solucionar a situação dever-se-ia manter a anterior legislação que exclui os Laboratórios de cumprir a parte II do CCP, até aos limiares Comunitários.	Na sua fase inicial, mais especificamente, foi entender a operacionalização do CCP. Encontrar um organismo que respondesse às dúvidas iniciais e ainda atualmente a impossibilidade de se contratar novos recursos humanos.
Redução de Tempo	É Claro. Prova, era o tempo que se demorava no processo de abertura de propostas.	Existe	Inalterado, porque o trabalho de disponibilização na plataforma tem que ser feito de igual forma.	Existe celeridade de tempo e tempo é dinheiro.
Redução de Custos	Existe	Existe na publicação de documentos, no entanto são necessárias impressões e toners e nesse aspeto a redução não existe.	São as grandes firmas que têm capacidade para deitar preços abaixo e claro que nós poupamos imenso dinheiro, porque compramos produtos a 50% a menos.	Quando estamos perante grandes empresas elas conseguem baixar os preços, logo poupa-se com isso.
Aumento da Concorrência	De uma forma geral abriu o mercado. No entanto, a cobrança dos selos temporais aos fornecedores faz com que os fornecedores se vejam obrigados a escolher a sua presença em determinadas plataformas, para minimizar os seus custos. Esta realidade gera uma concorrência desigual de plataforma para plataforma, diminuindo assim a concorrência. A solução para esta situação seria a cobrança dos selos temporais por uma entidade certificada, permitindo a sua regulação e tornar este processo mais transparente e equitativo.	De uma forma geral abriu o mercado. No entanto, a forma de cobrança dos selos temporais vai contra o que a lei define. Deveria existir um mecanismo que permitisse a cobrança à <i>posteriori</i> dos selos temporais, mas que não inviabilize a entrada, porque isso é um contraditório com o princípio da concorrência, porque ao inviabilizar a entrada, está a inviabilizar a concorrência."	Tenta-se diversificar os fornecedores, no entanto como não utilizam as plataformas para ajustes diretos é difícil ter essa perceção.	Os custos fixos com as plataformas (selos temporais), do ponto de vista do fornecedor, leva a que não se consiga manter a igualdade na concorrência.
Aumento da Transparência	Existe claramente	Existe, é um facto	Sem dúvida que existe. Em processos de auditoria, estes sistemas chegam a ser meios de prova como as entidades convidadas não foram beneficias no processo de contratação.	Veio trazer mais transparência e profissionalismo.
Desmaterialização	Ainda está em curso, uma vez que ainda existem entidades, como o Tribunal de Contas, que pedem cópias completas e devidamente autenticadas de cada processo a auditar.	Esta em evolução, mas ainda existem entidades, como o Tribunal de Contas, que pedem cópias completas e devidamente autenticadas de cada processo a auditar.	Não existem diferenças porque ainda existem entidades, como o Tribunal de Contas e Auditorias das Finanças, que pedem cópias completas e devidamente autenticadas de cada processo a auditar. Por outro lado obrigam-nos a manter nos nossos arquivos os processos de contratação durante 5 anos	Ainda está em curso, uma vez que ainda existem entidades, como o Tribunal de Contas, que pedem cópias completas e devidamente autenticadas de cada processo a auditar. Acrescenta-se ainda que o processo de "(...) desmaterialização tem uma serie de cuidados a ter e a desenvolver que tem que se salvaguardar a responsabilidade e a atuação, conforme existia em papel."
Simplificação Processual	Existe claramente	Existe.	Existe	Existe claramente
Diminuição da Corrupção	A utilização das plataformas reduz o risco de corrupção.	Existe, porque "(...) acredito que traga alguma vantagem, porque se tudo for feito como deve ser é um processo que é transparente."	As plataformas são uma clara vantagem.	Há tendência para a sua diminuição
Plataforma Eletrónica Utilizada	Vortal	Gatewit	AnoGov	Gatewit
Dificuldades na Utilização da Ferramenta	Não, são de fácil manuseamento.	Não, é uma ferramenta intuitiva.	Não	Naquilo que é, regra geral, do funcionamento das aquisições por plataforma "(...) já se consegue navegar em velocidade cruzado."
Dificuldades Processuais	A definição das especificações técnicas são uma grande dificuldade, porque tornar o subjetivo em objetivo, pode gerar erros e provocar a entrega de bens ou serviços diferentes do que era o desejados. Esta dificuldade deve-se ao facto do CCP não permitir a menção de marcas, ou códigos-referência na definição das especificações técnicas.	A definição das especificações técnicas são uma grande dificuldade, porque tornar o subjetivo em objetivo, pode gerar erros e provocar a entrega de bens ou serviços diferentes do que era o desejados. Esta dificuldade deve-se ao facto do CCP não permitir a menção de marcas, ou códigos-referência na definição das especificações técnicas.	A falta de objetividade do CCP, como é o caso da definição do valor limite a que se devem pedir os documentos de habilitação. Esta omissão leva a interpretações diferentes, logo a ações distintas de entidade para entidade. Por outro lado é criticado nas suas omissões em algumas matérias, como é o caso de venda de bens públicos. Esta matéria era anteriormente regulada por diplomas legais indexados à contratação de bens e serviços e após a entrada em vigor do CCP, essa matéria deixou de ter qualquer regulação.	A definição das especificações técnicas são uma grande dificuldade, porque tornar o subjetivo em objetivo, pode gerar erros e provocar a entrega de bens ou serviços diferentes do que era o desejados. Esta dificuldade deve-se ao facto do CCP não permitir a menção de marcas, ou códigos-referência na definição das especificações técnicas. Outro fator limitado é a questão da impossibilidade de renovação dos recursos da administração pública.

Fonte: Autoria do próprio autor.

Para analisar o quadro anterior, ir-se-á dividir a referida observação pelos vários pontos abordados:

O Processo de Implementação da Contratação Pública em Portugal

Nesta matéria, os entrevistados fazem um balanço relativamente positivo, uma vez que, o entrevistado do Hospital de S. José, revela que é “ (...) um caso de sucesso (...) ”, por sua vez, o entrevistado do SIMAS, considera que, este processo já se encontra integrado na sua instituição, considerando que entrega “ (...) maior transparência, a concorrência é maior, reduz custos a nível de publicações de anúncios (...)”. No que ao INIAV diz respeito, este processo é o que está em vigor e portanto tem que se saber trabalhar com ele. O ISCSP vem reforçar a posição do entrevistado do Hospital de S. José, dizendo que “ (...) é bastante positivo a nível de funcionamento (...)”.

Apesar das críticas positivas, dever-se-á ter em conta o que foi declarado pelo entrevistado do Hospital de S. José, que nos revela que apesar de ser um caso de sucesso “ (...) não significa que não tenha muitas arestas para serem limadas e que possam ser melhoradas.” e ainda o referido pelo entrevistado do ISCSP, que declara ser de opinião que o processo de implementação “(...) não tenha sido o que correspondia ao expectável!”.

Adversidades

Após a descrição das opiniões sobre o processo de implementação, importa analisar as adversidades sentidas pelos entrevistados de cada instituição.

Observado o quadro VI constata-se que os entrevistados ligados ao setor de saúde pública (Hospital de S. José e INIAV), comentam a mesma tipologia de adversidades, enquanto os outros dois entrevistados resumem as suas dificuldades no processo inicial de implementação.

Passando a citar, a opinião de cada entrevistado ligado à saúde revemos que o entrevistado do Hospital de S. José declara que anteriormente “Nós podíamos trabalhar em direito privado até aos limiares comunitários, o que significava que a gente podia fazer procedimentos céleres e agora 75.000€ para nós não é nada.”. O entrevistado do INIAV revela que “(...) os 75.000€ estoiram num instante!” e acrescenta ainda que “(...) o que era benéfico era, a contratação ser mais virada para os laboratórios de estado reverem as nossas dificuldades, para os prazos que temos que cumprir (...)”. Ora entende-se que ambos são da opinião que os prazos e montantes, exigidos legalmente, são inexecutáveis.

Neste sentido, revelam uma crítica à atualização da legislação, visto que o entrevistado do Hospital de S. José declara que “O Código antes tinha lá uma alínea que dizia que os

Hospitais E.P.E até aos limiares comunitários estavam dispensados da aplicação da parte II do Código! Bastava aquela alínea, que era uma alínea bastante jeitosa!”.

O entrevistado do INIAV corrobora com a opinião do entrevistado anteriormente referido, dizendo que “Porque até 2012 nós estávamos equiparados às Universidades e tínhamos o regime de exclusividade e não nos aplicavam os 75.000€ (...) E podíamos fazer ajustes diretos até 193.000€, até ao limite comunitário.”. Analisando, ambos os entrevistados são da opinião que dever-se-ia manter a anterior legislação, que excluía os Hospitais e os Laboratórios de cumprir a parte II do CCP até aos limiares comunitários. Importa esclarecer que o n.º 3 do artigo 5º do CCP era a cláusula que permitia que estas entidades não cumprissem com a parte II do referido código, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, o referido número foi revogado, passando estas entidades a estarem sujeitas ao cumprimento da lei na sua globalidade.

Relativamente aos restantes entrevistados e conforme já se tinha referido, as dificuldades encontradas foram na sua maioria sentidas na fase inicial do processo de implementação do novo código devido à resistência do pessoal, conforme se pode confirmar pelas declarações do entrevistado SIMAS, que refere que “(...) as pessoas estavam habituadas a um determinado tipo de procedimento e portanto era um procedimento que já estava instituído, era assim, e às vezes é complicado que as pessoas utilizem as plataformas para fazerem os seus processos de aquisição, é complicado!”.

No caso do ISCSP são apontadas as mesmas dificuldades, de acordo com a sua entrevista que revela que “ (...) a dificuldade principal foi mesmo, a operacionalização, foi entender a operacionalização!” visto que anteriormente “ (...) já estava tudo muito estruturado, porque a legislação vigorou durante muito tempo e foi amadurecida. (...) De repente, essas pessoas que andavam a ser formadas para o seu ambiente de trabalho, passados dois ou três anos têm um novo código que a nível de atuação não é comparável com o anterior. E aí foram as dificuldades naturais!”.

Há que salientar ainda os aspetos mencionados, apenas, pelo entrevistado do ISCSP sobre o sucesso do CCP na Administração Pública. Por um lado, em termos de implementação, o entrevistado revela que “E aí foram as dificuldades naturais! O que senti na altura, em 2008, foi encontrar um organismo que conseguisse dar resposta às dúvidas.” Por outro é apontada outra limitação que pode estar ligada à conjuntura vivida atualmente que impossibilita a contratação de recursos humanos, tal como revela a sua opinião “ (...) em serviços que não foi possível implementar, tem muito a ver com a quantidade de processos que têm e que não

conseguiram introduzir novas pessoas para apoiar e que dominassem melhor as tecnologias que pudessem apoiar e que fizessem a transição. Daí eu estar convicta que os serviços que não conseguiram implementar, de forma prática e amplamente, o CCP tem muito a ver com essa realidade.”.

Redução de Tempo

Sobre a redução de tempo, o entrevistado do Hospital de S. José declara que as plataformas foram uma ajuda porque “ (...) poupou aqueles atos de aberturas públicas (...) que eram surrealistas! Eu passava nos serviços 2 dias em média para uma abertura”. Enquanto, o entrevistado do SIMAS quando é questionado sobre se sentia a redução do tempo consumido, responde automaticamente “Sim, sim!”. O entrevistado do ISCSP, revela que “Uma outra poupança é a celeridade e tempo, e tempo é dinheiro, não é!?”. Por fim o entrevistado do INIAV, sobre a matéria em referência, declara que “Não, não sinto alteração (...) porque eu tenho o mesmo trabalho em fazer por *email* ou fazer por plataforma o trabalho é feito todo antes!”.

Analisando, consegue-se entender que existe concordância entre todos os entrevistados, conforme se pôde verificar pelas declarações acima, exceto o entrevistado do INIAV. Mas importa aqui ressaltar que houve interpretações distintas da pergunta elaborada. Os entrevistados do Hospital de S. José, SIMAS e ISCSP interpretaram a redução de tempo, como o tempo consumido durante o processo de contratação, declarando que de uma maneira geral, os formalismos existentes até à implementação das plataformas eram mais consumidores de tempo e por isso mais demorados. O entrevistado do INIAV interpretou a questão de forma diferente, ao compreender que a redução de tempo, era sobre o tempo consumido para a preparação do procedimento, dando por isso a entender que no que diz respeito à produção burocrática, as plataformas não deram qualquer contributo na aceleração do processo de contratação.

Redução de Custos

Em matéria de redução de custos, são proferidas as seguintes opiniões:

Entrevistado do Hospital de S. José: “Nós somos um grande Hospital e portanto na maioria dos nossos artigos houve redução de custos. Quando são artigos de pouca expressão aí não há redução de custos, porque há fornecedores de nichos de mercados de coisinhas pequeninas que depois para poderem apresentar a sua proposta na Vortal têm que comprar os selos e aqueles selos têm que ficar diluídos algures, logo são diluídos no preço. (...) Nós aqui somos um grande comprador, portanto temos a parte positiva da coisa que é o facto de acedermos a

outros concorrentes e se aumentamos a concorrência o preço também melhora com esse facto.”.

Entrevistado do SIMAS: “Foi o que falei no início, reduz custos a nível de publicações, agora para nós (...) a redução de custos acaba por não ser tão evidente por causa da impressão e do arquivo em papel de tudo.”.

Entrevistado do INIAV: “São as firmas grandes que têm maior capacidade para deitarem preços abaixo e claro que poupamos imenso dinheiro, porque compramos os produtos a 50% a menos que é importante!”.

Entrevistado do ISCSP: “Enquanto que se for uma grande empresa que consegue maior quota de mercado, porque tem outra visão do mundo empresarial, tem outra visão do concorrente, tem outra estrutura e consegue estudar o concorrente, que um pequeno empresário não consegue, fá-lo ter uma maior vantagem competitiva. Por outro lado a questão do preço, uma grande empresa que consegue ter uma grande quota de mercado, consegue ter melhor preço do que uma pequena empresa!”.

Analisando todos os entrevistados, com exceção do entrevistado do SIMAS, referiram que arrecadam poupanças quando lidam com grandes empresas, porque estas por terem uma grande quota de mercado conseguem baixar significativamente os seus preços ao contrário do que acontece com o pequeno e médio fornecedor.

Aumento da Concorrência

Em matéria de aumento da concorrência, os entrevistados respondem afirmativamente sobre a sua efetivação, apenas o entrevistado do ISCSP é da opinião que é difícil “(...) manter a igualdade na concorrência!”.

Apesar da crítica positiva, a maioria dos entrevistados criticam a forma como os selos temporais (mecanismos imprescindível na contratação pública) são cobrados, uma vez que acabam por prejudicar a concorrência. Tal, pode ser confirmado pelas declarações de cada um dos entrevistados:

Entrevistado do Hospital de S. José: “ (...) muitas vezes pequenas empresas vêm-se impossibilitadas de ter a plataforma ou de acederem à plataforma porque não têm capacidade financeira para poderem comprar os selos temporais! Se calhar as vezes ficamos sem o preço mais competitivo ou mais barato (...)!”.

Entrevistado do SIMAS: “ (...) selos temporais (...) não inviabilize a entrada, porque isso é um contraditório com o princípio da concorrência, porque ao inviabilizar a entrada, está a inviabilizar a concorrência não é?! ”.

Entrevistado do ISCSP: “O ISCSP há semelhança de outras instituições, creio que em geral, já sentiu isso em determinados procedimentos que acabam por ficar vazios! É a questão que eu lhe disse há pouco, a questão dos encargos fixos para um concorrente, na conjuntura atual, acabam por ser demasiado penosos.”.

Observando as declarações dos entrevistados percebe-se que, os entrevistados não concordam com a forma como os selos temporais são cobrados, porque podem levar a que os fornecedores se vejam obrigados a escolher a sua presença em determinadas plataformas, para minimizar os seus custos. Deste modo, a concorrência torna-se desigual de plataforma para plataforma, colidindo com os pressupostos do CCP. Para solucionar a situação, alguns dos entrevistados sugerem que a cobrança dos selos temporais fosse garantida por uma entidade certificada, permitindo a sua regulação e tornando assim, este processo mais transparente e equitativo. Tal pode ser certificado pelos testemunhos dos entrevistados do Hospital de S. José e do SIMAS que são da opinião que, “Devia haver uma forma do fornecedor quando compra os selos, eles darem para tudo!” e por outro lado que, “ (...) os selos fossem adquiridos e onde pudessem usar para todas as plataformas (...)!” respetivamente.

Os entrevistados do Hospital de S. José e do SIMAS vão mais longe e revelam que são da opinião que o mercado das plataformas é muito pouco regulado, tal como se pode comprovar, revendo as suas opiniões:

Entrevistado do Hospital de S. José: “ (...) terem um procedimento mais regulado, porque atualmente as empresas como não podem financiar-se no comprador, porque nós só pagamos a utilização da nossa plataforma, então os fornecedores das plataformas, vão financiar-se no fornecedor que tem que comprar os selos porque têm que estar registados em plataformas.”.

Entrevistado do SIMAS: “ Tinha que haver uma entidade (...) porque serem as plataformas as revenderem os selos, não me parece que seja muito transparente!”.

Aumento da Transparência

No que respeita ao aumento da transparência, é unanime a opinião que as plataformas eletrónicas contribuem para o seu aumento. Todos os entrevistados quando questionados sobre o aumento da transparência na contratação pública utilizando as plataformas, as suas repostas foram automáticas, o entrevistado do Hospital de S. José responde “Sim, sim!”, o entrevistado do INIAV declara que “Existe transparência!”, o entrevistado do SIMAS afirma que “Agora, acho que há uma maior transparência (...)” e por fim o entrevistado o ISCSP corrobora todas as anteriores opiniões, visto que também assegura que “(...) veio trazer muito

mais transparência, muito mais... até profissionalismo na ação da aquisição, da própria adjudicação pública.”.

O entrevistado do INIAV declara até, que as plataformas podem servir até de meio de prova para auditorias “Porque chego ali à plataforma, faço ali o *print sreen* do ecrã onde estão as propostas todas. Portanto, em termos de um contrato para o Tribunal de Contas está tudo espelhado e portanto ajuda-nos muito a provar que não houve benefícios para ninguém!”.

A Desmaterialização

Sobra a desmaterialização, os entrevistados declararam o seguinte:

Entrevistado do Hospital de S. José: “ (...) a questão da desmaterialização não está perfeitamente conseguida, mas está parcialmente conseguida e é uma mais-valia!”.

Entrevistado do SIMAS: “Acho até que deve evoluir mesmo para desmaterialização total o que não acontece!”.

Entrevistado do INIAV: “Não há grande diferença!”.

Entrevistado do ISCSP: “ (...) a própria estrutura administrativa tem que ser toda desmaterializada e a maioria dos serviços não tem. Portanto continua a ter os documentos originais assinados.”.

Revistos os testemunhos dos intervenientes constata-se que é unanime a opinião sobre a desmaterialização, resumidamente todos são de opinião que o processo de desmaterialização ainda está em curso.

Todos os entrevistados justificam as suas posições do seguinte modo:

Entrevistado do Hospital de S. José: “ (...) ainda não conseguimos abolir o papel nem vejo tão depressa que se consiga, porque é o júri, é o Conselho de Administração era preciso que todos tivéssemos integrados, é o Tribunal de Contas (...) porque o Tribunal pede os meus processos (...) e o Tribunal o que pede é uma cópia autenticada em papel (...).”.

Entrevistado do SIMAS: “Pode até um processo ser todo desmaterializado e estar informaticamente registado, mas só o facto de se imprimir para se assinar um contrato, logo aí... Depois temos organismos como o tribunal de Contas, ou inspeções, que querem que os processos sejam todos fotocopiados. Outra coisa, se tivermos uma certificação, aquelas de qualidades, as ISOs, eles obrigam a cópia em papel do processo todo, todo arquivado.”.

Entrevistado do INIAV: “ (...) E o processo todo para o Tribunal de Contas desde o início, desde o pedido de abertura de concurso, devidamente justificado, todas aquelas coisas da contratação e depois foi os *print screens* todos da plataforma, a lista de concorrentes,

obrigaram-me a por as propostas de todos os concorrentes (...). E portanto os documentos foram todos, todos, todos impressos. Devia haver uma maneira de por tudo em CD ou outro meio que o Tribunal de Contas aceitasse para não haver esta necessidade de impressão.” o entrevistado acrescenta ainda que “ (...) eu tenho que ter por 10 anos uma conta de gerência com os papéis todos, e tenho que ter o processo todo completo! E tenho que o ter durante 10 anos ou até a conta de gerência ser aprovada!”.

Entrevistado do ISCSP: “Até mesmo quem nos audita, o Tribunal de Contas e os organismos internos como externos, não estavam preparados para esta nova realidade. Por exemplo, a nível de validação de um procedimento, o Tribunal de Contas pedia sempre o papel e a sequência do procedimento todo em papel.” o entrevistado acrescenta ainda que “ (...) as entidades que auditam a legalidade das contratações têm pouco apoio e por isso não se ajustam à legislação em vigor, em termos de desmaterialização.”.

Analisando, todos os entrevistados referem que apesar do CCP apontar na concretização de desmaterialização, ainda existem entidades, como o Tribunal de Contas e outras entidades que auditam a legalidade das contratações, obrigando ao envio de cópias autenticadas de cada processo a auditar, procedimento que vai contra o que é pretendido pelo CCP.

A Simplificação Processual

Do ponto de vista da simplificação processual não existem dúvidas sobre a opinião dos entrevistados, todos defendem que as plataformas eletrónicas permitiram a concretização da simplificação processual. Os testemunhos abaixo confirmam o referido:

Entrevistado do Hospital de S. José: “A tramitação na própria plataforma eles têm estado a agilizar, pelo menos em termos da Vortal, eles têm estado a ficar mais agilizados.”.

Entrevistado do SIMAS: “Também é notória a simplificação!”.

Entrevistado do INIAV: “Olhe, ajudam na parte de simplificação (...)!”.

Entrevistado do ISCSP: “Sim ajudaram!”.

Diminuição da Corrupção

Em matéria de corrupção, os entrevistados proferiram as seguintes opiniões:

Entrevistado do Hospital de S. José: “Agora, houve sim, uma diminuição do potencial risco de corrupção (...). Porque se eu tenho uma plataforma que fecha impreterivelmente à data que eu fixe a apresentação das propostas. Eu tenho a certeza que não há a tentação de nenhum fornecedor vir ca entregar a algum funcionário uma proposta fora de horas.”.

Entrevistado do SIMAS: “Porque eu acredito que tenha tido benefícios e que traga alguma vantagem, porque se tudo for feito como deve ser é um processo que é transparente!”.

Entrevistado do INIAV: “Na plataforma (...) o que entrou, entrou e ficou! Portanto isso é uma clara vantagem!”.

Entrevistado do ISCSP: “Mas eu penso que sim, aparentemente sim, porque é transparente! (...) Portanto eu acho que há tendência a diminuir.”.

Deste modo, pode-se concluir que todos os intervenientes são de opinião que as plataformas eletrónicas contribuem para a diminuição de risco de existência de corrupção e que são uma vantagem no seu combate.

As Plataformas Eletrónicas de Compras Públicas e as suas Dificuldades

Dificuldades na Ferramenta

Verificado o quadro VI observa-se que as plataformas utilizadas nas instituições dos entrevistados são distintas, excluindo o caso do SIMAS e do ISCSP que utilizam a plataforma da Gatewit, os restantes utilizam a Vortal e a AnoGov.

Apesar das diferenças entre plataformas, é genérica a opinião que estas ferramentas são de fácil manuseamento e intuitivas e por isso não existem dificuldades a apontar na sua utilização, conforme as declarações de cada um dos entrevistados que abaixo se transcreve:

Entrevistado do Hospital de S. José: “É tudo bastante agilizado e é relativamente simples!”.

Entrevistado do SIMAS: “ (...) a plataforma já está em uso há algum tempo e por isso já estamos bastante familiarizados com ela!”.

Entrevistado do INIAV: “Não é problemático! Temos um ou outro problema, mas temos tido o apoio da plataforma e eles têm sido impecáveis, por isso consegue-se ultrapassar!”.

Entrevistado do ISCSP: “Naquilo que é, regra geral, do funcionamento das aquisições que temos eu penso que hoje em dia, e estou convicta que no caso do ISCSP e nas organizações que tiveram o mesmo caminho que nós e outras até que tiveram um caminho melhor que nós, em todas estas situações já se consegue navegar em velocidade cruzeiro, penso que já não há grandes sustos ou grandes precipitações. Por isso penso que já estamos verdadeiramente à vontade!”.

Dificuldades Processuais

Sobre as dificuldades apontadas pelos entrevistados caracterizadas como sendo de natureza processual, constata-se as seguintes revelações:

Entrevistado do Hospital de S. José: “ (...) a base jurídica não, porque temos minutas. Agora a definição das características técnicas dos produtos e dos critérios de adjudicação é uma grande dificuldade num hospital (...).”.

Entrevistado do SIMAS: “Sim, isso aí sim! As fórmulas eu penso que é... as fórmulas, a definição dos subcritérios, penso que isso é um constrangimento complicado.”.

Entrevistado do INIAV: “Pois, porque um concurso público onde não se pode pôr marcas, não se pode pôr as referências, só se pode pôr as características está ver...Qualquer erro, uma pequena virgula, uma pequena coisa nas características, pode fazer com que eu tenha um produto diferente daquele que eu quero!” acrescenta ainda que “O decreto é omissivo em algumas partes, (...) na parte de vendas de produtos (...). Para além de não ser fácil tem ali alguns artigos que são dúbios fica um pouco dependente da interpretação de cada jurista. E eu digo-lhe um exemplo que tenho no código é os documentos habitacionais, há juristas que dizem que é obrigatório para qualquer valor e há outros juristas que dizem que só são obrigatórios a partir de 5.000€.”.

Entrevistado do ISCSP: “Sim as especificações técnicas, no fundo, foi aquilo que eu referi a nível de dominar os bens e os equipamentos que se podem implementar ou o serviço em si que é ter o conhecimento técnico do que se pretende. Por outro lado a questão do CCP nos encaminhar para o mais baixo preço leva a que tenhamos dificuldades em ter a tal fórmula para conseguir encontrar...”.

Recapitulando, a descrição das especificações técnicas estão integradas na conceção do caderno de encargos que constitui uma das peças dos procedimentos concursais para aquisição de bens ou serviços. Se do caderno de encargos decorre o futuro contrato a ser celebrado entre as partes, a qualidade na conceção do caderno de encargos vai influenciar positivamente a qualidade do contrato. Portanto, quanto melhor for a descrição das especificações técnicas, maiores garantias haverá que o que é entregue estará de acordo com o pretendido. Considerando que não é permitida a menção de marcas ou quaisquer outras referências, salvo se existir a expressão “ou equivalente”, torna-se difícil o subjetivo ser objetivo e capaz de ser avaliado pelo júri do procedimento.

O enquadramento anterior capacita para análise das declarações proferidas e por isso, reconhece-se a dificuldade na descrição das especificações técnicas do bem ou serviço a

adquirir, obstáculo salientado unanimemente por todos os intervenientes. O facto de o CCP não permitir a menção de marcas, ou códigos-referência, faz com que qualquer erro ou discrepância na definição das especificações técnicas cause entregas de bens ou serviços diferentes do que era o desejado, promovendo o desperdício dos dinheiros públicos.

O CCP é ainda criticado pelo entrevistado do INIAV, porque entende que este código é pouco objetivo em matéria de documentos de habilitação, visto ser omissivo no valor mínimo a que se devem pedir os referidos documentos, gerando interpretações distintas, dando azo a tomadas de decisão diferentes de entidade para entidade. Critica também, a falta de regulação em algumas matérias, como é o caso de venda de bens público.

5. Conclusão

O confronto entre a análise documental e a análise de conteúdo das entrevistas permite verificar que o processo de implementação da contratação pública eletrónica foi conseguido, no entanto a sua manutenção pode estar posta em causa, devido às possíveis falhas na sua regulação. Importa relembrar que em Portugal a contratação pública eletrónica é regulada atualmente pelo CCP e indexado a este existe legislação complementar que permite manter a sua regulação. A existência de falhas em alguns destes diplomas legais pode por em causa a manutenção desta forma de contratação.

Nestes termos e tentando responder à pergunta de partida “*Qual o processo de implementação de Compras Públicas Eletrónicas na Administração Pública Portuguesa entre 2002 até 2013 e quais os seus principais problemas?*” verifica-se que o processo de implementação é incentivado pelas Diretivas Comunitárias, mas cabe a cada Governo de cada Estado Membro criar a regulação interna necessária para a sua efetivação. Em matéria de contratação pública eletrónica e, tal como já anteriormente revisto, o CCP veio transpor para a ordem interna Nacional as diretivas publicadas pela União Europeia, para a sua materialização foram criadas as plataformas eletrónicas de compras públicas.

Deste modo, chega-se à conclusão que entre a legislação aplicável à Contratação Pública eletrónica e as plataformas não existem nem podem existir desvios de objetivos. Porém, entre os pressupostos que o CCP defende e a sua efetivação existem algumas contestações, pelo que importa debate-las uma a uma, tentando identificar as concretizações que este diploma legal alcançou e possíveis problemas que fragilizam contratação pública eletrónica em Portugal. Consequentemente observam-se as seguintes situações:

1. Sobre a redução de tempo e corroborando com o definido por CCP, (2008) que descreve que “ (...) prossegue o objectivo de introduzir um maior rigor e celeridade em matéria de contratação pública e de execução de contratos administrativos (...)” (p. 754), deste modo e após revisão das entrevistas realizadas aos utilizadores das plataformas, constata-se que três dos quatro entrevistados são da opinião que estes mecanismos vieram ajudar na redução de tempo dos procedimentos aquisitivos, que anteriormente eram processos muito morosos.
2. Relativamente à redução de custos as opiniões divergem. Por um lado os entrevistados do Hospital de S. José, INIAV e do ISCSP, defendem que o cliente consegue usufruir de poupanças pelo facto das grandes empresas, por deterem um grande poder financeiro, lhes é permitido baixar os seus custos. Por outro, o entrevistado do ISCSP alerta que poder-se-á estar a prejudicar o maior tecido empresarial português (as pequenas e médias empresas).

Tendo em conta o descrito pelos entrevistados do Hospital de S. José e do ISCSP e supondo que os custos dos selos temporais devam ser diluídos nas propostas dos concorrentes é difícil para as pequenas e médias empresas manter as suas propostas mais competitivas, relativamente às grandes empresas que têm maior capacidade financeira, podendo assim baixar os preços das suas propostas.

3. Sobre o aumento da concorrência, objetivo pertencente ao âmago do CCP, conforme o mesmo descreve “os princípios (...), da concorrência (...) parâmetros que reconhecidamente dominam as tramitações procedimentais pré-contratuais (...)” (p. 754), pode-se afirmar que a concordância na opinião dos entrevistados sobre esta matéria existe, mas vai em sentido contrário ao definido no CCP. Tendo em conta os juízos dos entrevistados e em conjugação com a análise documental anteriormente realizada, verifica-se que o referido diploma legal não atua sobre o mercado das plataformas eletrónicas. Para esse efeito existe regulação específica complementar que são o Decreto-lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho – “Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos (...)” [p. 4748-4750] e a Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho – “Define os requisitos e condições a que se deve obedecer a utilização das plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas.” [p. 5106-5131].

Pela revisão documental deteta-se que o mercado das plataformas eletrónicas é apenas regulado pela garantia de determinados pressupostos de segurança, conforme Despacho n.º 32639-A/2008, de 26 de dezembro, que refere que o CEGER atribui a certificação às plataformas eletrónicas mediante a entrega “(...) de um documento de conformidade, elaborado por um auditor de segurança, que ateste a conformidade da plataforma eletrónica de acordo com as condições e os requisitos tecnológicos exigidos.” [p. 51132-51138]. Acontece que, na opinião dos entrevistados esta forma de regulação é diminuta, porque são praticados montantes avultados no mercado dos fornecedores (que utilizam estas plataformas para responder a procedimentos das entidades adjudicantes), fazendo com que estes ponderem estar representados em, apenas, algumas plataformas. Esta situação faz diminuir a concorrência, constatando-se assim, que a regulamentação existente não está devidamente “blindada” e viola um dos objetivos do CCP. Este problema já foi devidamente identificado pelos *stakeholders*, conforme consulta pública, para a criação de um novo regime jurídico das plataformas eletrónicas de contratação pública que visa “ (...) eliminar ou, pelo menos, mitigar a incidência das ineficiências detetadas a vários níveis, nomeadamente as relacionadas

com a regularidade da cobrança, pelas plataformas eletrónicas, dos diferentes serviços prestados aos utilizadores das mesmas.”⁴.

4. No que respeita ao aumento da transparência e corroborando com o definido por CCP (2008) “À contratação pública são especialmente aplicáveis os princípios da transparência (...)” (p. 754) e revistas as opiniões preconizadas pelos entrevistados sobre o assunto em epígrafe, todos defendem que a materialização da contratação pública eletrónica, pelas plataformas eletrónicas veio dar um forte contributo na conquista gradual deste objetivo.

5. A desmaterialização constitui num dos objetivos integrantes do CCP, conforme se descreve “O CCP prossegue o objectivo da simplificação da tramitação procedimental pré-contratual através da aposta nas novas tecnologias de informação. Introduce-se, a título principal, uma adequada participação procedimental através de meios electrónicos. É fundamental, num quadro em que o Governo pretende promover a desburocratização, que a contratação pública seja desmaterializada (...)” (p. 755). Este objetivo, segundo os entrevistados no estudo, tem vindo a ser conseguido, embora haja, ainda, um longo percurso a realizar para alcançar a sua totalidade, pois a Administração Pública está ainda muito “formatada” ao uso do papel. As entidades como o Tribunal de Contas, entre outras que atestam esta postura, não incentivando nem criando mecanismos que permitam a elaboração de auditorias através de meios electrónicos que contribuíssem eficazmente para a sua concretização.

6. Sobre a simplificação processual e tendo em conta as entrevistas realizadas, é clara a opinião que este objetivo foi nitidamente conseguido.

7. Relativamente à diminuição da corrupção, a totalidade dos entrevistados, utilizadores das plataformas, defendem que estes mecanismos vieram contribuir para a sua diminuição. Considerando que o processo de contratação tem vindo a tornar-se mais transparente, consequentemente a corrupção tornar-se-á mais diminuta. No entanto o entrevistado do ISCSP acrescenta que o combate à corrupção, não reside apenas em investir em mecanismos electrónicos que controlem as transações entre entidades, mas também, na mudança de mentalidades. Nestes termos e tendo em consideração um dos objetivos estratégicos do atual Programa do XIX Governo Constitucional, que descreve que “O combate à corrupção e aos conflitos de interesses são determinantes para realizar uma sociedade mais justa.”. Seria, então, necessário investir na formação dos recursos humanos da Administração Pública, no sentido de inculcar ética e melhores valores, melhorando o profissionalismo e confiança. Deste

⁴ Consulta Pública Novo Regime Jurídico das Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública consultado a 2015/07/11. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/quero-saber-mais/preciso-de-uma-informacao/20141222-me-consulta-contratacao-publica-eletronica.aspx>

modo, permitir-se-á cobrir uma das medidas propostas pelo atual Governo, que definiu no Programa do XIX Governo Constitucional “Reforçar o combate à corrupção que está progressivamente a minar a confiança nas instituições e na economia;” (p. 70).

8. Além dos pressupostos do CCP, importa também realçar as atualizações ao diploma, por ser matéria que também gera alguma inquietação. O CCP, tal como qualquer outro diploma legal atuam cegamente na ordem jurídica interna de cada país, o mesmo acontece com as respetivas atualizações. Em termos de contratação pública eletrónica observou-se que os entrevistados ligados às atividades de saúde pública não concordam com a atualização produzida pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho. Os intervenientes entrevistados ligados a este setor sugerem que a sua regulação seja realizada de forma independente, por ser a sua contratação complexa, principalmente na garantia de situações urgentes. No entanto, importa ressaltar que segundo Seabra (2011) “O homem é um animal de hábitos, sabemos-lo bem, e a resistência à mudança é uma das características primárias do ser humano.” (p. 1) e quando lhe é alterada a rotina é-lhe difícil responder a essa alteração. Deste modo, a resistência demonstrada pelos intervenientes ligados ao setor da saúde, pode ser entendida como a mesma resistência apresentada pelos restantes organismos entrevistados no início do processo de implementação da contratação pública. Podendo-se confirmar pelas declarações do entrevistado SIMAS que refere que “ (...) as pessoas estavam habituadas a um determinado tipo de procedimento e portanto era um procedimento que já estava instituído, era assim, e às vezes é complicado que as pessoas utilizem as plataformas para fazerem os seus processos de aquisição, é complicado!”. No caso do ISCSP são apontadas as mesmas dificuldades, de acordo com a sua entrevista, que revela que “ (...) a dificuldade principal foi mesmo a operacionalização foi entender a operacionalização!” visto que anteriormente “(...) já estava tudo muito estruturado, porque a legislação vigorou durante muito tempo e foi amadurecida. (...) De repente, essas pessoas que andavam a ser formadas para o seu ambiente de trabalho, passados dois ou três anos têm um novo código que a nível de atuação não é comparável com o anterior. E aí foram as dificuldades naturais!”. No entanto apesar das dificuldades inicialmente apontadas pelos organismos não pertencentes ao setor da saúde, atualmente já respondem positivamente ao sistema implementado e tal poderá suceder aos integrantes do setor da saúde.

9. O CCP é atualizado consoante a necessidade e para a sua efetivação são gerados novos diplomas legais. Acontece que essas atualizações devem ser devidamente ponderadas para não desvirtuar os pressupostos originais do diploma. E quando essas atualizações são

consideráveis os diplomas deverão prever um período de adaptação e incluir estruturas de acompanhamento para que os processos de implementação de novos regulados sejam bem-sucedidos. Assim será coberta a ressalva apresentada pelo entrevistado do ISCSP que é da opinião que existe a dificuldade de “ (...) encontrar um organismo que conseguisse dar resposta às dúvidas.”.

5.1 Limitações do Estudo

No decorrer da investigação foram sentidas algumas limitações a vários níveis, nomeadamente:

- 1. Limitação de tempo** A investigação foi desenvolvida durante o exercício da atividade profissional e familiar, não permitindo um envolvimento de 100% durante a mesma.
- 2. Limitação de dimensão:** A dimensão limitada fez com se abordasse, apenas, as matérias mais essenciais para o estudo desenvolvido.
- 3. Limitações de ordem linguística:** Parte da informação disposta encontrava-se redigida em língua estrangeira, obrigando à utilização de ferramentas de tradução possivelmente pouco precisas.
- 4. Limitações da amostra:** O número de entrevistados nas empresas de plataformas de compras públicas e dos utilizadores poderia ser superior, no entanto a limitação de tempo não o permitiu.
- 5. Limitações de tratamento de dados:** Atendendo a toda a burocracia que envolve a matéria em estudo, a recolha de dados para a análise documental foi bastante sensível e por isso morosa. Por outro lado e tendo em conta que o estudo realizado, utilizou uma análise qualitativa, a análise de conteúdo das entrevistas foi baseada na interpretação das perceções dos entrevistados, dificilmente mensuráveis, impossibilitando a recolha de resultados exatos.

Apesar das limitações identificadas e de outras que podem ser apontadas, considera-se que o estudo realizado é atual e pertinente. Atual, uma vez que existe por parte da União Europeia constante preocupação na atualização desta matéria. Tal pode ser confirmado pela recente publicação das Diretivas n.ºs 2014/23/EU, 2014/24/UE e 2014/25/UE todas do Parlamento Europeu e do Conselho que vêm revogar as anteriores Diretivas n.ºs 2004/17/CE e 2004/18/CE. Pertinente, uma vez que a transposição de novas diretivas para ordem interna gera a necessidade de acompanhar o seu processo de implementação. Os problemas identificados neste estudo poderão ser benéficos para o sucesso deste processo. Por outro lado,

ao ser um estudo de carácter exploratório permitiu reconhecer alguns problemas na contratação pública eletrónica que poderão ser tidos em conta para a melhoria da regulação aplicável nesta matéria. Assim como para o sucesso de futuros processos de implementação de novas diretivas e novos regulamentos dentro deste tema.

5.2 Pesquisas Futuras

Para pesquisas futuras seria interessante desenvolver outros estudos de investigação nomeadamente:

- Alargar mais a amostra para obter dados mais representativos, uma vez que a amostra utilizada era relativamente pequena e por isso não foi possível generalizar os resultados recolhidos.
- Incluir na amostra deste estudo um grupo de fornecedores, fazendo a triangulação entre as empresas de plataformas de compras públicas eletrónicas, utilizadores das mesmas e por fim dos respetivos fornecedores.
- Promover um estudo sobre a melhoria do modelo de cobrança dos Selos Temporais. Este problema já identificado pelas entidades envolvidas nesta matéria deveria, ainda assim, deter um acompanhamento particular.
- Relativamente à matéria de contratação pública existe um outro estudo que poderia ser desenvolvido que tem a ver com as vantagens e desvantagens da contratação através dos acordos-quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP).

6. Bibliografia

6.1 Fontes Bibliográficas

Agência para a Sociedade do Conhecimento [UMIC] (2014, março) Sobre a UMIC.

Consultado a 09/03/2014. Disponível em

http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Almeida A. J. e Sanchez, F. P (2011) *Temas de Contratação Pública I*, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra

Almeida, K. et al (2009) *Análise da evolução da metodologia utilizada nos artigos publicados na revista: Contabilidade e Finanças*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Consultado a 22/06/2014. Disponível em

http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/analise_da_evolucao_da_metodologia_utilizada_nos_artigos_publicados_na_revista_contabilidade_e_financas_usp.pdf

Alves A. e Moreira J. (2004) *Cidadania Digital e Democratização Eletrónica*. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. Porto

Alves, N. (2004, janeiro) Planos de Ação para a Sociedade da Informação e do Conhecimento: Mudança Tecnológica e Ajustamento Estrutural. *Sociologia: Problemas e Práticas*. Nº 44.

Consultado a 04/05/2014. Disponível em

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n44/n44a06.pdf>

Amaral, A. L., Teixeira, C. e Oliveira, J. (2003), *E-procurement: uma reflexão sobre a situação actual em Portugal*, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação, Departamento de Sistemas de Informação, Universidade do Minho. Minho.

Consultado a 27/10/2014. Disponível em <http://www3.dsi.uminho.pt/gavea/downloads/e-Procurement.pdf>

Amaral, M. L. (2009) A Crise Financeira e a Economia Portuguesa: A Prespectiva dos Engenheiros. In *Jantar de Debate*, Ordem dos Engenheiros - Comissão de Engenharia e Gestão Industrial. Consultado a 13/09/2014. Disponível em

http://www.ordemengenheiros.pt/fotos/dossier_artigo/ea4740f7fe9633eeffc88a44e09372d4.pdf

Amaral, L., Magalhães, R., Morais, C., Serrano, A. e Zorrinho, C. (2005) *Sistemas de Informação Organizacionais*. Edições Sílabo. Lisboa

Assembleia da República (2015, julho) Deputados e Grupos Parlamentares. Consultado a 11/07/2015. Disponível em

<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=438>

Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas [AICCOPN] (2014, fevereiro) Plataforma da Contratação Pública. Consultado a 08/02/2014. Disponível em

<http://www.aiccopn.pt/cpage.php?page=88#71>

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação [APDSI], (2011, maio) *Glossário da Sociedade de Informação*. Consultado a 13/04/2014. Disponível em

<http://www.apdsi.pt/uploads/news/id432/gloss%C3%A1rio%20da%20si%20-%20vers%C3%A3o%202011.pdf>

Banco de Portugal (2014, junho) Programa de Assistência Económica e Financeira.

Consultado a 21/06/2014. Disponível em <http://www.bportugal.pt/pt-estabilidadefinanceira/aestabilidadefinanceirapaef/oprogramaassistenciafinanceiraportugal/Paginas/inicio.aspx>

Base: Contratos Públicos Online. (2015, junho). Última consulta a 12/06/2015. Disponível em

<http://www.base.gov.pt/base2/>

Bilhim, J. (2004) *A Governação nas Autarquias Locais*, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. Porto, Consultado a 18/05/2014. Disponível em

<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/AGovernNasAutarquias04.pdf>

Bilhim, J. (2005) *Estrutura Organizacional: Estruturas e Pessoas 4ª Ed.* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.

Bilhim, J. (2008) *Ciência da Administração 2ª Ed.* Universidade Aberta, Lisboa.

Bilhim, J. (2009) *Gestão Estratégia de Recursos Humanos 4ª Ed.* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa

Bilhim, J. e Neves, B. (2006) *O Governo Electrónico em Portugal: O caso das Cidades e Regiões Digitais*, APDSI. Lisboa. Consultado a 06/06/2014. Disponível em

http://www.apdsi.pt/uploads/news/id546/3.8_joao%20bilhim%20+%20barbara%20neves_070626.pdf

Bof, F. e Previtali, P. (2010) National models of e-procurement in Europe. *Journal of e-government studies and Best Practices*. Article ID 315295, DOI; 10.5171/2010.315295.

Consultado a 27/10/2014. Disponível em

<http://www.ibimapublishing.com/journals/JEGSBP/2010/315295/315295.pdf>

Bogdan, R. e Biklen, S., (1994) *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora. Porto. Consultado 13/04/2013. Disponível em https://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao

Carmo, H. e Ferreira, M. (1998) *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa

Cartão de Cidadão (2014, fevereiro) Consultado a 08/02/2014. Disponível em

http://www.cartaodecidadao.pt/index.php%3Foption=com_content&task=view&id=269&Itemid=34&lang=pt.html

Carvalho, E (2001) *Reengenharia na Administração Pública – A Procura de Novos Modelos de Gestão*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica da Lisboa. Lisboa

Carvalho, E. (2007) *Políticas de Reforma Administrativa em Portugal*, Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Carvalho, E. (2011) *Técnicas de Recolhas de Dados: Na Investigação Quantitativa e Qualitativa*. Aula de Metodologia de Investigação na Administração Pública. Mestrado MPA - Administração Pública. Lisboa

Centro Hospital de Lisboa Central (2015, abril) Missão, Visão, Valores e Objectivos.

Consultado a 20/04/2015. Disponível em <http://www.chlc.min-saude.pt/content.aspx?menuid=3>

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (1996) *Livro Verde: Os Contratos Públicos na União Europeia: Pistas de Reflexão para o Futuro*, CCE, Bruxelas. Disponível em http://www.contratacapublica.com.pt/xms/files/Documentacao/Livro_verde_COM-96-_583_final -PRINCIPAL_1289199_1-.PDF

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (2000a) *Projeto de Plano de Acção eEurope 2002: Uma Sociedade da Informação para Todos*, CCE, Bruxelas. Consultado a 02/09/2013. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52000DC0330&from=PT>

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (2000b) *Plano de Acção - eEurope 2002 : Uma Sociedade da Informação para todos*. Conselho da União Europeia Comissão das

Comunidades Europeias, Bruxelas. Consultado a 09/03/2014. Disponível em

http://www.anacom.pt/streaming/eeurope_2002_pt.pdf?categoryId=107899&contentId=185851&field=ATTACHED_FILE

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (2002) *eEurope 2005: Uma Sociedade da Informação para Todos*. Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões, Bruxelas. Consultado a 09/03/2014.

Disponível em http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200709/eeurope2005_pt.pdf

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (2006) *Plano de acção “Administração em linha i2010”: Acelerar a Administração em linha na Europa para benefício de todos*.

Comunicação da Comissão ao Conselho. Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões, Bruxelas. Consultado a 09/03/2014. Disponível em

http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/com2006_0173pt01.pdf

Comissão Europeia [CE] (2010a) *Livro Verde: relativo ao alargamento da utilização da contratação pública electrónica na EU*. Comissão Europeia, Bruxelas. Consultado a 13/03/2014. Disponível em

http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes4/Livro%20Verde%20Contrat%20Public%20Electronic%20UE%202010-10-18%20PT_2.pdf

Comissão Europeia [CE] (2010b) *Uma agenda digital para a Europa*. Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões, Bruxelas. Consultado a 09/03/2014. Disponível em [http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0245:FIN:pt:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0245:FIN:pt:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0245:FIN:pt:PDF)

Comissão Europeia [CE], (2014) *Agenda Digital para a Europa: Compreender as políticas da União Europeia*. Serviço das Publicações da União Europeia. Comissão Europeia.

Bruxelas. DOI 10.2775/71246. Consultado a 02/02/2014. Disponível em

http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/digital_agenda_pt.pdf

Chartered Institute of Purchasing and Supply (The) [CIPS], (2013) *P&SM: eProcurement - CIPS Positions on Practice* CIPS. Consultado a 24/10/2014. Disponível em

<https://www.cips.org/Documents/Knowledge/Procurement-Topics-and-Skills/5-Strategy-and-Policy/Procurement-Policy-Development/POP-eProcurement.pdf>

Cunha, M. M. e Mariz, C. (2005, dezembro) e-Urbanismo em Barcelos, *Revista de Estudos Politécnicos*, 2 (4), p. 101-120. Consultado a 17/05/2014. Disponível em

http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112005000200007

Digital Sign (2014, fevereiro) Consultado a 08/02/2014. Disponível em <https://www.digitalsign.pt/timestamp.jsp>

Engström, A., Wallström, A. e Salehi-Sangari, E. (2009) Implementation of Public e-Procurement in Swedish Government Entities. In *IMCSIT: International Multiconference on Computer Science and Information Technology*, Vol 4, (p. 315 – 319). Consultado a 20/10/2014. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INFORMATIONANDCOMMUNICATIONANDTECHNOLOGIES/Resources/sweden.pdf>

Eynon, R. et al. (2007) *Breaking Barriers to eGovernment: Case Study Report*. Deliverable 2 for the EC-funded project 'Breaking Barriers to eGovernment'. European Commission. Oxford. Consultado a 22/12/2014. Disponível em <http://www.oii.ox.ac.uk/research/projects/?id=14#reports>

Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas [FEPICOP] (2008) *Código dos Contratos Públicos falha objetivos – Informação nº 21*. FEPICOP. Porto. Consultado a 21/12/2014. Disponível em http://www.fepicop.pt/getfile.php?xp=2&src=file156_pt&ext=pdf

Fonseca, F. e Carapeto, C. (2009) *Governança, Inovação e Tecnologia – O Estado Rede e a Administração Pública do Futuro*. Edições Silabo. Lisboa

Gabinete Nacional de Segurança (2014, fevereiro) Consultado a 08/02/2014. Disponível em <http://www.gns.gov.pt/trusted-lists.aspx>

Gruening G. (2001) Origin and theoretical basis of New Public Management. *International Public Management Journal*, 4(1), p. 1-25. Consultado a 23/10/2014. Disponível em <http://eclass.uoa.gr/modules/document/file.php/PSPA108/4NPM%20origins.pdf>

Gouveia, L. (2004) *Local e-government – A Governança Digital na Autarquia*, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. Porto. Consultado a 18/05/2014. Disponível em http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_V.pdf

Gouveia, L. e Ranito, J. (2004) *Sistemas de Informação de Apoio à Gestão*, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. Porto. Consultado a 18/04/2014. Disponível em http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_VII.pdf

Hood, C.C. (1995), The "New Public Management" in the 1980s: Variations On A Theme. *Accounting, Organisations and Society*, Pergamon. Vol. 20, No. 2/3, (p. 93-109). Consultado a 30/09/2014. Disponível em

[http://www.drmanage.com/images/1202965572/Hood_NPM\(1995\).pdf](http://www.drmanage.com/images/1202965572/Hood_NPM(1995).pdf)

Infopédia (2014, outubro) *EUA: da Segunda Guerra Mundial à Atualidade*. Porto Editora, Porto. Consultado a 05/10/2014. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$eua-da-segunda-guerra-mundial-a-actualidade](http://www.infopedia.pt/$eua-da-segunda-guerra-mundial-a-actualidade).

INIAV (2015, maio) Missão. Consultado a 23/05/2015. Disponível em <http://www.iniaiv.pt/menu-de-topo/quem-somos/apresentacao/missao>

Instituto da Construção e do Imobiliário [InCI] (2013) *Circular Informativa nº 05/InCI/2013 - Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública*. InCI. Lisboa. Consultado a 02/11/2014. Disponível em http://www.base.gov.pt/mediaRep/inci/files/base_docs/Circular_5_2013_PEs.pdf

ISCSP (2015, maio) Missão e Objetivos. Consultado a 23/05/2015. Disponível em http://www.iscsp.utl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=181

Koval, M., Waldrová, L. e Richtár, L (2009) Manual do Formando: Módulo 6 *e-Government*. In *Keep Employment y Developing e-Skills*. (p. 313 – 367). Consultado a 21/06/2014. Disponível em

http://www2.spi.pt/kemp/docs/traducoes/traineesmanual/Trainees_Manual_PT.pdf

Löfstedt, U. (2007), E-Government Services in Local Governments: A Study of Development in Swedish Municipalities, *Journal of Organizational Transformation and Social Change*, 4 (2), (p. 157-161), DOI: 10.1386/Jots.4.2.157/1. Consultado a 17/05/2014. Disponível em http://www.researchgate.net/publication/228772644_E-Government_services_in_local_governments-a_study_of_development_in_Swedish_municipalities

Lopes, E. e Santos L. (2006, junho) Estratégias de e-Procurement na Administração Pública: Uma Revisão de Literatura. In *1ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, Ofir, Portugal, 21 a 23 de Junho de 2006, ISBN 978-989-20-0271-2, Volume I, (p. 439-454). Consultado a 12/07/2014. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5189/1/Artigo1CISTI2006eProcurement.pdf>

- Louro, M. (2012) *Uma Plataforma Única na Contratação Pública*, Dissertação de Mestrado em Administração e Políticas Públicas, ISCTE, Lisboa. Consultado a 24/11/2013. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5567/1/vers%c3%a3o%20gravar%2026_09.pdf
- Lusa (2011, março) José Sócrates pediu a demissão: "Hoje o país perdeu, não ganhou". *Diário de Notícias*. Lisboa. Consultado a 15/06/2014. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1813091
- Magalhães, L. (2007) *O Desafio de Hoje para Sociedade da Informação: Estimular a procura de serviços baseados em TIC*, Silabo, Lisboa, (p. 279-291). Consultado a 13/04/2013. Disponível em http://www.apdsi.pt/uploads/news/id546/3.3_luis%20magalhaes_070626.pdf
- Martins, V. (2006) *Avaliação do valor educativo de um software de elaboração de partituras: um estudo de caso*. Tese de Mestrado em Educação - Área de Especialização de Tecnologia Educativa, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Minho. Consultado a 26/06/2014. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6326> em conjugação com <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6326/6/F-%20Cap%c3%adtulo%203.pdf>
- Mateus, J. (2008) O Governo Electrónico, a sua aposta em Portugal e a importância das Tecnologias de Comunicação para a sua estratégia. *Revista de Estudos Politécnicos*. VI (9). Consultado a 2014/11/22. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n9/n9a02.pdf>
- Missão para a Sociedade de Informação [MSI], (1997) *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, Iniciativa Nacional para a Sociedade de Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia*. MSI. Lisboa. Consultado a 19/04/2014. Disponível em <http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/lvfinal.pdf>
- Monteiro, M. H. (2010) *A Adoção da eHealth nos Hospitais Públicos em Portugal 1996-2007*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Moon, M. J. (2005) E-Procurement Management in State Governments: Diffusion of E-Procurement Practices and its Determinants, *Journal of Public Procurement*, (5),1 (p. 54-72). Consultado a 24/10/2014. Disponível em http://ippa.org/jopp/download/vol5/issue-1/Article_3.pdf
- Multicert (2014, fevereiro) Know How. Consultado a 13/02/2014. Disponível em <https://www.multicert.com/knowhowpkiintroducao>

Observatório Astronómico de Lisboa [OAL] (2014, fevereiro) História da Hora Legal. Consultado a 08/02/2014. Disponível em <http://oal.ul.pt/hora-legal/legislacao-sobre-a-hora-legal/>

Odhiambho, W. e Kamau, P. (2003) *Public Procurement: Lessons from Kenya, Tanzania and Uganda*. (Working Paper nº 208). OECD Development Centre. Paris. Consultado a 15/11/2014. Disponível em <http://www.oecd.org/countries/uganda/2503452.pdf>

Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico [OCDE], (2003) The Case for E-Government: Excerpts from the OECD Report “The E-Government *Imperative*” *OECD Journal on Budgeting* (3), 1 (p 61-131), França. Consultado a 21/05/2014. Disponível em <http://www.oecd.org/gov/budgeting/43496369.pdf>

Pais, A. e Ministro, P. (2012, dezembro) *Contratação Pública em Portugal 2011*, Instituto da Construção e do Imobiliário [InCI], Lisboa. Consultado a 24/02/2014. Disponível em http://www.inci.pt/Portugues/inci/EstudosRelatoriosSectoriais/EstudosRelatorios%20Sectoriais/RelContr_Pub_2011_final.pdf

Pais, A. e Ministro, P. (2014, março) *Contratação Pública em Portugal 2012*, Instituto da Construção e do Imobiliário [InCI], Lisboa. Consultado a 05/06/2014. Disponível em http://www.base.gov.pt/mediaRep/inci/files/oop_docs/Rel_Anual_Contratos_Publicos_2012.pdf

Palvia, S. C. J., Sharma, S. S. (2007) E-Government and E-Governance: Definitions/Domain Framework and Status around the World. In Agarwal, Ramana, V. V. (eds.) *Foundations of E-Government. In ICEG 5th International Conference on E-Governance*. Consultado a 17/05/2014. Disponível em http://www.iceg.net/2007/books/1/1_369.pdf

Pereira, D. (2013, Outubro) Princípios gerais da contratação pública electrónica. *Revista Electrónica de Direito*. Nº 2. Consultado a 02/11/2014. Disponível em <http://www.cije.up.pt/revista-red-ultimas-edicoes-search?keys=pereira>

Pinheiro, J. H. (2011) *Âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos e Normas Comuns de Adjudicação*, Centro de Estudos de Direito Público e Regulação, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Consultado a 04/01/2013. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/356/2/TMD%2020.pdf>

Pollitt, C. (1993) *Managerialism and the Public Services: Cuts or cultural change in the 1990s*. 2nd Ed. Oxford: Blackwell

PMF (2009, novembro) Programa de Governo: Combate à crise, modernização e justiça social. *Diário de Notícias*. Lisboa. Consultado a 03/06/2014. Disponível em

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1408362

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, (Marques, J. Mendes, M. e Carvalho, M. Trads.). 4ª Ed, Gradiva, Lisboa. Consultado a 16/06/2014.

Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/37937019/Quivy-e-Campenhoudt-Manual-de-Investigacao-em-Ciencias-Sociais#scribd>

Rocha, J. A. (1991) *Princípios de Gestão Pública*. Editorial Presença. Lisboa

Rocha, J. A. (2009) *Gestão Pública e Modernização Administrativa*. Oeiras: Ina Editora, Lisboa

Rodrigues, M. (2007) A gestão pública nos governos locais: uma era de mudança e Modernização. In. *XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Santo Domingo, Republica Dominicana. Consultado a 18/10/2014.

Disponível em

https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1304/1/CLAD_A%20Gest%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20nos%20Governos%20Locais_uma%20era%20de%20mudan%C3%A7a%20e%20moderniza%C3%A7%C3%A3o.pdf

Rodrigues, M. e Araújo, J. (2005) – A nova gestão pública na governação local. In 3º *Congresso Nacional de Administração Pública*, Lisboa. Consultado a 18/10/2014. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4545/1/INA2005.pdf>

Seabra, L. (2011) Da revisão com leitura cruzada. *A folha: Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias*. Nº 37 ISSN 1830-7809 (p. 1-3). Bruxelas. Consultado a 05/06/2015.

Disponível em http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha37_pt.pdf

Silva, J. (2010) *Código dos Contratos Públicos Comentado e Anotado*, 3ª Ed., Almedina

SIMAS (2015, maio) Natureza, Visão, Missão, Atribuições e Notas Históricas. Consultado a 23/05/2015. Disponível em [http://www.smas-oeiras-](http://www.smas-oeiras-amadora.pt/index.php?lop=conteudo&op=6f4922f45568161a8cdf4ad2299f6d23)

[amadora.pt/index.php?lop=conteudo&op=6f4922f45568161a8cdf4ad2299f6d23](http://www.smas-oeiras-amadora.pt/index.php?lop=conteudo&op=6f4922f45568161a8cdf4ad2299f6d23)

Tavares, L. V., Rosa, M. M., Graça, P. M., Costa, A. A., & Tavares, T. (2011, janeiro) 2º *Inquérito Nacional sobre a Contratação Pública Eletrónica: Relatório Final*, APMEP Consultado 09/06/2014. Disponível em

http://www.inci.pt/Portugues/inci/EstudosRelatoriosSectoriais/EstudosRelatrios%20Sectoriais/2InqueritoCPE_2010_RelatorioFinal_Jan2011.pdf

Teixeira, A. (2012) *Código dos Contratos Públicos: A Fase Pré-Contratual na Formação dos Contratos de Empreitadas de Obras Públicas*, Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Portucalense, Porto. Consultado a 24/11/2013. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt/jspui/handle/11328/394>

tScheme (2014, fevereiro) Consultado a 08/02/2014. Disponível em <http://www.tscheme.org/about/index.html>

Unidade de Missão Inovação e Conhecimento [UMIC] (2003, março) *Programa Nacional de Compras Elctónicas*. UMIC. Oeiras. Consultado a 14/03/2014. Disponível em <http://purl.pt/270/1/>

Unidade de Missão Inovação e Conhecimento [UMIC] (2014, abril) Sobre a UMIC- Consultado a 07/04/2014. Disponível em http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Vaidya, K., Sajeev, S.M., and Callender, G. (2006) Critical Factors that Influence e-Procurement Implementation Success in the Public Sector. *Journal of Public Procurement* 6(1/2) (p. 70-99). Consultado a 05/11/2014. Disponível em http://ippa.org/jopp/download/vol6/issue-1-2/e_ProSympAr6_Vaidya_etal.pdf

Veit D. J., Parasie N. P., & Huntgeburth Jan C., (2011) E- Procurement Adoption at the Municipal level: Influence of Organizational, Technological and Environmental Factors. *In Hawaii International Conference on System Sciences*. USA. Consultado a 09/11/2014. Disponível em <http://www.computer.org/csdl/proceedings/hicss/2011/4282/00/04-04-01.pdf>

Vortal Connecting Business (2014, fevereiro) Encriptação de Dados. Consultado a 07/02/2014. Disponível em http://portugal.vortal.biz/encriptacao-de-dados_page_4346

World Bank (2014, outubro) Definition of *E-Government*. Consultado a 19/10/2014. Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTINFORMATIONANDCOMMUNICATIONANDTECHNOLOGIES/EXTEGOVERNMENT/0,,menuPK:702592~pagePK:149018~piPK:149093~theSitePK:702586,00.html>

6.2 Fontes de Legislação

Decreto-Lei n.º 211/79, de 12 de julho. *Diário da República*, 1.ª série – N.º 159. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e dos Assuntos Sociais.

Lisboa. (p. 1489 – 1495). Consultado a 10/01/2014. Disponível em

<http://www.dre.pt/pdf1s/1979/07/15900/14891495.pdf>

Decreto-lei n.º 217/97, de 20 de agosto. *Diário da República* 1.ª série-A – N.º 191. Ministério da Defesa Nacional. Lisboa. (p. 4286- 287). Consultado a 15/11/2014. Disponível em

<https://dre.pt/application/file/195761>

Decreto-Lei n.º 104/2002, de 12 de abril. *Diário da República*, 1.ª série – N.º 86. Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa. (p. 3597-3598). Consultado a 10/01/2014. Disponível em

<http://www.dre.pt/pdf1s/2002/04/086A00/35973598.pdf>

Decreto-lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho. *Diário da República* 1.ª série-A – N.º 115.

Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. [p. 4330-(4) - 4330-(8)]. Consultado a

15/11/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/548174>

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 20. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa. (p. 753-852). Consultado a

10/01/2014. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2008/01/02000/0075300852.pdf>

Decreto-lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 143.

Ministério das Obras Públicas. Lisboa [p. 4748-(2) - 4748-(6)]. Consultado a 03/11/2014.

Disponível em <https://dre.pt/application/file/239497>

Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 177.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa. (p. 6236). Consultado a

10/01/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/489876>

Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 192.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa. (p. 7182-7277).

Consultado a 10/01/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/491014>

Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 240.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa. (p. 5696-5698).

Consultado a 10/01/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/307289>

Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 134.

Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa. (p. 3639- 3645). Consultado a 25/06/2014.

Disponível em <https://dre.pt/application/file/179635>

Despacho n.º 32639-A/2008, de 26 de dezembro. *Diário da República*, 2.ª série — N.º 249.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Lisboa. [p. 51132-(6)]. Consultado a 10/04/2014. Disponível em

<https://dre.pt/application/file/3028834>

Diretiva 2004/17/CE, de 31 de março. *Jornal Oficial da União Europeia*. Parlamento

Europeu e Conselho da União Europeia. Estrasburgo (p. L134/1-L134/113). Consultado a

10/01/2014. Disponível em [http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-internacional/directivas/directiva-2004-17-)

[internacional/directivas/directiva-2004-17-](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-internacional/directivas/directiva-2004-17-)

[ce/downloadFile/file/DIR17.2004.pdf?nocache=1220439186.69](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-internacional/directivas/directiva-2004-17-)

Diretiva 2004/18/CE, de 31 de março. *Jornal Oficial da União Europeia*. Parlamento

Europeu e Conselho da União Europeia. Estrasburgo (p. L134/114-L134/240). Consultado a

10/01/2014. Disponível em [http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-internacional/directivas/directiva-2004-18-)

[internacional/directivas/directiva-2004-18-](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-internacional/directivas/directiva-2004-18-)

[ce/downloadFile/file/DIR18.2004.pdf?nocache=1220450929.19](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-internacional/directivas/directiva-2004-18-)

Governo de Portugal (s/d) *Programa do XV Governo Constitucional*. Consultado a

09/06/2014. Disponível em [http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc15/programa-do-governo/programa-do-xv-governo-constitucional.aspx)

[historico/governos-constitucionais/gc15/programa-do-governo/programa-do-xv-governo-constitucional.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc15/programa-do-governo/programa-do-xv-governo-constitucional.aspx)

Governo de Portugal (s/d) *Programa do XVII Governo Constitucional*. Presidência do

Conselho de Ministros. Consultado a 09/06/2014. Disponível em

[http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc17/programa-do-governo/programa-do-xvii-governo-constitucional.aspx)

[constitucionais/gc17/programa-do-governo/programa-do-xvii-governo-constitucional.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc17/programa-do-governo/programa-do-xvii-governo-constitucional.aspx)

Governo de Portugal (s/d) *Programa do XVIII Governo Constitucional*. Presidência do

Conselho de Ministros. Consultado a 09/06/2014. Disponível em

[http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc18/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-18.aspx)

[constitucionais/gc18/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-18.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc18/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-18.aspx)

Governo de Portugal (s/d) *Programa do XIX Governo Constitucional*. Presidência do Conselho de Ministros. Consultado a 15/06/2014. Disponível em

<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/programa-governo/programa-governo.aspx>

Lei n.º 3/2010, de 27 de abril. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 81. Assembleia da República. (p. 1393-1394). Consultado a 11/01/2014. Disponível em

http://www.contratacaopublica.com.pt/xms/files/Legislacao/Portuguesa/Lei_3_2010.pdf

Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 250. Assembleia da República. Lisboa [p. 5538-(48) - 5538-(244)]. Consultado a 21/06/2014. Disponível em

<https://dre.pt/application/file/243793>

Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 145. Mistério das Finanças, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Lisboa. [p. 5106-(25) - 5106-(36)]. Consultado a

02/11/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/575272>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/96, de 21 de março. *Diário da República*, 2.ª série — N.º 69. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. (p. 3822-3823). Consultado a

13/04/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/749047>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2002, de 21 de novembro. *Diário da República* 2.ª série — N.º 269. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. (p. 19108- 19109). Consultado a

10/04/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/1650285>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de novembro. *Diário da República* 1.ª série-B — N.º 268. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. (p. 7298- 7302).

Consultado a 13/04/2014. Disponível em

http://www.angep.gov.pt/wwwbase/acessibilidade/ResConsMin_135_2002.pdf

Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2003, de 12 de março. *Diário da República*, 1.ª série B — N.º 60. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. (p. 1771-1772). Consultado a

15/04/2014. Disponível em <https://dre.pt/application/file/749047>

ANEXOS

Anexo I: Entidades Credenciadas

A atualização eletrónica do site do Gabinete Nacional de Segurança levou ao desaparecimento deste documento.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete Nacional de Segurança

Relação das Entidades Certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora

REGISTO		ENTIDADE		SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO ELECTRÓNICA				CREDENCIAÇÃO			INTEGRAÇÃO SCEE
Nº	Data	Designação	Identificação digital "Common Name" "Key Identifier"	Para o Público	Certificados Qualificados	Fornecimento de SSCD	Validação Criptológica	Situação	Autoridade	Nº de Certificado	
01	23Jun06	Entidade de Certificação Electrónica do Estado E-mail: scee@gnss.gov.pt www.gnss.gov.pt	ECRAIZESTADO 71 7F 35 DE F5 77 71 6D 1D 12 9C E1 90 A4 BA F0 A9 83 8F 80	Não	Não	Não	Não	Sim	ANS (Portugal)	SCEE-29 14Mai12	Sim
02	23Jun06	Entidade Certificadora Comum do Estado E-mail: certificacao@ecce.gov.pt www.ecce.gov.pt	ECCE 59 08 66 CC FA 78 16 98 68 0E F6 5C 00 F3 89 AD E9 A6 3A 74	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	ANS (Portugal)	SCEE-30 14Mai10	Sim
03	31Ago06	Entidade Certificadora do Passaporte Electrónico Português E-mail: info@pep.pt www.pep.pt	-----	Não	Não	Não	Não	Sim	ANS (Portugal)	SCEE-35 015e10	Sim
04	25Jan07	Entidade Certificadora do Cartão de Cidadão E-mail: cartao@mail.hn.gov.pt https://pki.cartaoedicidao.gov.pt	EC de Assinatura Digital Qualificada do Cartão de Cidadão 0001 F0 86 CB A6 B8 F5 AF 07 F0 F9 42 BA 47 CA 90 EE 82 78 88 15	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	ANS (Portugal)	SCEE-36	Sim
			EC de Assinatura Digital Qualificada do Cartão de Cidadão 0002 5D 81 44 75 EC A4 BC 7A E5 D0 A9 FC 8E 56 E4 A0 E0 38 78 EE								
			EC de Assinatura Digital Qualificada do Cartão de Cidadão 0003 38 D4 87 EE 75 17 95 A8 66 CE 23 8E E7 1E 25 19 DB 48 23 7C								
										31Dec10	



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete Nacional de Segurança

Relação das Entidades Certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora

05	05Jul07	Entidade Certificadora da Assembleia da República E-mail: clnf.correio@ar.parlamento.pt www.parlamento.pt	ECAR 6E E7 25 38 F8 08 32 86 76 70 84 2C AD 91 64 A2 09 2E 07 FE	Não	Sim	Sim	Não	Sim	ANS (Portugal)	SCEE -33 01Jul10	Sim
06	05Jul07	Entidade Certificadora do Ministério da Justiça E-mail: correio@matlhl.mj.pt http://cp.mt.mj.pt	Justica BD A8 32 0D 28 43 D5 8B A5 73 FD 58 ED 5F A9 0A DD E6 B0 08	Não	Sim	Sim	Não	Sim	ANS (Portugal)	SCEE -32 01Jul10	Sim
07	05Fev09	Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. E-mail: info@multicert.com www.multicert.com	MULTICERT - Entidade de Certificação 001 7F 33 72 7F 4C DA 34 C8 0E A7 75 C8 2E 83 9B 1B 06 B8 A6 90	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	ANS (Portugal)	ANS-ECC-31 01Ago10	Não
08	23Abr09	British Telecommunications plc Email: btportugal@bt.com www.bt.com Subcontratada para o Serviço de Registo DigitalSign - Certificadora Digital Ltd Email: geral@digitalsign.pt www.digitalsign.pt	BT/DigitalSign Qualified CA A1 83 72 1A 3D 9E 9F 22 E6 DE 82 C7 90 C9 51 01 FF 83 29 68	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Scheme (Reino Unido)	LRQ 0961984	Não

A Autoridade Nacional de Segurança

(José Torres Sobral)

Página 2 de 2

Rua de Junqueira, 69, 1300-342 Lisboa
Tel (+351) 21 303 17 10; Fax (+351) 21 303 17 11

E-mail: geral@ans.gov.pt
www.ans.gov.pt

Anexo II: Levantamento de Legislação

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2013	Portaria n.º 85/2013, de 27 de Fevereiro	Primeira alteração à Portaria 701-F/2008, de 29 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)		
2012	Decreto-Lei n.º 161/2012, de 31 de Julho	Altera a dependência e a composição do Conselho Gestor do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado e extingue o Conselho Técnico de Credenciação, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho, que cria o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado - Infraestrutura de Chaves Públicas.		
2012	Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho	Procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro	Diretivas comunitárias de contratação pública e o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, firmado entre o Estado Português e a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu	
2012	Decreto – Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho	Aprova a orgânica da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), e extingue a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E. P. E. (GeRAP), e a Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP)	Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com o Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu.	
2012	Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio	Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.		
2012	Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de Fevereiro	Aprovando a racionalização e redução de custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na Administração Pública		
2011	Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro	Orçamento do Estado para 2011, influencia alterações no Código dos Contratos Públicos		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2011	Resolução da Assembleia da República n.º 162/2011, de 29 de Dezembro	Recomendação ao Governo no âmbito do outsourcing do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos.		
2011	Declaração de Retificação n.º 33-A/2011, de 5 de Dezembro	Retifica o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de Outubro, do Ministério da Defesa Nacional, que aprova o regime jurídico da contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, transpondo a Diretiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento e do Conselho, de 13 de Julho, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Diretivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 192, de 6 de Outubro de 2011.	Diretiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho	A Diretiva n.º 2009/81/CE implementa a coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança
2011	Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de Outubro	Aprova o regime jurídico da contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, transpondo a Diretiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento e do Conselho, de 13 de Julho, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Diretivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE	Diretiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho	A Diretiva n.º 2009/81/CE implementa a coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança
2011	Lei n.º 36/2011, de 21 de Junho	Estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado		
2011	Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de Abril	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, que «estabelece o regime da autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, institutos públicos, autarquias locais, fundações públicas, associações públicas e empresas públicas		
2011	Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março	Estabelece o regime da autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, institutos públicos, autarquias locais, fundações públicas, associações públicas e empresas públicas		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2011	Portaria n.º 103/2011, de 14 de Março	Procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP.		
2010	Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro	Aprova medidas aplicáveis ao regime da contratação pública, destinadas a conferir maior simplicidade e transparência aos procedimentos pré-contratuais regulados no Código dos Contratos Públicos.	Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro, designada «Diretiva Recursos», que altera as Diretivas n.ºs 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro	A Diretiva n.º 2007/66/CE tenciona implementar a melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos
2010	Lei n.º 3/2010, de 27 de Maio	Orçamento do Estado para 2010, influencia alterações no Código dos Contratos Públicos	Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro	A Diretiva n.º 2007/66/CE tenciona implementar a melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos
2010	Resolução da Assembleia da República n.º 17/2010, de 1 de Março	Transparência nos contratos públicos		
2009	Regulamento (CE) n.º 1177/2009 da Comissão, de 30 de Novembro de 2009	Altera as Diretivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus regimes de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos		
2009	Regulamento (CE) n.º 1150/2009 da Comissão, de 10 de Novembro	Altera o Regulamento (CE) n.º 1564/2005 no que respeita aos formulários-tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos em conformidade com as Diretivas 89/665/CEE e 92/13/CEE do Conselho.		
2009	Portaria n.º 1265/2009, de 16 de Outubro	Primeira alteração à Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de Julho, que nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição.		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2009	Decreto Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro	Adaptar os procedimentos administrativos nas instituições científicas e nas instituições de ensino superior possibilitando que as atividades de investigação, designadamente as decorrentes de projetos nacionais ou internacionais ou de acordos internacionais de cooperação científica, sejam desenvolvidas de forma regular e, sobretudo, adequada ao próprio processo científico e aos seus objetivos. Este Decreto vem alterar os artigos 2.º, 5.º, 55.º, 57.º, 58.º, 83.º, 86.º, 113.º, 115.º, 118.º, 132.º, 164.º, 180.º, 186.º, 295.º, 361.º, 370.º, 373.º, 381.º e 394.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto -Lei n.º 18/2008		
2009	Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro	Altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel		
2009	Regulamento n.º 330/2009, de 30 de Julho	Regulamento do Sistema Nacional de Compras Públicas		
2009	Despacho n.º 13477/2009, de 9 de Junho	Define as condições em que a Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças e da Administração Pública assume a condução dos procedimentos de contratação das aquisições de bens e serviços.		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2009	Deliberação n.º 1377/2009, de 14 de Maio	Alertar todas as entidades públicas, organismos, serviços e agentes da administração central, regional e local, bem como as entidades do sector público empresarial, para a necessidade de prevenção acrescida do risco de corrupção e infrações conexas. Acompanhar e analisar com particular atenção — em articulação com o Tribunal de Contas e outros órgãos da Administração Pública — a informação introduzida no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos. Promover o reforço dos mecanismos de transparência nas contratações por ajuste direto mediante a introdução no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos de mecanismos mais eficientes e alargados de busca e de relacionamento de dados.		
2009	Portaria n.º 420/2009, de 20 de Abril	Procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP)	Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, em vigor desde 15 de Setembro de 2008	A diretiva 2004/17/2008 legislava os processos de adjudicação dos contratos de água, energia, transportes públicos e serviços postais e comunhão com o estabelecido na diretiva 2004/18/CE que regulava os processos de adjudicação dos contratos de empreitadas de obras públicas e dos contratos de bens e serviços.
2009	Decreto -Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro	Alterações ao Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro		
2008	Despacho n.º 32639-A/2008, de 26 de Dezembro	Atribui as funções de entidade supervisora das plataformas eletrónicas previstas no Código dos Contratos Públicos ao Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER)		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2008	Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de Outubro	Aprova o Regime Jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica, e funcionamento das centrais de compras	Diretivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE , ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março	A diretiva 2004/17/2008 legislava os processos de adjudicação dos contratos de água, energia, transportes públicos e serviços postais e comunhão com o estabelecido na diretiva 2004/18/CE que regulava os processos de adjudicação dos contratos de empreitadas de obras públicas e dos contratos de bens e serviços.
2008	Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho	Define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos, e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas		
2008	Portaria n.º 701-F/2008, de 29 de Julho	Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos Portal dos Contratos Públicos)		
2008	Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de Julho	Aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra		
2008	Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de Julho	Aprova o modelo de dados estatísticos		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2008	Portaria n.º 701-C/2008, de 29 de Julho	Publica a atualização dos limiares comunitários	Diretiva n.º 2004/17/CE e Diretiva n.º 2004/18/CE ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, considerando a Diretiva n.º 94/800/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro	a) e b) do artigo 16.º da Diretiva n.º 2004/17/CE e a) a c) do artigo 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE encontram-se fixados os valores dos limiares a partir dos quais cada uma dessas diretivas é aplicável. Nos termos do disposto nos artigos 69.º da Diretiva n.º 2004/17/CE e 78.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, a Comissão procede à revisão dos referidos limiares, por regulamento, de dois em dois anos — por forma a garantir que correspondem ao limiares do Acordo sobre Contratos Públicos, concluído pela Decisão n.º 94/800/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro (relativa à celebração, em nome da Comunidade Europeia e em relação às matérias da sua competência, dos acordos resultantes das negociações multilaterais do Uruguai Round).
2008	Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de Julho	Nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição		
2008	Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho	Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicar no Diário da República	Diretivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março	A diretiva 2004/17/2008 legislava os processos de adjudicação dos contratos de água, energia, transportes públicos e serviços postais e comunhão com o estabelecido na diretiva 2004/18/CE que regulava os processos de adjudicação dos contratos de empreitadas de obras públicas e dos contratos de bens e serviços.
2008	Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 29 de Julho	Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no Diário da República. Revoga o despacho normativo n.º 38/2006, de 30 de Junho		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2008	Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho	Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos	Diretivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março	A diretiva 2004/17/2008 legislava os processos de adjudicação dos contratos de água, energia, transportes públicos e serviços postais e comunhão com o estabelecido na diretiva 2004/18/CE que regulava os processos de adjudicação dos contratos de empreitadas de obras públicas e dos contratos de bens e serviços.
2008	Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março	Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos		
2008	Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro	É criada a entidade administrativa independente, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), para desenvolver uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas		
2008	Portaria n.º 772/2008, de 6 de Agosto	Define as categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto -Lei n.º 37/2007, de 19 de Fevereiro.		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2008	Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro	Aprova o Código dos Contratos Públicos.	Diretivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, que contém as alterações das alteradas pela Diretiva n.º 2005/51/CE, da Comissão, de 7 de Setembro, e retificadas pela Diretiva n.º 2005/75/CE, do Parlamento Europeu e da Comissão, de 16 de Novembro) do Regulamento (CE) n.º 2083/2005 da Comissão de 19 de Dezembro de 2005; Diretiva n.os 2006/97/CE do Conselho de 20 de Novembro de 2006 Regulamento (CE) n.º 1422/2007 da Comissão, de 4 de Dezembro de 2007; Decisão da Comissão 2008/963/CE, de 9 de Dezembro de 2008	Transparência e de orientação dos contratos públicos para a obtenção de resultados, gerando o crescimento das economias e melhorias da qualidade dos resultados dos contratos públicos que ultrapassam amplamente as despesas dos adquirentes públicos e dos fornecedores com a realização desses procedimentos
2008	Portaria n.º 772/2008, de 6 de Agosto	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)	Regulamento (CE) N.º 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento 2151/2003 da Comissão de 16 de dezembro de 2003; o Regulamento (CE) N.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2007	Portaria n.º 345/2007, de 30 de Março	Criação da Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
2007	Decreto -Lei n.º 37/2007, de 19 de Fevereiro	Criação da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) para centralização das compras de bens e serviços pela própria ANCP ou pelas Unidades Ministeriais de Compras;		
2006	Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de Junho	Procede à criação do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado - Infraestrutura de Chaves Públicas e designa a Autoridade Nacional de Segurança como autoridade credenciadora nacional.		
2005	Decreto-Lei 43/2005 de 22 de Fevereiro	Alteração do Decreto-Lei 245/2003 de 7 de Outubro		
2005	Decreto -Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro	regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços e redes de comunicações eletrónicas, bem como dos equipamentos e serviços conexos;	Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março. Esta diretiva sofre as alterações dispostas pelos seguintes documentos: Regulamento (CE) N.º 1874/2004 da Comissão de 28 de Outubro de 2004; Diretiva 2005/75/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de novembro de 2005 e Regulamento n.º 2083/2005 da Comissão de 19 de dezembro de 2005	A diretiva Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março vem legislar o processo de adjudicação dos contratos de empreitadas de obras públicas e dos contratos de fornecimentos de bens e serviços.
2004	Decreto-Lei n.º 165/2004, de 7 de Junho	Alteração do Decreto-Lei 290-D/99 de 2 de Agosto na redação que foi dada no decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2004	Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro	O presente diploma estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.		
2004	Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.		
2003	Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro	Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2001/78/CE, da Comissão, de 13 de Setembro, retificada em 9 de Agosto de 2002 relativa à utilização de formulários tipo: Alteração dos Decretos Lei 59/99, de 2 de Março, 197/99, de 8 de Junho e 223/2001, de 9 de Agosto	Diretiva n.º 2001/78/CE, da Comissão, de 13 de Setembro que vem alterar o anexo IV da Diretiva 93/36/CEE do Conselho, os anexos IV, V e VI da Diretiva 93/37/CEE do Conselho e os anexos III e IV da Diretiva 92/50/CEE do Conselho, com a última redação que lhes foi dada pela Diretiva 97/52/CE, bem como os anexos XII a XV, XVII e XVIII da Diretiva 93/38/CEE do Conselho, com a última redação que lhe foi dada pela Diretiva 98/4/CE Diretiva 93/38/CEE do Conselho, com a última redação que lhe foi dada pela Diretiva 98/4/CE	Diretiva relativa à utilização dos formulários-tipo aquando da publicação dos anúncios de concursos públicos
2003	Resolução de Conselho de Ministros n.º 111/2003 de 12 de Agosto	Aprova Programa Nacional de Compras Eletrónicas		
2003	Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril	Altera o Decreto-Lei n.º 290-D/99 de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital.	Diretiva n.º 1999/93/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro,	Quadro legal comunitário para as assinaturas eletrónicas

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
2002	Decreto-Lei n.º 104/2002, de 12 de Abril	regime de aquisição de bens por via eletrónica por parte dos organismos públicos;	Plano de Ação eEurope 2002	O Plano de Ação eEurope 2002 pretende alargar a conectividade à Internet na Europa, abrir o conjunto das redes de comunicação à concorrência e promover a utilização da Internet colocando a tónica na formação e proteção dos consumidores.
2001	Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto	A contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações rege-se pelo presente diploma e, em tudo o nele não especialmente regulado, pelos Decretos-Leis n.ºs 59/99, de 2 de Março, e 197/99, de 8 de Junho, consoante se trate de empreitadas ou de fornecimento de bens e prestação de serviços.	Diretiva n.º 98/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro altera as Diretivas 93/38/CEE, do Conselho, de 14 de Junho e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, aplicável no âmbito, aos sectores abrangidos pelo presente diploma.	Diretiva n.º 98/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro dirige-se à coordenação dos processos de celebração de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações
2000	Resolução n.º 143/2000, de 27 de Setembro	Medidas dirigidas à generalização da prática de aquisição de bens e serviços por via eletrónica pela Administração Pública.	Plano de Ação eEurope 2002	O Plano de Ação eEurope 2002 pretende alargar a conectividade à Internet na Europa, abrir o conjunto das redes de comunicação à concorrência e promover a utilização da Internet colocando a tónica na formação e proteção dos consumidores.
2000	Despacho Normativo n.º 28/2000 de 1 de Julho	Determina que o cumprimento de comunicação à respectiva entidade de coordenação sectorial dos dados relativos às locações e aquisições onerosas ou gratuitas de bens e serviços de informática seja concretizado através do fornecimento dos dados previstos num novo modelo		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
1999	Declaração de Retificação nº 13-A/99 de 31 de Agosto	Retificação do Decreto-Lei n.º 196/99, do Ministério das Finanças, que fixa as regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e estabelece regras específicas para a locação, sob qualquer regime, ou a aquisição de bens ou serviços de informática, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 132, de 8 de Junho de 1999		
1999	Portaria n.º 949/1999, de 28 de Outubro	Aprova os modelos de documentos de contratação pública		
1999	Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto	Aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital	Diretiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Dezembro de 1999	relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas eletrónicas
1999	Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho	Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.os 92/50/CEE, do Conselho, de 18 de Junho, 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro, e estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços	Diretivas n.os 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro com alteração das diretivas 92/50/CEE, do Conselho, de 18 de Junho e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho	Diretiva n.º 97/52/CEE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro relativas à coordenação dos processos de adjudicação respectivamente de serviços públicos, de fornecimentos públicos e de empreitadas de obras públicas
1999	Decreto -Lei n.º 196/99, de 8 de Junho	Fixa as regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e estabelece regras específicas para a locação, sob qualquer regime, ou a aquisição de bens ou serviços de informática;		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
1999	Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março	Estabelece o regime do contrato administrativo de empreitada de obras públicas. Melhoria do Decreto-Lei 405/93, de 10 de Dezembro, contemplando a Diretiva 93/37/CE do Conselho, de 14 de Junho	Diretiva n.º 97/52/CEE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro altera as Diretivas 92/50/CEE do Conselho de 18 de junho de 1992, 93/36/CEE do Conselho de 14 de junho de 1993 e 93/37/CEE do Conselho, de 14 de Junho	Diretiva n.º 97/52/CEE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro relativas à coordenação dos processos de adjudicação respectivamente de serviços públicos, de fornecimentos públicos e de empreitadas de obras públicas
1993	Decreto-Lei 405/93, de 10 de Dezembro	dotar o setor das obras públicas de um procedimento jurídico conforme a nova realidade decorrente da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, nomeadamente face à necessidade de iniciar a transposição para a ordem jurídica interna de duas diretivas comunitárias: 71/304/CEE e 71/305/CEE, do Conselho, ambas de 26 de Julho alteradas pela diretiva 89/440/CEE, do Conselho de 21 de Julho de 1989	Diretiva 89/440/CEE, do Conselho de 21 de Julho de 1989 altera as Diretivas 71/304/CEE e a 71/305/CE	Diretiva 89/440/CEE, do Conselho de 21 de Julho de 1989, vem legislar a coordenação dos processos de adjudicação de empreitadas de obras públicas
1991	Decreto -Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro	Código do Procedimento Administrativo		

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
1989	Decreto-Lei 134/89 de 15 de Maio	Adjudicações dos contratos de direito publico de obras e fornecimentos	Diretiva nº 89/665/CEE do Conselho de 30 de dezembro de 1989, vem alterar as diretivas: Diretiva 71/305/CEE do Conselho, de 26 de Julho de 1971 respeitante à coordenação dos processos de adjudicação de empreitadas de obras públicas; a Diretiva 89/440/CEE e a Diretiva 77/62/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1976, relativa à coordenação dos processos de celebração dos contratos de fornecimento de direito público, com a última redação que lhe foi dada pela Diretiva 88/295/CEE, não contém disposições específicas que permitam garantir uma aplicação efetiva	A Diretiva nº 89/665/CEE do Conselho de 30 de dezembro de 1989 coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas relativas à aplicação dos processos de recurso em matéria de adjudicação dos contratos de direito público de obras de fornecimentos
1986	Decreto-Lei 235/86, 18 de Agosto	O presente diploma aplica-se às empreitadas destinadas à realização de trabalhos de construção, reconstrução, restauro, reparação, conservação ou adaptação de bens imóveis que no território nacional, corram total ou parcialmente por parte do Estado, de associação pública ou de instituto público. Aplicabilidade das diretivas 71/304/CEE do Conselho, de 26 de Julho de 1971 e 71/305/CEE, do Conselho, de 26 de Julho de 1971	Diretiva 71/304/CEE do Conselho, de 26 de Julho de 1971 em comunhão com a Diretiva 71/305/CEE do Conselho, de 26 de Julho de 1971	Diretiva 71/304/CEE do Conselho, de 26 de Julho de 1971 é relativa à supressão das restrições à livre prestação de serviços no domínio das empreitadas de obras públicas e à adjudicação de empreitadas de obras públicas por intermédio de agências ou de sucursais e a Diretiva 71/305/CEE do Conselho, de 26 de Julho de 1971 é relativa à coordenação dos processos de adjudicação de empreitadas de obras pública

Legislação				
Nacional			Europeia	
Ano	Documento	Descrição	Lei	Descrição
1982	Decreto -Lei n.º 390/82, de 17 de Setembro;	Execução de fornecimento de bens e serviço	Diretiva 77/62/CEE de 21 de Dezembro de 1976, esta diretiva sofreu alterações dispostas pelos documentos: Diretiva 80/767/CEE de 22 de Julho de 1980; Diretiva 88/295/CEE de 22 de Março de 1988, pelo Acordo GATT sobre Contratos de Direito Público e ainda pela Decisão do Conselho n.º 87/95/CEE	A diretiva 77/62/CEE de 21 de Dezembro de 1976 a coordenação dos processos de celebração dos contratos de fornecimento de direito público; Diretiva 80/767/CEE de 22 de Julho de 1980 adapta e completa , no que diz respeito a certas entidades adjudicantes, a Diretiva 77/62/CEE que coordena os processos de celebração dos contratos de fornecimento de direito público; Diretiva 88/295/CEE de 22 de Março de 1988 altera a Diretiva 77/62/CEE relativa à coordenação dos processos de celebração de contratos de fornecimento de direito público e revoga certas disposições da Diretiva 80/767/CEE

Anexo III: Guião da Entrevista com os Responsáveis Hierárquicos das Empresas de Plataformas Eletrónicas de Compras Públicas

1. Qual a influência da legislação europeia no processo de implementação das compras públicas eletrónicas?
 - a) Livro Verde da Comissão em 1996 – Melhoria de acesso dos Estados Membros à contratação pública
 - b) Planos de Ação *eEurope* – Impulsionaram a utilização das TIC e a procura de mais transparência, concorrência e responsabilização
 - c) Diretriz n.º 2004/18/CE – Obrigação de utilização das TIC através das plataformas eletrónicas, concretizando a simplificação processual, diminuição de custos, procura de mais transparência, concorrência e responsabilização
2. Quais as orientações políticas dos diferentes executivos nacionais que, no seu entender, influenciaram o processo de implementação das compras públicas eletrónicas?
 - a) Plano Nacional de Compras Públicas Eletrónicas – XVI Governo XV Governo Constitucional (2002-2004) - Dr. José Manuel Durão Barroso
 - i) Promover a eficiência do processo aquisitivo público, gerando ganhos e poupanças estruturais, facilitando e alargando o acesso das empresas ao mercado de compras públicas e aumentando a transparência e a qualidade de serviço prestado;
 - ii) Criar dinâmicas de modernização junto dos agentes económicos, promovendo a sua competitividade e produtividade e induzindo a adoção de novas práticas de comércio eletrónico a nível nacional.
 - b) Simplificação do processo aquisitivo e promoção do uso das plataformas – XVII Governo Constitucional (2005-2009) – Eng. José Socrates
3. No seu entender, a legislação nacional sobre as compras públicas eletrónicas, é mais influenciada pelas diretrizes da União Europeia ou por orientações políticas dos diferentes executivos nacionais? O que tem maior impacto?
4. Que balanço faz do funcionamento da contratação pública eletrónica em Portugal?
 - a) Principais adversidades
5. O que motivou a criação da sua empresa para este tipo de contratação?

6. Enquanto empresa que apresenta no mercado uma Plataforma Eletrónica de Compras Públicas bem conhecida, quais são os fatores que a empresa considera serem os mais relevantes para a sua evolução e crescimento?

7. Até à presente data, quais considera terem sido os principais desafios da empresa?

8. Como se processa o sistema de atualização das plataformas eletrónicas?

8.1 Existe autonomia por parte das empresas de plataformas eletrónica para a elaboração das atualizações?

8.2 Este processo está condicionado por alguma entidade superior? Qual?

8.3 Existe algum procedimento para a elaboração das atualizações?

Anexo IV: Guião da Entrevista com os Superiores Hierárquicos Ligados à Área de Aprovisionamento Utilizadores das Plataformas Eletrónicas de Compras Públicas

1. Relativamente ao processo de implementação da contratação pública em Portugal que balanço faz do funcionamento da contratação pública eletrónica em Portugal?

a) Se o processo de implementação está a ser como o esperado ou se ainda existem muitos entraves.

2. Relativamente à contratação pública eletrónica propriamente dita, essa enfrenta algum tipo de adversidade no que respeita à sua implementação? Quais?

a) Referir os principais problemas da contratação pública.

3. Face ao objetivo pelo qual as plataformas de compras públicas eletrónicas foram concebidas, acha que esses objetivos estão a ser concretizados?

3.1 A redução de tempo consumido está a ser concretizada?

3.2 A redução de custos está a ser concretizada?

3.3 O aumento de concorrência está a ser concretizado?

3.4 O aumento na transparência está a ser concretizado?

3.5 A desmaterialização e simplificação processual estão a ser concretizadas?

3.6 A diminuição da corrupção está a ser conseguida?

4. Qual/Quais as plataformas eletrónica de compras públicas que utilizam aqui em

5. Sente dificuldades na sua utilização?

Tipologia de Dificuldade	Nunca	Às vezes	Frequentemente
Conhecimento da tipologia do procedimento a adotar			
Conceção das Peças			
Submissão do Procedimento na Plataforma			
Ativar a Assinatura Eletrónica			
Visualizar na Plataforma Pedidos de Esclarecimentos /Erros/Omissões			
Interpretar e prestar os devidos esclarecimentos			
Descarregar as Propostas			
Avaliação de Propostas			
Submissão dos Relatórios			
Visualizar as reclamações em sede de Audiência Previa			
Responder em sede de Audiência Previa			
Descarregar os Documentos de Habilitação			
Avaliar a Integridade dos Documentos de Habilitação			
Elaboração do Contrato			

Anexo V: Transcrição da Entrevista da Vortal

Data da realização: 11 de fevereiro de 2015.

Horário: Das 12h às 13h30

Local: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa -1300-663, Lisboa – Portugal.

Entrevistador: Maria Campos Andrada Piteira Martins

Entrevistado: Dr. Rui Dias Ferreira

Maria Andrada: Qual a influência da legislação europeia no processo de implementação das compras públicas eletrónicas?

Rui Dias Ferreira: A influência ... ahhh... eu diria que são duas importantes... importantes!!! ... As compras eletrónicas em Portugal começaram ali ... a serio em 2001, por impulso do ... do Diogo Vasconcelos. Lembram-se do Diogo Vasconcelos? Foi com a UMIC, OK?! e portanto o Diogo Vasconcelos presidiu a UMIC e criou ali duas grandes áreas, uma com Anabela Pedroso que deu origem ao cartão de cidadão e uma serie de (.....) e que hoje estão ali à volta de uma entidade chamada AMA, Agência para a Modernização Administrativa, com uma serie de iniciativas, a mais conhecida é a... é a ... cartão de cidadão, mas depois a empresa na hora enfim. E o outro braço da UMIC, liderado pelo Dr. Carlos Oliveira ... que é a...a...a... o que tem aquela empresa de consultadoria a Leadership ... para as compras públicas, Pronto! Pah, e nesse tempo ... e nesse tempo... ah digamos, o *buzzword* que estava aí na moda era o *e-procurement* e... e...basicamente haviam umas plataforma estrangeiras que custavam um dinheirão, milhões, e que faziam o quê? Éramos desenhadas para grandes empresas, tipicamente bancos e telcos, publicarem listas de compras tipicamente de material de economato para evitar que os empregados tivessem que ir a um departamento de compras para fazerem encomendas das canetas, dos papéis e das borrachas e portanto aquilo permitia encomendar diretamente, pronto. Eheheh!! Era tão revolucionário como isso, uma coisa que não vale dois “carcanhois”, Pronto! Mas isso criou um enorme....

Helena Monteiro: Na altura... Para altura foi bom!!!

Rui Dias Ferreira: Não foi nada, foi um desastre total, foi um *flop* ...

Helena Monteiro: Aí é?!

Rui Dias Ferreira: Isto não tem pés nem cabeça! Isto é uma coisa, como é obvio, acrescenta muito pouco valor às organizações. Só que os Americanos que vendiam isto e os consultares que vendiam isto, souberem vender isto muito bem e pronto e Portugal...

Helena Monteiro: Mas estamos a falar de quê? Do SAP ?! Está a falar de quê?

Rui Dias Ferreira: Não, não! Estávamos a falar do *Commerce One* e do *Ariba*, sobre tudo. Do *Commerce One* e do *Ariba*!

Helena Monteiro: Ah! Já sei!

Rui Dias Ferreira: Ok?! E em Portugal fundaram-se várias empresas exatamente nessa logica que juntavam telcos e letricas e Bancos. E portanto cujas mais famosas eram por exemplo a *Bizdirect* que tinha o BPI e a Sonae, a *Tradecom* que juntava aquela tria da PT, o BES e a Caixa e depois havia o *Forum B2B* que juntava a EDP e o BCP... Bem, (eram quatro), e mais outros quaisquer. Pronto! Que obviamente só conseguiram vender isto para as próprias empresas, lá aos Bancos, não é?! E enquanto tiveram paciência usaram aquilo. E portanto, quando o Diogo e o Carlos Oliveira começaram no *e-procurement*, procurando o que é que havia aí, era isto que havia. Pronto! E compraram isto para os ministérios e pronto. Isto foi, no início, os chamados projetos-piloto. Enfim, a inovação é assim mesmo, nunca acertamos à primeira. E portanto, foi muito interessante, os Americanos ganharam muito dinheiro e nós não ganhámos nada.

Helena Monteiro: Ah, isto foi comprado para os Ministérios!

Rui Dias Ferreira: Foi! Chamam-se sistemas de compra por catálogo. Encomenda por Catálogo. E portanto, é uma coisa hoje residual, Mas digamos que esta foi a primeira vaga do...do *public e-procurement*, pronto.

Depois a segunda vaga foi esta que tem mais a ver com a sua pergunta e com a Vortal. Que é o seguinte: O Governo português entretanto tinha que transpor a diretiva 18/2004, atrasou-se imenso, levou imensas multas... Isto começa a ser trabalhado em 2005/2006, antigamente havia uma das empreitadas e havia uma lei das outras compras, eram duas, pronto. E achava-se que se devia...devia... uniformizar e tal... Bom! Entretanto a Vortal também tinha nascido aí nessa alturas, em 2000. Mas nós, a Vortal, foi uma empresa que ninguém a conhecia como Vortal, era uma empresa que tinha este emblema assim redondo (mostra a imagem, através do cartão de visita), deve achar muita piada, era mesmo redondo, com um capacete, que era o econstroí, era e é!

Maria Andrada: Ah exatamente, sim foi a vossa origem!

Helena Monteiro: Ah eu conheço!

Rui Dias Ferreira: O econstroí, portanto, da qual eu fui fundador, era uma empresa formada em consórcio de empreiteiros para fazer o *market place* da construção e fez uma lógica de *sourcing*, não uma lógica de *procurement*. O que é que quer dizer *sourcing*? *Sourcing* é um conjunto de processos que estão a montante do contrato, são um conjunto de processos, em linguagem de administração pública, que são necessários à formação do contrato. O *procurement* são um conjunto de processos necessários à execução do contrato. Resumindo e concluindo, nós antes de comprarmos alguma coisa fazemos um processo de procura, por acaso o inglês aqui não nos ajuda, procura – *procurement*, o inglês aqui desajuda, é raro, normalmente o inglês ajuda imenso, mas aqui não ajuda nada! Portanto, quando a gente está a procurar, quando temos um conjunto de ações que se fazem para primeiro perceber, bom eu preciso de qualquer coisa. Bem mas o que é que é essa coisa? O que é que existe no mercado que configura essa coisa? Que empresas e que soluções é que existem no mercado? Então deixa-me lá começar por me dirigir a elas, normalmente, um pedido de informação (*request for information*). Depois deixa-me formular um pedido, uma especificação, em administração pública, o caderno de encargos. Deixa-me fazer uma pré-qualificação. Deixa-me a seguir fazer um concurso, depois uma avaliação e deixa-me decidir. Isto chama-se *e-sourcing*! Ou seja, processo de formação de contrato termina num contrato. Ora isto é onde a Vortal se especializou, porque sendo os nossos clientes empreiteiros que fazem estes edifícios todos, tudo isto foi feito no econstroí, todos recebem os cadernos de encargos, da administração pública, neste caso, da Universidade Técnica de Lisboa, através da nossa plataforma carregam os ficheiros todos, CADES, etc, etc e através de um processo, onde está inteligência da Vortal, isto é imediatamente comunicado a milhares e milhares de subempreiteiros e fornecedores que recebem esta informação, descascam a obra e na própria plataforma põem os preços. Depois a nossa tecnologia permite fazer um agrupamento daqueles preços para ajudar a formar o preço final. Claro, isto é a lógica digamos aqui é a de formação de preço e ajuda administrativa.

Por outro lado, como nós mandamos isto para muitas empresas, a concorrência aumenta muito e os preços descem.

Repare, quem está depois a montante na execução do contrato, as vantagens são puramente transacionais não é?! Fazer uma encomenda, por telefone, por email ou por uma aplicação, tem vantagens não é?! mas são muito mais marginais, comparadas com estas que nós oferecemos. Só para termos ideia, nós normalmente, as poupanças consolidadas em qualquer cliente, vão desde os 2,5% aos 30%. Na administração pública é mais de 30% porque a

administração pública compra muito mal. Nas empresas de construção, cuja função é só comprar, as empresas de construção não constroem, quem constrói são os subempreiteiros. Uma empresa de construção é uma empresa que gere um risco e uma relação contratual com um cliente e depois coordena subempreiteiros. Portanto o *core business* é comprar. Portanto como imaginam compram bem. Mesmo assim, nas maiores empresas, “Motas Engis”, “Soares da Costa ... (estou a falar de há 10 anos), essas empresas observavam vantagens, desculpem, poupanças operacionais, resultado operacional, na casa dos 7 a 9 %, estamos a falar de milhões e milhões de euros.

Helena Monteiro: Tinham que reestruturados os processos.

Rui Dias Ferreira: Não, não... só poupanças aquisitivas, não tem nada a ver com processos.

Helena Monteiro: Só aquisitivas!

Rui Dias Ferreira: Apenas aquisitivas, aquisitivas. Aquilo que antes tinha um lucro operacional de 3 ou 4% passou para 12 ou 13%. Essas é que são as grandes poupanças. As grandes poupanças no processo de *sourcing* são aquisitivas não são administrativas. No *procurement* é que são administrativas. Nisto aqui, poupanças administrativas também existem, obviamente. A gente substitui aquelas pastas todas, isso é tudo desmaterializado, mas isso são trocos, não é?! Até porque no final do dia na administração pública as pessoas ficam todas lá, portanto essa falácia das poupanças administrativas são muito coiso...

Helena Monteiro: Na administração pública não se substituem pessoas.

Rui Dias Ferreira: Uma pessoa reduz para metade, as pessoas ficam lá todas, portanto isso é um problema que a administração pública tem. Vocês ensinarão isso nas escolas.

Helena Monteiro: Principalmente quando já se passou pelo privado.

Rui Dias Ferreira: Isso já não é verdade na atividade privada. Porque obviamente é preciso pagar salários às pessoas e não se pode ir a Bruxelas pedir dinheiro. Tem que se ser mais eficazes. Portanto as poupanças aí são sobre tudo...

Ora bem, e nós tivemos um grande sucesso com o econstroi e começamos a pensar noutras coisas e fomos, digamos, estimulados, também pela UMIC ... mas numa coisa que se quis fazer que era um portal de empreitadas e tal... Bom... resumindo e concluindo ah... porque é que vocês que fizeram isto para as empresas de construção, não sobem o nível e não oferecem isto às administrações públicas que compram construção e têm um processo. Que no fundo é um processo de consulta, proposta e encomenda, mas muito mais estruturado, burocrático. E Portanto, nós começamos então a artilhar a nossa tecnologia, com processos de encriptação, porque reparem, na administração pública as propostas, aquela informação tem que ser toda

encriptada porque não pode em momento nenhum uma proposta ser aberta antes da... enfim, antes da hora prevista. E portanto, digamos que tivemos que meter também chaves que permitissem estas encriptações, o problema da assinatura eletrónica, o problema do selo temporal, enfim, uma serie de tecnologias, que garantem a segurança e a conformidade do processo e pronto. E começamos a fazer aí uns pilotos, numas camaras, e tal e não sei quê...

Entretanto, o Governo tinha este problema e portanto nós conseguimos chegar a....a digamos à relação com quem estava a dirigir isso, que na altura era o IMOPPI - Instituto dos Mercados de Imobiliário, (hesitação na definição), bom é o atual InCI - Instituto de Construção e do Imobiliário, o atual InCI e com os advogados do InCI começamos a querer influencia-los que na nova lei, que ia resultar da fusão da lei das empreitadas com a lei das compras gerais

Maria Andrada: Compra de bens e Serviços.../

Rui Dias Ferreira: Sim ... de bens e serviços, que veio resultar no DL 18 de 2008 que é o Código dos Contratos Públicos. Então começamos para ali a fazer a advocacia das compras eletrónicas. Pronto, enfim, como imaginam foram umas turras grandes, porque quem fez isso foram aqueles tipos Sérvulo & Associados e os gajos, páh a primeira versão que me entregaram era o último capítulo, que dizia assim “As propostas podem ser em CD” (riso)... Bom não vos vou maçar agora...

Helena Monteiro: Isso é História... Mas não é aqui...

Rui Dias Ferreira: É...isso é um livro, muitas pessoas já escreveram isso, essas coisas já estão escritas em várias coisas....Sim, sim isso dá para um livro. E então, bom aqui havia um patrocínio político muito grande não é?! O José Sócrates e aquele *entourage* dele, o secretário de estado e tal eram como vocês se recordam, pessoas que tinham um alinhamento para as novas tecnologias...

Helena Monteiro: O Carlos Zorrinho...

Rui Dias Ferreira: Sim, o Carlos Zorrinho também. Portanto, enfim, havia muita gente que conseguiu perguntar “ Epá isto compras eletrónicas isto é uma tontearia não é?!” E os gajos diziam “Não, não, isto é bom! Isto é para fazer.” E eles fizeram.

Pronto foi isso, sem muitas palavras (riso de ironia)

Maria Andrada: Bem tocou na questão a seguir que era a nível de orientações políticas dos diferentes executivos nacionais que, no seu entender, influenciaram o processo de implementação das compras públicas eletrónicas? Acabou de tocar no Eng. José Sócrates que realmente foi um dos...

Rui Dias Ferreira: Sim, no plano tecnológico foi aqui o grande... mas, mas...é importante salientar a emanção anterior da UMIC, e a UMIC é anterior a isso. A UMIC é de 2001 (hesitação), epá já não sei...

Helena Monteiro: É de 2003, porque foi no Governo do Durão Barroso, com o PSD...

Maria Andrada: Sim! É com o Plano Nacional de Compras Públicas Eletrónicas...

Rui Dias Ferreira: Então terá sido isso ...

Maria Andrada: Está integrado no Programa do Governo de 2002/2004.

Rui Dias Ferreira: São os dois nomes chave aqui é o Diogo Vasconcelos e o Carlos Zorrinho, embora o Carlos Zorrinho neste caso aqui das compras públicas não....

Helena Monteiro: Ele não entrou muito aí... O processo já estava em andamento, o José Sócrates só queria que isto funcionasse.

Rui Dias Ferreira: E mais perguntas?

Maria Andrada: No seu entender, a legislação nacional sobre as compras públicas eletrónicas, é mais influenciada pelas diretrizes da União Europeia ou por orientações políticas dos diferentes executivos nacionais? Qual é que tem maior impacto?

Helena Monteiro: E onde é que está o impacto?

Maria Andrada: Sim convém ter essa noção.

Rui Dias Ferreira: Eu não sou...Eu não sou... Está-me aqui a perguntar sobre compras pública eletrónicas...eletrónicas.... A legislação... Não, vamos lá ver ... é claramente orientações nacionais. Repare, as diretrizes da União Europeia só agora, também por nossa influência...

Helena Monteiro: Isso é muito interessante...

Rui Dias Ferreira: Pois, somos nós que temos que ir lá fazer as leis, elas não aparecem feitas. Maneira que, digamos que, as... as diretivas europeias não influenciaram nada a legislação portuguesa, o Código do Contratos Públicos. Só, influenciaram porque haviam dois ou três pontos na diretiva 18 que dizia que se tinha que permitir fazer leilões e ... e Mais outra coisa qualquer e esse tipo de procedimentos só podiam ser feitos por via eletrónica. Depois o que aconteceu foi exatamente ao contrário! Foi que ao implementarmos aqui a contratação eletrónica... repare que a contratação eletrónica, ela é regulada pelo próprio código dos contratos públicos, mas depois tem uma lei própria que é o 143 e depois ainda tem os diplomas. E aí é que se especifica...

Maria Andrada: Sim, a forma de funcionamento das plataformas em específico...

Rui Dias Ferreira: Eu diria que aqui ...aqui...mais do que orientações políticas, são orientações técnicas. A atual legislação em Portugal é uma legislação...que tem uma lógica muito...muito...garantista no ponto de vista de segurança informática. Há outros países a evoluir nesta área, que dispensam uma série de encriptações e selos e assinaturas. Portanto nós...nós...nós neste aspeto a opção portuguesa foi uma opção um bocadinho maximalista. Tem a ver aqui com nossa matriz do Sul, vocês já devem saber isso...

Helena Monteiro: Napoleónica...

Rui Dias Ferreira: É! Enfim, que é uma coisa que eu sou um enorme crítico. Que é assim, nós vivemos mil anos no papel que não tem segurança jurídica nenhuma. A mim pedem-me todos os dias que eu faça uma assinatura e eu faço sempre uma assinatura diferente, pronto e é assim há mil anos. Bem agora vamos fazer eletrónico e eletrónico que é um nível segurança muito inferior aquele, temos que ser razoáveis não é?! É que é isso não é?! Eu já vi...só para terem uma ideia... eu já vi, a propósito da fatura eletrónica, pedem-me para fazer uma assinatura na faturas, para quê? Uma fatura não é um documento contratual!

Helena Monteiro: Só para responsabilizar quem assinou.

Rui Dias Ferreira: Portanto tem um bocadinho a ver com a cultura aqui do Sul. Por outro lado montou-se um sistema que é desregulado que é demasiado liberal no nível de competição entre as plataformas, que têm criado problemas. Portanto, claramente são orientações políticas e técnicas não tanto dos diferentes executivos, enfim dos órgãos da administração pública. E a resposta que eu tenho para dar.

Agora o que eu estava a contar, que isso sim pode ser interessante, é que a legislação europeia que entretanto saiu, como sabem saiu a nova diretiva, em março. Essa sim é uma diretiva que não só introduz uma autêntica revolução nos processos de compras públicas. Vai fazer com que haja muitos mais processos e em alguns casos com muito menos transparência....

Maria Andrada: Era isso que eu gostaria de questionar-lo...Nos ganhos ou perdas da nova....

Rui Dias Ferreira: Não sei...Eu sei é que é uma revolução legislativa que atribuí uma descensionalidade ao decisor público muito maior e uma responsabilidade muito maior que se tem e funciona bem ou não se tem e não funciona bem. Só para terem quer dizer, ora vamos lá ver, eu posso incluir em qualquer caderno de encargos requisitos que têm a ver com a economia local não é?! Quer dizer, eu sou um presidente da câmara e vou comprar não seu o quê e depois digo que 20% de pontos para um determinado concurso vão contribuir para criar emprego na economia local. Bom, é óbvio que as empresas que estão lá fundadas na aldeia vão ganhar e os outros gajos de fora não vão ganhar, se for mal feito não é?! Vamos ter

esperança que não vá ser assim. Eu tenho algum ceticismo. Bem voltando aqui para a eletrónica...

Helena Monteiro: Isso é para a Europa toda?

Rui Dias Ferreira: Sim, sim é para a Europa toda.

Helena Monteiro: Será para o desenvolvimento local de toda Europa?! Não é só para aqui.

Rui Dias Ferreira: Pois. Eu não percebo é muito bem que desenvolvimento local é esse em concursos públicos internacionais. Alguém faz um concurso internacional e depois diz que tem um ganho...

Helena Monteiro: É uma forma de proteção....É uma forma de proteção dos seus próprios empregos!

Rui Dias Ferreira: Então para que é que serve um concurso público internacional?! Para que é que eu vou participar num concurso público internacional se os que vão ganhar sempre são os nacionais?! Para que é que a Finlândia vai lançar um concurso internacional para fazer lá uma ponte, se o gajo que vai ganhar é um finlandês?! Então não nos chateiem não nos macem não é?!

Helena Monteiro: Mas tem que concorrer não é?! Que é a única maneira de fazer venda de si próprio não é?! Torna-se num canal de *marketing*. Participando no concurso a Finlândia fica a conhecer a Vortal por aí.

Rui Dias Ferreira: Mas para quê se eu nunca posso lá ir vender nada, porque eles vão fazer lá tudo dentro.

Maria Andrada, Helena Monteiro e Ricardo Ramos Pinto: Pois, não tem vantagens com isso!

Rui Dias Ferreira: Estudem, acho que é um tema que vocês deveriam aprofundar, no âmbito de uma escola de administração pública é um desafio. Mas obviamente que a União Europeia, da qual eu sou defensor, é uma organização que olha para a frente não olha para trás. Portanto tem uma serie de perigos, tem que ser muito bem...

Maria Andrada: Sim, porque a interpretação é que se dá é que supostamente seria para abrir o mercado, mas depois com essa interpretação fecha. A própria diretiva torna-se um pouco contraditória.

Rui Dias Ferreira: Claro! Repare, nos Estados Unidos... Os Estados Unidos também são bastante restritivos e têm uma serie de coisas, mas não são coisas que se apliquem a grandes obras e grandes compras e a coisas grandes é a pequenas. Não passa na cabeça de ninguém

que o Estado da Virgínia lançar uma autor-estrada e dizer que vai atribuir 10 pontos ou 5 ou 1 a uma empresa que seja liderada por uma mulher ou por um veterano de guerra. Isso não tem pés nem cabeça! Isso acontece é à pequena obra ou para um fornecimento... coisas pequenas. Quer dizer, é essa coisa, é reconhecer que o Estado tem que ter um papel de manutenção dessas comunidades e a discriminação positiva de quem que por qualquer razão a merece. Agora, não em grandes negócios... Bom avançando...

Helena Monteiro: Bom, assim temos a nossa Ponte sobre o Tejo, foi através de um concurso público internacional.

Rui Dias Ferreira: Bem aí teve mesmo que ser porque a gente não sabia fazer. Isso não são bons exemplos.

Maria Andrada: Só para clarificar! As diretivas de algum modo influenciam, porque elas impõem lá prazos a cumprir...

Rui Dias Ferreira: Sim, mas eu já lhe conto eu já lhe conto! Então nós entretanto tomamos conhecimento aqui em 2010/2011 que a Europa estava a entrar nesta coisa e então montamos um processo de *Lobby*, contratamos um “lobista” em Bruxelas e passamos a viajar quase todos os meses e falamos e devemos ter falado com todos os deputados portugueses, comissários e tudo e mais alguma coisa. E pronto e conseguimos ser muito bem-sucedidos porque de facto na nova diretiva está lá claramente dito que os procedimentos têm que ser todos feitos por via eletrónica, com enfoque na submissão das propostas que é o que interessa aqui. Isto tem como data limite para implementar 2017 nas centrais de compras e 2018 nas outras entidades. Como imagina isso para o nosso negócio é uma coisa bastante interessante. Nós já somos a segunda empresa mundial nesta área.

Maria Andrada: Sim a Vortal está muito bem colocada nesta área, principalmente... Aliás, Portugal está muito bem visto a nível de plataformas eletrónicas. Nós fomos os primeiros.

Rui Dias Ferreira: Era por isso é que eu lhe estava a dizer aqui que a legislação nacional é que influenciou aqui a legislação internacional!

Maria Andrada: Mas agora?!

Rui Dias Ferreira: Agora!

Maria Andrada: Porque anteriormente nós fomos um bocadinho atrás dos prazos da própria diretiva certo?!

Rui Dias Ferreira: Portanto, em resumo A lei dos contratos públicos seguiu a diretriz 18, agora foi ao contrário, a diretriz atual seguir a lei nacional. Exatamente porque nos tornámos o

país mais avançado. Mas depois fomos lá fazer aquilo que os portugueses normalmente não fazem, são os mais avançados mas depois não vendem.

Helena Monteiro: Mas é preciso é vender.

Rui Dias Ferreira: Claro, mas foi isso que a gente foi fazer. Mas normalmente não fazemos. O português não sabe vender não é?! Nós fomos lá fazer isso. Fomos lá, mas gastamos muito dinheiro.

Ricardo Ramos Pinto: Mas foi por interesse individual?

Rui Dias Ferreira: Sim foi por interesse individual.

Helena Monteiro: Os outros concorrentes ganharam com isso!

Rui Dias Ferreira: Está bem, mas eu vou à frente e ganho eu

Maria Andrada: **Passamos um pouco pela próxima questão que é que balanço faz do funcionamento da contratação pública eletrónica em Portugal?**

Rui Dias Ferreira: Faz-se um balanço extraordinário! E eu vou dizer porque é extraordinário, verdadeiramente extraordinário! Não deve de haver muitos outros exemplos de implementações com esta complexidade feitas sem uma notícia no jornal sem nenhuma espécie de plano de uma forma completamente liderada pelo privado. Sem nenhuma, nunca houve e já lá vão sete anos, uma única ocorrência de falha de segurança. Se houvesse nas outras plataformas eu também saberia como imaginam. Entende-se como falha de segurança por exemplo uma empresa ter acesso à proposta de outra empresa antes da coisa. Isso é que é a grande falha. Normalmente o que é que há? Pequenos incidentes com a hora da entrega da proposta. Isso há, isso há! O fornecedor que deixou a entrega da proposta para a última da hora ou ele teve um conjunto de problemas que depois diz que não são dele, é típico e depois diz que foi da plataforma. Depois tem que se resolver, e depois há alguém que tem que justificar ao patrão porque é que aquilo se atrasou e até possivelmente poderá ser despedido, então tem que mandar o barro à parede. E depois às vezes as plataformas têm mesmo problemas, aquela hora a plataforma teve mesmo um problema, caiu uma linha, o servidor foi abaixo, e portanto houve ali um problema. Isso acontece, isso acontece. E portanto isto é uma coisa que está a funcionar tecnologicamente muito bem, sem problemas. E no ponto de vista de implementação foi um mega sucesso. Aquilo no fundo saiu na primavera de 2008 e deu até novembro do no seguinte, como data limite para esta a funcionar. Já estamos a falar em Portugal de 2000 entidades públicas, embora elas seja mais contando com as escolas, mas enfim, compradoras, são cerca de 2000 e cerca de 60 a 70 mil empresas. Depois nos pusemos essa gente toda, no início eramos só nós, depois e que vieram os outros, logo a seguir. E

portanto posemos essa gente a fazer propostas eletrónicas. Ações de formação nas capitais de distrito, tudo...

Helena Monteiro: Há alguma coisa escrita sobre este processo de implementação?

Rui Dias Ferreira: Sim há...

Helena Monteiro: É que isto vale a pena conhecer, foi um caso de sucesso e é um processo que está escondido e vale a pena ser conhecido.

Rui Dias Ferreira: Sim compre este processo com o Citius...

Helena Monteiro: Isto são processos que se coadunam vários fatores...

Rui Dias Ferreira: Mais coisas...

Maria Andrada: O que motivou a criação da sua empresa para este tipo de contratação?

Rui Dias Ferreira: Ganhar dinheiro.

Helena Monteiro: Ora bem, isto é que eu gosto, é assim mesmo! Eu sei bem, eu tinha que pagar 30 ordenados, não eram mais, mas mesmo assim era um problema para mim.

Maria Andrada: Sentiu algum tipo de adversidade neste tipo de contratação?

Rui Dias Ferreira: Sim muitas. Espere, que tipo de adversidades?

Maria Andrada: Esta questão vem na logica do balanço que fez sobre a contratação pública.

Rui Dias Ferreira: Adversidades...Adversidades... Eu chamaria antes desafios...desafios e adversidades. Adversidades, poucas e desafios, muitos. Desafios foram desde logo, o primeiro desafio foi o desafio de convencer não tanto o governo mas sobretudo os órgãos. Porque o governo, os nossos políticos, pronto enfim não são pessoas muito solidas, nós vendemos-lhes uma ideia e os gajos compram ou não compram? As pessoas pouco sólidas...não vão fazer, não percebem, não veem as consequências. Aquilo é dá votos ou não dá votos, portanto enfim. Isto nunca são adversidades é um desafio, relativamente fácil ou dá ou não dá, há ideias que eles comprem, há ideias que eles não comprem. Depois é preciso fazer uma coisa, que essa sim é um desafio, que é ir convencer depois a administração pública que há uma serie de... é o InCI, os advogados do direito administrativo que são pessoas que têm uma experiencia de seculos, as minhas conversas com eles, eu sinto-me numa enorme inferioridade. Porque o direito de facto é uma ciência muito interessante porque está permanentemente a meter uma serie de interesses que nós aqui mais comezinhos não percebemos isso, mas todas as nossas ações têm um impacto em tudo, é aquela coisa..." A borboleta bateu as asas em Shangai e gerou um furacão em Nova Iorque". E é mesmo assim, parece um bocado ridículo assim, mas o professor de direito pensa assim quando está a fazer uma lei. E portanto é um desafio falar

com aquelas pessoas sobre isto. Depois convencer uma serie de órgãos, sobretudo aquela componente da segurança, o Gabinete Nacional de Segurança, o CEGER... Bom, portanto, isso foram desafios. Depois foi o desafio mais importante que interessa à Vortal que é o desafio de implementar e formar, que é onde a gente ganha dinheiro. Quando eu disse ganhar dinheiro, é ganhar dinheiro porque tem a ver com nossa missão, não é?! Porque a missão da Vortal é ajudar os nossos clientes a comprar melhor e a vender mais. Portanto, quer dizer esta parte... e cada vez que eles compram melhor e vendem mais, eu ganho dinheiro, porque o meu modelo de negócio está associado a isso, está indexado a isso. Portanto foi preciso ir formal milhares de pessoas, depois criámos uma coisa chamada “Academia Vortal”, que você também já lá viu que é...cujo Presidente do Conselho Científico é o Professor Valadares Tavares que entretanto é uma pessoa que evoluiu...

Helena Monteiro: Era isso que eu lhe ia pergunta que era qual o impacto do Valadares Tavares...Porque ele arranjou aqui um buraco...

Rui Dias Ferreira: O impacto é enorme porque o Valadares está aqui muito casado nisto...Porquê buraco?!

Helena Monteiro: Um Buraco porque...quer dizer uma oportunidade em termos de mercado, porque quando começou o e-commerce ele começou a virar para a parte do e-commerce...

Rui Dias Ferreira: Ah claro! Sim, sim... Ele foi o primeiro presidente da Associação Portuguesa de Comercio Eletrónico, depois evoluiu para essa área muito devido à relação aqui com a Vortal...E com as outras plataformas, quer dizer... é uma pessoa muito independente, mas também foi uma pessoa que esteve também sobretudo um papel decisivo nas novas diretivas, foi ele na pratica que convenceu a Comissão Europeia a agilizar no sentido da.... Das compras eletrónicas. Foi ele, ponto final... Foi ele. Porque nós estávamos por de trás a criar as condições, nomeadamente legistas...porque para isto é preciso dinheiro, mas depois é preciso uma pessoa com uma credibilidade e independência. Pah, e isso, um empresário como eu...não funciona. Isso funciona em Washington, na Europa, nós...expressões “Como ganhar dinheiro?” na Europa são muito complicadas. A malta não está cá para isso, não sei para que é que está cá, mas para isso não está! De maneira que a gente tem que meter pessoas que saibam fazer essas coisas e o Professor Valadares Tavares tem aí um papel muito muito grande. Portanto esse foi o desafio, foi formar...formar, nós criamos até uma instituição para isso, estava-vos a explicar isso, a “Academia Vortal”, criámos uma enorme rede de parceiros locais, portanto em cada..., normalmente empresas que serviam as empresas com produtos de

informática, criamos uma rede muito decalcada rede de parceiros da PRIMAVERA, o software, aqueles rapazes de Braga é que vendem aquilo...

Helena Monteiro: Nós temos cá para os alunos trabalharem....

Rui Dias Ferreira: Eram o Zé Dionísio e o Jorge Batista. E portanto, criámos uma... era uma empresa no Algarve, no Alentejo, tínhamos aquilo de maneira que nós conseguíssemos num ano formar 100.000 pessoas! Pronto, foi aquilo que a gente fez. Depois formávamos gratuitamente, mas depois tínhamos ma parte que já era paga. Depois um gajo só precisa saber ganhar dinheiro. E assim fica toda a gente satisfeita! Pronto! Ao fim de dois anos isto estava a funcionar, ninguém deu por isto, não foi notícia. As vezes os Jornais perguntam, mas vocês não fazer uma reportagem?! Não...

Sabe o plano tecnológico? Sabe que as medidas eram 70 medidas, quase todas elas cumpridas e com um plano muito bem feito, porque o Carlos Zorrinho levava aquilo assério. Tive “n” conversas com ele, nunca isto fez parte do plano tecnológico...Zero! Em 70 medidas nada de compras eletrónicas...

Helena Monteiro: Isso foi político, porque tinha sido a bandeira do partido anterior

Rui Dias Ferreira: Exatamente, correto! Portanto isto foi feito desta maneira, completamente subversiva.

Helena Monteiro: Pois! Isto passou e isto tem uma importância extrema.

Maria Andrada: Pois, porque isto não é falado...

Helena Monteiro: A gente sabe que existe...

Maria Andrada: Mas infelizmente há muito pouca gente que conheça.

Rui Dias Ferreira: A malta gosta de falar das coisas que funcionam mal, esta está a funcionar bem então não falam!

Helena Monteiro: Os projetos correm bem então não se fala”

Rui Dias Ferreira: O português e falar bem não se coadunam!

Maria Andrada: A cultura do português é dizer mal e falar mal...

Helena Monteiro: Mas nós estamos interessados nisto, e no sucesso disto e por isso as componentes disto têm que vir ao de cima.

Maria Andrada: Por isso enquanto empresa que apresenta no mercado uma Plataforma Eletrónica de Compras Públicas bem conhecida, quais são os fatores que a empresa considera serem os mais relevantes para a sua evolução e crescimento? Bem sei que já disse aqui, é o facto de formar e...

Rui Dias Ferreira: A pergunta é quais são os nossos desafios...

Maria Andrada: Sim, mas para crescer!

Rui Dias Ferreira: Isso é fácil de responder, o desafio da empresa é a internacionalização.

Maria Andrada: Mas já têm esse processo já mais ou menos iniciado?!

Rui Dias Ferreira: Já! Muito desenvolvido! Então, a Vortal é já a segunda empresa do mundo nesta área. Já faz 24% dos seus negócios no estrangeiro. Pronto! É uma empresa que somos líderes no mercado em Espanha, estamos a implementar a contratação eletrónica, já numa fase bastante adiantada na Colômbia...

Helena Monteiro: Eles têm os mesmos modelos que nós? As chaves, as seguranças, isso tudo...é o mesmo?

Rui Dias Ferreira: Não! Eles são muito mais leves! Portanto, na Colômbia, para toda administração pública colombiana e a mesma coisa na Republica Dominicana. Que começou um ano depois, começo em 2014. Este projeto da Colômbia já começou em 2013, portanto está agora a terminar. Agora em Junho é o...

Maria Andrada: E conseguem conciliar as várias plataformas? Porque nós queremos o máximo da segurança e o máximo de preocupação com essa parte, enquanto a Colômbia acaba por ser um bocadinho mais leve. É-vos fácil conciliar as duas plataformas?!

Rui Dias Ferreira: Não, o desafio tecnológico é grande! Mas já lá vamos. Isso é outra pergunta!

Maria Andrada: Peço desculpa!

Rui Dias Ferreira: Portanto, depois nós ganhamos também em 2013 ou 2012 uma concessão para a República Checa, mas que foi um...não foi uma boa operação comercial, porque...Pronto, concorremos e ganhamos uma concessão, mas que não era obrigatório utilizar e portanto tínhamos uma serie de custos em manter aquilo, mas praticamente ninguém ligava porque a outra... Por acaso não me pergunto isso, mas isso era importante você escrever isso porque isso é que é a chave desta coisa toda! Isto só funciona porque é obrigatório!

Maria Andrada, Helena Monteiro e Ricardo Ramos Pinto: Pois!

Rui Dias Ferreira: Quer no Estado, quer nas empresas. Epá, esqueçam em fazer estes processos...

Ricardo Ramos Pinto: Pois é que o fator crítico é haver aqui uma imposição

Maria Andrada e Helena Monteiro: Sim, é a imposição legal.

Rui Dias Ferreira: O que é uma novidade, porque nós estamos habituados a pensar na adesão ao processo eletrónico, voluntários e por comodidade, não é?! Reparem, eu vou dar um exemplo, a entrega das declarações de IRS por internet, que eu saiba hoje ainda não é?! É só para as empresas, mas hoje já representa 80 e tal%

Helena Monteiro: Mas já obrigatório!

Ricardo Ramos Pinto e Maria Andrada: Não, muita gente ainda entrega em papel.

Rui Dias Ferreira: Mas por acaso, não sei a Senhora Professora Não tem razão.

Ricardo Ramos Pinto e Maria Andrada: Pelo menos no ano passado...

Rui Dias Ferreira: Pois, mas acho que o Governo arranjou uma maneira que é as empresas de escrita e os CTT fazem isso. Portanto, uma pessoa que já é idosa e que obviamente não utiliza a internet vai lá paga 20€ e o gajo dos CTT faz-lhe isso.

Ricardo Ramos Pinto: Coitados, os desgraçados dos CTT também fazem tudo!

Helena Monteiro e Rui Dias Ferreira: Desgraçados não! Ganham dinheiro!

Rui Dias Ferreira: Está a ver, você chama desgraçado a uma coisa que para mim é uma oportunidade!

Helena Monteiro: é uma coisa ótima! Mesmo que seja pouquinho pouquinho, soma, soma, soma...Aquilo é dinheiro!

Rui Dias Ferreira: Está a ver, 20€ x 2.000.000.000 de idosos são 20.000.000.000€ é um grande negócio!

Helena Monteiro: Deixe-me lhe dizer uma coisa, aqui a escola tem 60% do orçamento é de receitas próprias, portanto nós somos das escolas da Universidade de Lisboa aqueles mais agressivos para ganhar dinheiro, porque se não a gente não consegue sequer pagar aos professores para isto. Portanto, agora não...estamos em processo de transformação que a administração pública não tinha esse modo de ver as coisas, não é?! “Deus nosso Senhor paga”! Mas a imposição política é determinante!

Rui Dias Ferreira: é! Repare, isto é um processo, como é um processo concorrencial... epa tem que ser assim, tem que se imposto não é?! É uma coisa importante! Estava-vos a falar da República Checa e...

Helena Monteiro: Isto aqui falhou?! Já saiu de lá não?

Rui Dias Ferreira: Sim, estamos a fechar. E agora estamos já a operar na Alemanha, onde começamos em outubro. Pronto, os alemães vão fazer concursos públicos com “Portugais Technology” (inonia)!

Helena Monteiro: Mas eles não têm?!

Rui Dias Ferreira: Não senhora! Têm, mas a nossa é melhor! Tanto que o Diretor geral do meu principal concorrente de lá demitiu-se para vir trabalhar comigo.

Helena Monteiro: Isto são consequências fantásticas! Veja lá se ele vai aprender convosco e depois volta para lá para fazer a empresa dele!

Rui Dias Ferreira: São os riscos do negócio!

Ricardo Ramos Pinto: Mas entraram a nível nacional? Ou em alguma zona...

Rui Dias Ferreira: Não, não! Nós entramos sempre a nível local! Sempre a nível local! Quer dizer, ou é um concurso público como é o caso da Colômbia e da Republica Dominicana, que ganhamos, frente aos nossos grandes concorrentes internacionais e aí... Ou se entramos por via, digamos, de ir desenvolvendo negócios, é preferível entrar pelo lado Municipal, ir mostrando trabalho, subir para o nível regional... Por exemplo, em Espanha temos aí 40 câmaras e duas regiões, a da Galiza e a de Valencia, a comunidade valenciana e... e pronto! E na administração central não entrámos, nem em princípio entraremos, porque o que vai acontecer em Espanha e isso... Isso, não me fez essa pergunta, mas eu respondo-lha ... é a nossa principal ameaça é a tendência que os Governos têm em fazer soluções de propriedade sua e desenvolvidas por si. Essa é a grande ameaça da Vortal e isso é um bocadinho a tendência na Europa do Sul e de Leste. Por exemplo, em Espanha vamos ter que concorrer com uma coisa chamada *Plece – Plataforma de Licitação Eletrónica e Contratação del Estado*, vamos ter que concorrer com uma plataforma pública! Que é uma coisa, como imaginam, uma coisa complicada. Aqui em Portugal, apesar das coisas ter corrido muito bem existe todo um lado e um enorme entourage para fazer uma Plataforma do Estado!

Helena Monteiro: Por quem?

Rui Dias Ferreira: Ah... Por tudo o que é vermelho aí...

Helena Monteiro: Mas estou a ver sedado onde...

Rui Dias Ferreira: Syriza.

Todos: (Riso)

Helena Monteiro: Porque isso quando há origens... Agora aqui não estou a ver quem é que vai pegar nisto. Eu fiz parte do Instituto Informático do Ministério das Finanças

Rui Dias Ferreira: Olhe, Olhe...esses são os grandes, os grandes

Helena Monteiro: Mas esses são a GERAP, é a ESPAP, é o Jaime Quesado.

Rui Dias Ferreira: É, é! Essa rapaziada...Não é o Jaime que isso já vinha dantes. Isso não tem a ver com o Jaime que entrou agora! São outros...é uma, é uma postura, é uma postura! Pronto!

Helena Monteiro: Ainda existem mais perguntas.

Maria Andrada: Como se processa o sistema de atualização das plataformas eletrónicas?

Rui Dias Ferreira: O que quer dizer atualização? Atualização de quê?

Maria Andrada: Ou seja se...

Rui Dias Ferreira: Manutenção evolutiva?

Maria Andrada: Exatamente!

Rui Dias Ferreira: Pois esta aqui é a principal, esta é que é a principal diferença entre ter um modelo concorrencial privado ou ter um modelo público! Oh Maria, isto é assim, repare...A única, o único *input* para alterações que possam vir do Estado, seriam alterações legislativas, que não é o caso, agora com as novas diretivas será. Quando elas vierem...ainda não antecipei...provavelmente como vamos à frente...Mas quer dizer aí sim, não?! Agora isso, enfim, é relativamente irrelevante. O que é que é fundamental e por isso a minha plataforma de 15 em 15 dias tem uma *major release*, aliás, tem uma *manor release* e depois de 6 em 6 meses tem *major release*, é a concorrência!

Maria Andrada: Só têm que responder perante a concorrência, no fundo!

Rui Dias Ferreira: Claro! Quer dizer, eu todos os dias estou a ganhar e a perder clientes...Ou estou constantemente a melhorara minha plataforma ou estou a perder negócio. Isto é assim! É como os carros, os carros, de vez em quando, aparecem umas legislações a dizerem que, sei lá, têm que cumprir a norma de redução do carbono...não sei o quê...Mas repare, isso é uma migalha em torno da evolução que qualquer automóvel tem para outro. Se a BMW não melhora, vai perder os clientes todos para a Mercedes e para a Audi.

Maria Andrada, Helena Monteiro e Ricardo Ramos Pinto: Sim, sim!

Rui Dias Ferreira: Este é que é o grande problema da plataforma do Estado... A Plataforma do Estado fica alí! Alás, um bom exemplo foi aquela plataforma das Finanças que agora anunciou uma revolução não é?! Ao fim de 4 anos, não é?! Porque é que aquilo não é privado? Devia ser privado! Deviam haver 3 ou 4 plataformas e cada um escolhia a sua...Porque é que eu tenho que estar a fazer numa coisa mexida pelo Estado qual é o incentivo que aquela gente tem em tornar a minha vida melhor?! Nenhuma não é?!

Helena Monteiro: Deviam ter até no máximo uma delas porque é sobrevivência deles próprios! Mas isso é outro ponto! Como é que as Universidades, por exemplo, escolhem uma plataforma? É uma pergunta minha! Universidades ou grandes instituições da administração pública.

Rui Dias Ferreira: Eu acho que há duas maneiras de escolher! Há quem veja isto como uma obrigatoriedade e é uma coisa que tem pouco interesse e por isso é pelo custo. ok?! E há quem veja isto pela problemática da usabilidade e então normalmente são as equipas de compras que em função da usabilidade da própria aplicação e do nível de suporte que a empresa dá. Suporte significa, por exemplo nós atribuímos a cada cliente um gestor de cliente, que é uma pessoa a quem essa entidade telefona se tem dúvidas e que procura saber se as coisas estão bem e propor melhorias quando as coisas podem melhorar e isto como vocês imaginam os utilizadores são muito sensíveis a isso. Depois há um terceiro critério que infelizmente é muito pouco usado, que é o critério da melhoria dos processos e dos ganhos aquisitivos. Isso é prioritário... Como imaginam a administração pública não está cá para poupar.

Helena Monteiro: Já começa!

Rui Dias Ferreira: Está cá para pedir mais dinheiro!

Helena Monteiro: Já não há! Pelo menos as Universidades não têm...

Rui Dias Ferreira: Sim, mas não, não! Desculpe, expressei-me mal! O que eu quis dizer é a administração... Bem para já, vocês não são administração pública não é?! Eu quando falo em administração pública, as Universidades não são administração pública! São uma entidade com autonomia! A administração pública é muito reativa em relação à poupança de custos, quer dizer, o orçamento diz que têm 200 quando no ano passado tinham 250, não temos que poupar 50 não é?! Acontece ao contrário não é?! Quer dizer, não conheço um departamento ir propor descidas de orçamento não é?!

Helena Monteiro: Não!

Rui Dias Ferreira: Não, porque não tem incentivos não é?! Não têm porque não podem... Eu não estou aqui para criticar pessoas... é que as pessoas que estão na administração pública s estivessem na Vortal, passavam imediatamente a pensar doutra maneira, porque têm incentivos. Então se eu sou chefe de um departamento, não me dão incentivos nenhuns... Eu quero é ter o máximo dinheiro para gastar! Quero mais conforto, mas eletricidade para gastar, comprar um tapete melhor, uma cadeira mais confortável. É humano não é?! A que propósito eu vou no ano seguinte, fazer um orçamento, propor ao meu chefe “ Olha, eu este ano só preciso de 150!”, isso não tem pés nem cabeça não é?! Eu não ganho nada com isso, ou então

têm que me explicar melhor aqui na vossa escola algo aqui que eu não percebi! Não dão incentivos às pessoas, portanto eu acho que se querem que as pessoas venham propor um orçamento de 180, devem pelo menos 10% da poupança “Olha é assim, vais fazer o orçamento se poupares 10%, 10% são para ti” epah espera lá que eu assim já vou pensar. Não fazem isto porquê? Já fazem nos impostos, os funcionários dos impostos, por cada euro que cobram têm 10% para ele não é?!

Helena Monteiro: Não sei como está o modelo neste momento...

Ricardo Ramos Pinto: É, é!

Helena Monteiro: Mas nós tínhamos...

Ricardo Ramos Pinto: Nas cobranças difíceis.

Rui Dias Ferreira: Não percebo porque é que não é assim no resto!

Helena Monteiro: Ainda não é, mas isso tem que haver...

Rui Dias Ferreira: Tenho que vir aqui para as vossas aulas para vocês me explicarem.

Helena Monteiro: Vai é ser convidado para estimular aqui o espírito de passividade, o que é para trazer aqui o pica do mercado, que é sem isso a coisa não funciona!

Maria Andrada: Existe autonomia por parte das empresas de plataformas eletrónica para a elaboração das atualizações?

Rui Dias Ferreira: Total!

Helena Monteiro: Têm que sobreviver no mercado.

Rui Dias Ferreira: Estas perguntas para mim não são muito óbvias. O que é que está por trás destas perguntas?

Maria Andrada: Basicamente é saber se na sua plataforma, a plataforma é autónoma ou se ter que responder perante alguma entidade...

Rui Dias Ferreira: Não, há uma entidade que faz uma certificação que desempenha o papel de supervisora das plataformas eletrónicas que é o CEGER e portanto sim.

Ricardo Ramos Pinto: Mas o mercado, conforme disse há pouco, o mercado é pouco regulado.

Rui Dias Ferreira: É! Mas isso é...é...A única coisa que é regulada é a componente de segurança.

Maria Andrada: Era aí que eu queria chegar...

Rui Dias Ferreira: Porque o resto não! Resumindo e concluindo, se alguma coisa é regulada é a componente de segurança das plataformas, mas depois a política de preços perante os

clientes e tal, não é. E nisso existem problemas, tanto que a lei está a ser mudada, porque existem problemas.

Helena Monteiro: Existem problemas porquê? Há pessoas que se baixam muito, plataformas suas concorrentes que se baixam?

Rui Dias Ferreira: Não, sobem muito! Não que obrigam os fornecedores pagar por serviços que são...

Maria Andrada: Supostamente gratuitos!

Rui Dias Ferreira: Exato!

Maria Andrada: Mas isso a própria legislação deveria conseguir... Pronto lá está é agora esta alteração/atualização, vem se calhar... Não?!

Rui Dias Ferreira: A legislação que existe não prevê isso. Prevê uma autorregulação, como a autorregulação não funciona em países latinos...

Helena Monteiro: O Adam Smith não funciona aqui!

Rui Dias Ferreira: Há coisas que nós temos que saber, do que somos capazes do que não somos capazes. Nós não somos capazes de nos autorregularmos, de nos autoadministrarmos, isso é tudo *outsourcing*, comprem lá fora. Tudo o que é ao contrário, criatividade, sistemas informáticos, isso chamem-nos a fazer que somos os melhores do mundo.

Helena Monteiro: Exatamente, sem dúvida nenhuma!

Rui Dias Ferreira: O resto é comprar lá fora. Administrações, comprem! Justiça! Não sabemos fazer, não tem problema nenhum! Não se poder ser bom em tudo. Sabemos cozinhar também...

Helena Monteiro: Mas os nossos processos do *e-justice* são considerados os melhores da Europa.

Rui Dias Ferreira: O do *e*-...

Helena Monteiro: Sim!

Rui Dias Ferreira: Deve ser o Citius que é muito bom! (Ironia)

Helena Monteiro: Existe algum procedimento para a elaboração das atualizações? Uma coisa, têm que atualizar também quando fazer os concursos públicos não é? Os cadernos de encargos, quando respondem aos cadernos de encargos, para entrar na Alemanha, para entrar nisto têm que atualizar...

Rui Dias Ferreira: Claro, claro! Voltando à pergunta que a Maria há bocadinho me fez, uma pergunta muito bem-feita, que era a internacionalização coloca-nos desafios tecnológicos, muito complicados não é?!

Ricardo Ramos Pinto: Sim porque isso obriga-vos a gerir várias plataformas em simultâneo.

Rui Dias Ferreira: Na verdade... Pois esse seria um caminho! Como decidimos não o fazer, porque eu insisto que quero ter só uma plataforma, porque acho que esse modelo é um modelo ingerível, o que eu começo a ter é uma plataforma híper complexa. Porque ela tem quer ter a flexibilidade de...

Ricardo Ramos Pinto: De se ajustar a cada um dos contextos.

Helena Monteiro: E manter o nível de resposta adequado!

Rui Dias Ferreira: Uma coisa com uma complexidade tipo SAP. A minha plataforma é uma coisa complicada. E depois tem que ter uma capacidade de processamento muito grande. Tem um *datacenter* com exigências de processamento, complicadas! É uma *utility*.

Helena Monteiro: Onde é que vai buscar os seus trabalhadores nesta área?

Rui Dias Ferreira: É um drama! Esse é o meu principal constrangimento!

Helena Monteiro: Esse é o seu desafio aqui! Porque ainda por cima estão as outras todas a tratar do mesmo.

Rui Dias Ferreira: E os outros estrangeiros que vêm cá buscar... Essa é a principal matéria-prima escassa da Vortal, é engenheiros de *software*, bem e dos outros bons profissionais e talentos também é difícil encontra-los. Mas engenheiros de software é um drama. Só que como é que a gente resolve isso? Aqui há 10 ano, talvez nem tanto... Resolvi, isto já dura há 20 anos este problema, e na altura ainda estávamos a começar, ainda nem tínhamos uma marca não é?! Portanto que é que queria trabalhar para a Vortal?! A malta queria ir para as consultoras, etc e tal... Então a certa altura fizemos...eu disse assim “Não, vamos para as Universidades” porque eu quero estar junto às Universidades, não só porque ali é mais fácil estar dentro e os miúdos verem-nos e visitarem-nos, e criamos relações com professores, vamos dar umas aulitas, os professores não sei o quê e a gente criava aqui uma relação Universidade-Empresa, que era o que eu tinha lido, Pronto! Mas eu nunca tinha feito isso e entreguei isso a outros, porque eu não posso fazer tudo não é?! E não foi fizemos, fomos para a FCT, criamos uma coisa chamada laboratório, VIL – *Vortal Innovation Lab* e o primeiro foi posto ali na FCT, no monte da Caparica, porque era um sitio porreiro, porque putos depois iam fazer *Surf*, não sei o quê, não sei que mais! Epá! Não, não...por falta de gestão

nossa...aquilo, para criar relações com alguém, na universidade, é preciso falar a linguagem de universidade e é preciso ...

Helena Monteiro: Aliciar os putos e é preciso...

Rui Dias Ferreira: E é preciso ir visitar os professores, é preciso fazer esse trabalho! Não o fizemos do outro lado também não, diga-se de passagem...

Helena Monteiro: Há 20 anos atrás também não havia...

Rui Dias Ferreira: Isto não foi há 20, foi há 6, 7...De maneira que, aquilo...não funcionou! Depois há sempre um preço a pagar que é não tínhamos a empresa toda junta...Depois noutra fase acabei com aquilo, porque aquilo não resultava e pus as pessoas todas juntas, aqui em Lisboa, não?! Mas agora com o desafio da internacionalização, nós agora fizemos outra plataforma. Uma coisa que já vai em 7 ou 8 milhões de euros, com 200.000 horas de desenvolvimento e manutenção. Um projeto que tem... temos uma equipa de 70 pessoas na engenharia, quando há 5 anos, 70 pessoas era o nº da empresa. A empresa duplicou nos últimos anos, sobretudo na engenharia! Portanto a gente precisou de recrutar 40 engenheiro. Onde é que a gente ia fazer isto...não era só recrutar, era também mante-los! De maneira que, o que é que fizemos? Muito por ajuda e sugestão do António Murta, o António Murta aí teve um papel muito importante! Estudamos Braga, estudamos Porto e acabamos por ir para o Porto e portanto temos...

Helena Monteiro: O Porto estava mais aberto e tinha mais disponibilidade.

Rui Dias Ferreira: Portanto montamos...desde, isto é muito recente, é de 2012 montámos o VIL lá no Porto, na UPTEC.

Helena Monteiro: Está onde?

Rui Dias Ferreira: Na UPTEC, na incubadora

Helena Monteiro: Onde está a IPAM. Não, a IPAM está na Maia.

Rui Dias Ferreira: Exatamente! A UPTEC é mesmo ali no campus do Porto, ao pé de Hospital de S. João. Estão lá 80 empresas. E nós temos lá 50 engenheiros, no nosso laboratório de inovação. Pronto! Porquê no Porto? Porque no Porto as pessoas são muito bairristas e o lisboeta muda mais e vai mais para o estrangeiro. O Porto é mais fixo. É assim que a gente procura resolver isso.

Helena Monteiro: Os seus jovem o que que... Se fizer subir essa gente toda, a certa altura não pode com eles, tem que os mandar embora! Na gestão da sua gente...

Rui Dias Ferreira: Mandar embora porquê?

Helena Monteiro: Neste momento tem 70 Engenheiros de software, eles vão subindo, chega uma certa altura esta gente tem que sair para poder ter sangue novo!

Rui Dias Ferreira: Com crescimento...

Helena Monteiro: Ah sim! Só com crescimento é que consegue aguentar isto!

Rui Dias Ferreira: Como obvio isso é o objetivo de qualquer empresa. Se não só envelhecemos.

Anexo VI: Transcrição da Entrevista na Gatewit

Data da realização: 20 de maio de 2015

Horário: Das 9h às 10h

Local: Gatewit - Av. da Liberdade, nº 136, Pisos 4 º, 5 e 6 º 1250-146 Lisboa

Entrevistador: Maria Campos Andrada Piteira Martins

Entrevistado

Entrevistado: Qual o tema do seu trabalho?

Maria Andrada: A tese de mestrado que estou a desenvolver é sobre o processo de compras públicas em Portugal e os seus principais problemas?

Entrevistado: Nesse caso está a fazer esta entrevista a outras empresas análogas que se encontram no mercado?

Maria Andrada: Sim, às principais.

Entrevistado: Assim tem uma visão mais alargada. Porque escolheu este tema?

Maria Andrada: Porque trabalho na área e interessei-me pelo tema.

Entrevistado: Muito bem! Nesse caso comecemos a entrevista!

Maria Andrada: Fale-me sobre a Gatewit e como surge.

Entrevistado: A empresa foi criada em 1999 com um projeto do Instituto Superior Técnico que consistia em criar um catálogo dirigido a empreitadas. A ideia surgiu, porque estes documentos existiam, apenas, em formato físico. Com a aplicação das TIC, criar-se-ia um portal que possuísse esses conteúdos técnicos, mas agora em suporte eletrónico e dirigido apenas ao setor privado. O portal chamava-se construlink.com.

Com a obrigação de implementar a diretiva 2004, surge uma oportunidade da empresa entrar no mercado público, projetando o que já existia no sector privado e adaptar, agora para o setor público. Este projeto foi lançado ao mercado, inicialmente, em formato projeto-piloto com a colaboração das Câmaras do Porto, Setúbal e outra também de elevada dimensão. Estas acabam por implementar o projeto, antes até da legislação ser obrigatória.

Em 2008 sente-se um *boom* na utilização da plataforma.

Em resposta à questão a influência surgiu da implementação da diretiva 2004 e do *eEurope*.

Maria Andrada: Quais as orientações políticas dos diferentes executivos nacionais que, no seu entender, influenciaram o processo de implementação das compras públicas eletrónicas?

Entrevistado: Nada respondeu.

Maria Andrada: O Governo do Durão Barroso terá impulsionado a criação da vossa empresa?

Entrevistado: Nada respondeu.

Maria Andrada: No seu entender, a legislação nacional sobre as compras públicas eletrónicas, é mais influenciada pelas diretrizes da União Europeia ou por orientações políticas dos diferentes executivos nacionais? O que tem maior impacto?

Entrevistado: A Europa motiva os governos dos seus estados membros a implementar as medidas, mas compete aos respetivos governos transpor essas medidas para a sua ordem interna. Por isso penso que a maior influência é nacional, o Governo é que tem que dar o principal estímulo.

Maria Andrada: Porque é que Portugal demorou a implementar a diretiva 2004 e quando a implementa opta por fazê-lo na sua totalidade?

Entrevistado: O facto de em Portugal a legislação ser complexa terá feito com que o processo de implementação da diretiva fosse mais demorado. Além disso houve a escolha de fazer o processo de uma única vez em vez de o repartir em fases.

Maria Andrada: Que balanço faz do funcionamento da contratação pública eletrónica em Portugal?

Entrevistado: O balanço é positivo. No entanto, hoje, era necessário haver uma revisão da legislação, porque há falta de regulação no mercado. Vejamos, inicialmente os custos eram totalmente suportados pelas entidades adjudicantes. A certa altura a Administração Pública vê-se forçada a admitir a dificuldade de suportar esses custos, levando, de certo modo, a que os custos fossem divididos entre as entidades adjudicantes e adjudicatárias, através da cobrança dos selos temporais aos fornecedores. Esta alteração faz com que se iniciem os problemas, porque a legislação não é clara, sobre esta matéria e não diz o que se pode ou não se pode fazer. O CCP apenas exige a garantia dos pressupostos de segurança.

Maria Andrada: A nova diretiva não traz novidades na melhoria da regulação do mercado?

Entrevistado: Não! Nem por isso! Existem novidades em alguns procedimentos, mas em termos de regulação não existem alterações. Aliás, a nova diretiva está mais direcionada aos países que ainda não implementaram esta forma de contratação do que para Portugal, porque nesta matéria Portugal é o exemplo.

Maria Andrada: O que motivou a criação da sua empresa para este tipo de contratação?

Entrevistado: Como disse inicialmente, já existia uma plataforma mais ou menos criada para o setor privado, por a implementação da Contratação Pública Eletrónica surgiu como uma oportunidade, adaptando o que já existia ao setor público. Mas importa esclarecer que a Contratação Pública Eletrónica não está na base de criação da empresa, existiu o tal projeto inicial, que tinha a intenção de, apenas, melhorar o trabalho dos envolvidos, sem fins lucrativos, mas com o seu crescimento foi dando frutos monetários. Porquê? Porque as empresas foram percebendo que a sua inscrição no portal dar-lhes-ia visibilidade no mercado e serviria como publicidade e por isso optaram por pagar esses serviços, dadas as vantagens.

Maria Andrada: Enquanto empresa que apresenta no mercado uma Plataforma Eletrónica de Compras Públicas bem conhecida, quais são os fatores que a empresa considera serem os mais relevantes para a sua evolução e crescimento?

Entrevistado: O acompanhamento das necessidades dos nossos clientes é necessário, procurando sempre responder-lhes com as melhores condições e entregar-lhes as maiores facilidades de trabalho. A tecnologia pretende-se fácil e ágil e é isso que pretendemos dar ao nosso mercado. A isto chamamos inovação! Claro está que temos que ter sempre em consideração a legislação em vigor, para que as alterações e inovações que façamos na nossa plataforma não colidem com o estabelecido na lei.

Maria Andrada: A internacionalização é também para a GATEWIT uma forma de crescimento? Esse processo já se iniciou?

Entrevistado: Sim, a internacionalização também é fundamental e iniciou-se em 2011 em Espanha e no Brasil. Neste momento estamos em 8 países, por exemplo Reino Unido, China, Índia, etc...

Maria Andrada: Com o mesmo processo que está implementado em Portugal?

Entrevistado: Não, esse processo está mais implementado em Espanha e em países pertencentes à Europa. Para países fora da Europa o processo está dirigido para o setor privado.

Maria Andrada: Até à presente data, quais considera terem sido os principais desafios da empresa?

Entrevistado: A internacionalização. Este processo leva o seu tempo e não dá resultados imediatos. Por outro lado, alargar o portfólio de soluções a apresentar no mercado é também um constante desafio. Atualmente temos muitas plataformas para todo o ciclo de empresas, mas isso só é possível pela constante preocupação com a inovação e conhecimento.

Maria Andrada: A vossa preocupação com a inovação também se deve à concorrência do vosso mercado?

Entrevistado: Sim claro!

Maria Andrada: Como se processa o sistema de atualização das plataformas? Existe autonomia por parte das empresas de plataformas eletrónica para a elaboração das atualizações?

Entrevistado: Não temos condicionalismos, porque somos autónomos e podemos fazer quaisquer atualizações, desde que cumpramos com a legislação.

Maria Andrada: Este processo está condicionado por alguma entidade superior? Qual?

Entrevistado: Não temos qualquer entidade superior, temos total autonomia.

Maria Andrada: Pergunto isto por causa do CEGER?

Entrevistado: O CEGER audita as plataformas nos seus caracteres de segurança, não nas suas atualizações. Por isso se as plataformas forem cumpridoras dos pressupostos de segurança exigidos legalmente, não existem penalizações.

Maria Andrada: Existe algum procedimento para a elaboração das atualizações?

Entrevistado: Nós temos procedimentos de “Boas Práticas” que são estabelecidas pela nossa empresa que são por exemplo:

- 1) No caso de se proceder a atualizações, todos os utilizadores têm acesso a aviso antecipado de que a plataforma irá sofrer alterações.
- 2) Se as alterações forma significativas, a plataforma dispõe de manuais de utilização.

Anexo VII: Transcrição da Entrevista no Hospital de S. José

Data da realização: 24 de fevereiro de 2015.

Horário: Das 11h30 às 13h00

Local: Hospital de S. José - Rua José António Serrano, 1150-199 Lisboa – Portugal.

Entrevistador: Maria Campos Andrada Piteira Martins

Entrevistado 1

Entrevistado 2

Plataforma Utilizada: Vortal

Maria Andrada: Relativamente ao processo de implementação da contratação pública em Portugal que balanço faz do funcionamento da contratação pública eletrónica em Portugal?

Entrevistado 1: Sei que foi um caso de sucesso já que nós ouvimos referir este facto em todos os congressos, uma vez que está a fazer a pergunta relativamente a Portugal e não no serviço do CHLC em concreto. Sendo um caso de sucesso, não significa que não tenha muitas arestas para serem limadas e que possam ser melhoradas. Para a pergunta a resposta é um caso de sucesso! Calculo que haja uma pergunta sobre quais são as dificuldades.

Maria Andrada: Relativamente à contratação pública eletrónica propriamente dita, ou seja os vossos procedimentos em contratação, sente alguma dificuldade no que respeita a esse processo? Concretamente aqui no Hospital, que dificuldades é que sente?

Entrevistado 1: Primeira, a velocidade da rede informática, é muito lenta! Enquanto nós antigamente para publicarmos um anúncio mandávamos um fax, agora gastamos muito mais tempo...

Entrevistado 2: Eu não sei até que ponto a culpa será da plataforma eletrónica. Não sei se é do peso da plataforma em si...

Entrevistado 1: Mas eu estou a falar é da rede, não da plataforma. Estou a falar da rede onde corre. Mas a verdade é que o resultado final para nós, resulta numa lentidão ao nível que se tivéssemos uma rede mais rápida na saúde, porque nós usamos uma rede específica para a saúde (a RIS, se não estou em erro). Tem umas proteções especiais pelo facto de ser da saúde. Portanto, no nosso caso concreto da saúde e porque usamos essa rede, torna-se muito lento em determinados procedimentos que tenhamos que fazer através da plataforma.

Maria Andrada: Mas isso presume que seja por causa da rede, agora a nível de contratação...

Entrevistado 1: Nós não temos a certeza das causas, o que se sabe é que o *output* é lento! Tentamos fazer qualquer coisa como para mandar uma mensagem e é lento

Entrevistado 2: Sim, tem dias que é bastante complicado! Fica ali...e primeiro que processe é muito difícil! Em relação à plataforma propriamente dita, o lançamento dos concursos, uma vez que as empresas para terem a plataforma, aquilo tem vários preços, depende daquilo que pretendem, dos serviços que pretendem, muitas vezes pequenas empresas vêem-se impossibilitadas de ter a plataforma ou de acederem à plataforma porque não têm capacidade financeira para poderem comprar os selos temporais! Se calhar às vezes ficamos sem o preço mais competitivo ou mais barato, precisamente pela Vortal ter esses filtros, no fundo!

Entrevistado 1: A Vortal e as outras todas porque pelo que eu ouço dizer a Vortal é que ainda é das menos complicadas. Porque eu ouço dizer, porque tenho amigos que estão do lado de lá e acho que há aí outras plataformas que os selos são muito mais caros e são selos para tudo e mais alguma coisa! Pelo que ouço dizer a Vortal é a que é das menos complicadas. Mas isso também tinha interesse a senhora ouvir a parte do fornecedor!

Maria Andrada: Sim, sim, sim! A outra questão que...

Entrevistado 1: Mas de qualquer forma está a perguntar pelas dificuldades, tirando essa dos pequenos fornecedores que põem dificuldades...

Entrevistado 2: A tramitação na própria plataforma eles têm estado a agilizar, pelo menos em termos da Vortal, eles têm estado a ficar mais agilizados.

Entrevistado 1: eu lembro-me que vocês tinham que inserir a lista de artigos e depois tinham que inseri-la outra vez noutra sítio...

Entrevistado 2: Mas isso mantém-se!

Entrevistado 1: Há tempos fizemos um concurso com 199 posições. Nós compramos à volta de 3000 artigos, portanto quando fazemos um concurso é normal que o concurso tenha muitos artigos. E é preciso digitar à mão o código e a designação e temos que o fazer mais do que uma vez!

Entrevistado 2: Sim, nesse aspeto por acaso a plataforma ainda não manifestou muitas melhorias o *interface* entre a nossa plataforma interna e a plataforma eletrónica também não está operacional, o que complica muito as coisas.

Entrevistado 1: Porque nós também temos que usar um *software* para a gestão de compras e portanto temos que repetir o trabalho nos 2 softwares...

Maria Andrada: Sim, no fundo têm uma duplicação de trabalho!

Entrevistado 1: Exato! Porque nós fazemos a previsão de um lado e depois temos que pegar nesses artigos e voltar a escrever na plataforma, quando já temos uma listagem que a nossa aplicação gera, mais ou menos automaticamente. Portanto há duplicação de trabalho!

Maria Andrada: Sentiram alguma vantagem em ter mudado para o Código dos Contratos Públicos?

Entrevistado 1: Para o Código ou para as Plataformas?

Maria Andrada: Para o Código e para as Plataformas. Inicialmente para o Código.

Entrevistado 1: Para o Código não tivemos vantagem nenhuma! Nós tínhamos a possibilidade de negociar e atualmente perdemos essa capacidade de negociação!

Maria Andrada: Mas há procedimentos que podem fazer com negociação.

Entrevistado 1: Não! A negociação no Código dos Contratos Públicos é para concursos de concessões. Mas não são os nossos, para compras normais. A negociação está muito limitada no Código dos Contratos Públicos. E por outro lado, trabalhando nós num Hospital, coloca-se a questão da celeridade. Nós podíamos trabalhar em direito privado até aos limiares comunitários o que significava que podíamos fazer procedimentos céleres e agora o limite de 75.000€ para nós não é nada. Se eu trabalhasse num hospital muito pequenino *qui sá* não tinha tanta dificuldade como tenho aqui. Como aqui qualquer coisa custa acima de 75.000€ porque estamos a abastecer seis hospitais e para a nossa dimensão os montantes são muito, muito reduzidos. Connosco são tudo concursos públicos, quase se pode dizer que o nosso procedimento adequado é sempre concurso ou acordos quadro. Esta situação complica um bocado a nossa vida em termos de celeridade e na resposta a roturas de stock, isto associado à variação da procura, porque nós somos uma instituição onde a procura não é constante. Então, tão depressa aparece a legionella, como aparecem ébolas, como aparecem... Agora é a hepatite C... Quer dizer, querem que eu em 72 horas forneça os medicamentos da hepatite C quando é impossível! Mesmo para um Ajuste direto a um único fornecedor, eu preciso de pedir cauções, propostas, fazer contratos, o que não se compadece com menos de 15 dias, não é possível reduzir o prazo, porque são prazos que correm para o lado do fornecedor! E eles querem as coisas para o dia seguinte, quando foi o ébola foi no dia seguinte, quando foi a legionella pior ainda! Quer dizer, não dá! Eu em menos de um ano já tive 3 epidemias para tratar, quer dizer! A pior agora é a da hepatite C. Quer dizer, saem regras todos os dias, nós

não sabemos como aplicar as regras e é a confusão total! E não se consegue fazer concursos de milhões de euros assim de um momento para o outro! E por exemplo o Código não tem artigo nenhum que permita dispensar o pedido de caução!

Maria Andrada: Quer dizer para si ou para aqui para o Hospital o Código é demasiado fechado! Para o Hospital não se adequa à realidade no vosso entender!

Entrevistado 1: Não senhor! A lei deveria ter mais mecanismos de exceção, por exemplo de pedir a dispensa de uma caução!

Maria Andrada: Não olhar só para o cumprimento do fornecedor, uma vez que neste caso é o cliente que tem uma situação complicada!

Entrevistado 1: Havia de haver maneiras de nós fazermos pedidos de dispensa de determinados procedimentos de forma a torna-los mais céleres, quando a entidade achar que pode prescindir. Se for uma obra eu nunca pedirei para dispensar uma caução, porque eu sei que a probabilidade da coisa correr mal é grande! Mas se eu comprar luvas e se o fornecedor não me entregar as luvas, não é grande problema, porque eu passo para outro. Além disso a probabilidade de ele não me entregar é menor do que a probabilidade de eu não lhe pagar nos 90 dias que eu lhe prometo ou 60 como o Código manda ou 30! E portanto o Código para nós complica-nos muito a nossa vida, não é minimamente adequado para fornecimento de medicamentos ou dispositivos médicos.

Maria Andrada: Tinha que ser uma coisa à parte do Código ou então...

Entrevistado 1: Ou como estava, o Código antes tinha uma alínea que dizia que os Hospitais E.P.E até aos limiares comunitários estavam dispensados da aplicação da parte II do Código! Bastava aquela alínea, que era uma alínea bastante útil!

Maria Andrada: Muito bem! Isto a nível do Código! Relativamente às plataformas foi-vos uma ajuda ou...Fora as dificuldades das redes?!

Entrevistado 2: Acho que foi positivo, acho que permitiu abrir o mercado e vir a concurso empresas que nós desconhecíamos em alguns procedimentos e isso permitiu não só às empresas saberem que este centro hospitalar gastava daquilo e vir a a concurso se calhar com um preço mais vantajoso do que estávamos a adquirir há uns anos atrás. E nesse aspeto acho que permitiu abrir o mercado!

Entrevistado 1: Além de que nos poupou aqueles atos de aberturas públicas, que não são do tempo do entrevistado 2, mas que eram surrealistas! Eu passava 2 dias em média para uma abertura pública das propostas de concurso de aquisição de serviços, porque como os valores são muito grandes, eram aberturas em que vinham muitos advogados e que estavam

constantemente a complicar e a tentar eles próprios excluir as outras empresas e portanto aquilo eram 2 dias que metiam advogado do nosso lado, todos eles vinham com advogado e aquilo eram dias terríveis! Agora fica logo tudo exposto, veem tudo o que têm a ver e depois em sede de audiência prévia reclamam o que tiverem a reclamar, mas ganhamos 2 dias por concurso seguramente! E também para fazer as audiências prévias, as notificações, as mensagens é uma mais-valia, sem dúvida nenhuma, relativamente à burocracia quando temos muitos concorrentes

Entrevistado 2: Também é uma tentativa de reduzir o suporte em papel e passar a ser em suporte informático! E no fundo também é isso que as plataformas eletrónicas visam, abolição do papel!

Entrevistado 1: Essa ainda é a parte um bocadinho mais difícil, porque para abolir o papel era preciso que todos abolíssemos o papel nas diversas fases . ainda se acaba por imprimir muita coisa porque ainda não conseguimos por os júris a trabalharem em suporte informático. Portanto ainda não conseguimos abolir o papel nem vejo tão depressa que se consiga, porque é o júri, é o Conselho de Administração era preciso que todos tivéssemos integrados, é o Tribunal de Contas, é o próprio tribunal, porque o Tribunal pede os processos em cópia autenticada em papel e num concurso de limpeza uma cópia autenticada pode representar à volta de 13.000 folhas, porque já aconteceu, foram 13000 folhas todas carimbadas, e assinadas, Porque as propostas de serviços têm aquela parte toda técnica e os procedimentos da qualidade e Portanto, a questão da desmaterialização não está perfeitamente conseguida, mas está parcialmente conseguida e é uma mais-valia!

Maria Andrada: Tocaram num outro ponto que eu e afalar que era face ao objetivo pelo qual as plataformas de compras públicas eletrónicas foram concebidas, se esses objetivos estão a ser concretizados. Falaram-me na transparência que houve um aumento correto?

Entrevistados 1 e 2: Sim correto!

Maria Andrada: A nível de concorrência?

Entrevistados 1 e 2: Também

Maria Andrada: Conseguiram abrir o mercado correto?

Entrevistados 1 e 2: Sim correto!

Maria Andrada: A nível de redução de custos está a ser concretizada? Sentem que houve redução de custos?

Entrevistados 1: Nós somos um grande Hospital e portanto na maioria dos nossos artigos houve redução de custos. Quando são artigos de pouca expressão aí não há redução de custos, porque há fornecedores de nichos de mercados de coisinhas pequeninas que depois para poderem apresentar a sua proposta na Vortal têm que comprar os selos e aqueles selos têm que ficar diluídos algures, logo são diluídos no preço. Mas isso, não se notou muito porque nós de uma maneira geral compramos em grandes quantidades. Situação diferente será a senhora que vive lá em Freixo de Espada à Cinta e que quer fornecer qualquer coisinha só ali para uma escola ou para uma câmara, calculo que aí o preço seja afetado. Nós aqui, somos um grande comprador, portanto temos a parte positiva da coisa que é o facto de acedermos a outros concorrentes e se aumentamos a concorrência o preço também melhora com esse facto!

Maria Andrada: A nível da desmaterialização também já disse que não está total, mas pelo menos parte está conseguida e a nível da diminuição da corrupção?

Entrevistados 1: É assim, eu tenho uma equipa de há 30 anos, tirando aqui uns colaboradores novos que têm aparecido, são pessoas que trabalham comigo e em quem eu confio plenamente e portanto não me parece que tenha havido diminuição de corrupção porque não havia corrupção antes. O que é que... corrupção, estou a falar no meu departamento de compras, porque às vezes acham que o departamento de compras é que é corrupto quando a corrupção está em quem escolhe e não em quem compra, porque não somos nós... é como lhe digo e como comecei a conversa o meu pilar de defesa de corrupção neste aprovisionamento passa por duas coisas, uma é nós nunca escolhemos, nunca e nós só compramos se alguém externo nos fizer um pedido na nossa aplicação, no mail, num papel, ou seja tem que haver um pedido externo. Então não acho que tenha havido diminuição de corrupção, porque aqui, a nível interno não tenho caso de corrupção. Agora, houve sim, uma diminuição do potencial risco de corrupção que é uma pergunta diferente, a redução do risco de corrupção houve efetivamente. Porque se eu tenho uma plataforma que fecha impreterivelmente à data que eu fixe a apresentação das propostas, de certeza que não há tentação de nenhum fornecedor vir a entregar a algum funcionário uma proposta fora de horas. Quando falamos em corrupção no aprovisionamento é neste nível. Se a plataforma me fecha à hora que eu defini eu sei que no minuto depois está fechado e eu tenho a certeza que nenhum dos meus funcionários recebeu um *prowl* para deixar entrar uma proposta fora de horas. Apesar de que eu acho que já antes eles não recebiam nenhum *prowl*, nem deixavam entrar nenhuma proposta fora de horas. Mas o risco de corrupção com uma plataforma que é transparente e em que se faz as audiências e que não há risco do fax ser mal digitado ir para outro sítio. Esse risco de corrupção reduz!

Maria Andrada: Pronto estas foram as principais causas pelo que se fizeram as plataformas, alguma outra vantagem que sintam? E desvantagens? Já falaram da rede, sentem mais alguma dificuldade? Nos temos aqui pequenas questões, por exemplo, o conhecimento sobre a tipologia do procedimento a adotar, existem dificuldade em identifica o procedimento a adotar?

Entrevistado 2: Não!

Entrevistado 1: Mas isso não tem nada a ver com a plataforma tem a ver com o nosso conhecimento sobre o Código.

Maria Andrada: Exato, porque o objetivo aqui é tentar perceber se as dificuldades são sobre o Código ou se são da propria plataforma.

Entrevistados 1 e 2: Ok!

Maria Andrada: A Conceção das Peças é-vos difícil de elaborar?

Entrevistado 1: Não, nós trabalhamos com minutas! Portanto, não quer dizer, a base jurídica não, porque temos minutas. Agora a definição das características técnicas dos produtos e do critério de adjudicação é uma grande dificuldade num hospital, porque atendendo a que o critério de adjudicação tem que ser mensurável e objetivo, atendendo que eu não tenho engenheiros a usar os materiais, pôr os médicos a definir porque é que gostam mais de um artigo de forma objetiva é uma tarefa Herculeana! Eles dizem que um cateter é maleável, é flexível é pouco rígido, mas tudo isto são características subjetivas e que têm que passar para objetivas. E isto na área da saúde é duma dificuldade enorme! E isto aqui não tem nada a ver com a plataforma tem a ver com o Código dos Contratos Públicos. A obrigatoriedade de, que se percebe, de usar apenas critérios objetivos faz com que muitas vezes se caia no extremo, que não era o desejável, que era definir as características daquele produto que conhecemos e que se sabe que dá bons resultados. Não temos aqui, e também não sei como se resolve, aceito que os critérios tenham que ser objetivos, mas a verdade é que quando um médico me diz que quer aquele cateter porque é aquele cateter que ele mete na virilha e que lhe garante que consegue manobra-lo e enfia-lo na cabeça eles dizem que é a maleabilidade, é o torque, a flexibilidade... E depois como é que isto passa para coisas objetivas e mensuráveis? É uma dificuldade infinita! Situação diferente será se eu estiver a fazer uma obra, isso não tem dificuldade nenhuma, tenho que lá ir medir, e pronto, diz-se o que é que se quer por, que materiais! Agora na saúde definir os dispositivos médicos é uma dificuldade muito grande! Já com os medicamentos não temos essa dificuldade, de uma forma geral, não há essa dificuldade porque os medicamentos têm um princípio ativo e portanto eu só tenho que definir o princípio ativo e se o recipiente for importante, definir quais são as características do

recipiente. Portanto, nos medicamento é relativamente fácil, no consumo clínico é muito, muito difícil fazer concursos públicos!

Maria Andrada: E conseguem ter bons resultados mesmo com concursos públicos?

Entrevistado 1: Temos de tudo, temos bons resultados, muitas reclamações, quer no caso os nossos concorrentes a reclamarem, quer os nossos próprios médicos e enfermeiros a reclamarem. Se nós definirmos as características dos produtos de forma muito genérica depois acabamos por comprar produtos que levam imensas reclamações! Portanto, nesse caso eu consegui comprar barato, consegui que eles fizessem uma descrição do produto muito genérica, veio todo mundo a concurso e depois acabo por comprar o preço mais barato e um produto que toda a gente reclama. Depois tenho 6 hospitais a mandarem-me reclamações e acidentes de riscos. Se a Comissão é uma comissão mais avisada, aí então faz umas características muito direcionadas para garantir que vai ter o produto que lhe serve, então aí tenho os concorrentes a reclamar. Os nossos concursos por norma têm reclamações, ou de um lado ou de outro! E quando não tenho de um lado, eu sei que vou ter do outro! E quando elas me dizem que compram muito barato, ainda agora o colaborador X, mandou-me um email a dizer que conseguimos na sutura mecânica e nos Kits intracranianos baixar mais uma vez o preço. E eu pensei: Bom, isto significa quantas reclamações dos médicos?! Já andamos a baixar há três anos, quando eles me dizem que baixam outra vez... fizemos por acordo quando, nos Kits foi acordo quadro na sutura foi um público. O ano passado baixámos alguns 30% este ano ele baixou mais 11%, com empresas que não conhecemos de sítio nenhum e é material que é para cirurgias e os cirurgias são muito exigentes. O material tem que funcionar, eles não têm tempo para o material não funcionar, como eu tenho tempo para ver se a caneta funciona, vou buscar outra, nos dispositivos médicos, a pessoa está lá aberta, tem que funcionar, não pode não funcionar. Sutura mecânica é cortar e laquear... Portanto é muito difícil aplicar o Código dos Contratos Públicos no que respeita a fazer critérios de adjudicação e requisitos obrigatórios dos dispositivos médicos.

Maria Andrada: Por outro lado, a nível de Submissão do Procedimento, das peças na Plataforma é-vos fácil?

Entrevistado 2: Sim!

Maria Andrada: Ativar a assinatura eletrónica obter os certificados de qualificação para assinar?

Entrevistado 2: Nesse aspeto, trabalhamos com uma boa equipa...

Entrevistado 1: Temos uma equipa de informática que também nos ajuda.

Entrevistado 2: Sim!

Maria Andrada: Não é isso que é problemático! E visualizar na Plataforma os pedidos de esclarecimentos /erros/omissões?

Entrevistado 2: É tudo bastante agilizado e é relativamente simples!

Maria Andrada: Interpretar e prestar os devidos esclarecimentos?

Entrevistado 2: Grande parte das vezes temos que solicitar ao júri e uma vez que grande parte das vezes são enfermeiros ou médicos, a coisa torna-se um bocadinho mais morosa e acabamos por não responder atempadamente no prazo legal previsto, portanto temos que protelar um pouco mais o procedimento, mas à parte disso conseguimos disponibilizar a todas as empresas interessadas. Portanto o funcionamento direto com a plataforma

Entrevistado 1: As dificuldades nos esclarecimentos não decorre da plataforma, decorre das características dos produtos que estão em concurso, porque há uns mais complicados do que outros. Portanto se o material foi um material para colocar dentro do doente, se for próteses, o grau de perguntas vai ser mais complicado. Se nós tivermos a falar de material que não é para colocar dentro do doente é mais facilmente resolúvel quer porque da parte do utilizador há maior permeabilidade de aceitar um bem que não conhece do que quando são dispositivos para colocar a tempo inteiro dentro do doente. Estou a falar duma prótese de anca, duma prótese dum joelho, *pacemaker*, cardioversores, coisas que são para ficar e que se correr mal não são fáceis de chegar lá e tirar. Aliás, alguns deles são de suporte de vida, como são o caso dos cardioversores e *pacemakers*, eles têm que ter a certeza que aquele bem está a funcionar antes de meterem lá dentro. Portanto tendem mais a fazerem as características e a defenderem o produto que já têm tido experiência, que seja fiável e que há um milhão de estudos. Se estou a falar de seringas ou assim é mais fácil deles aceitarem outros produtos. Porque os pedidos de esclarecimentos prendem-se muitas vezes com isso, com o nosso grau demasiado pormenorizado na definição de requisitos e que eles acham que não era preciso tanto...

Maria Andrada: Acham que estão a ser tendenciosos?

Entrevistado 1: Sim senhor! É sobre tudo isso não é?! Eles vão questionar as características não tanto o critério de adjudicação.

Entrevistado 2: Da nossa parte se pedirmos esclarecimentos às empresas, uma vez que já estão inscritos na plataforma os interessados e os concorrentes, também é relativamente simples pedir da nossa parte um esclarecimento aos concorrentes.

Maria Andrada: Ou seja a ferramenta plataforma veio mesmo dar-vos uma ajuda nesse sentido...

Entrevistado 2: Em seros nós a pedir o esclarecimento.

Maria Andrada: Descarregar as propostas na plataforma, sentem alguma dificuldade?

Entrevistado 2: Não temos qualquer dificuldade!

Maria Andrada: Mesmo que sejam grandes quantidades de informação?

Entrevistado 2: Não!

Entrevistado 1: A dificuldade é só a imprimir quando queremos passar para papel. Mas já temos alguns júris que já não precisam de papel, passamos para um CD.

Maria Andrada: A nível de reclamações em sede de audiência prévia, não é difícil?

Entrevistado 2: Não!

Maria Andrada: Responder em sede de Audiência Previa?

Entrevistado 2: Também não é problemático, basta selecionar os concorrentes e todos recebem a resposta do júri.

Maria Andrada: A nível do descarregamento dos documentos de habilitação?

Entrevistado 2: Também não há problema no descarregamento dos documentos.

Maria Andrada: E conseguir ter a certeza que aqueles documentos são-vos entregues?

Entrevistado 2: Pois essa parte já é mais problemático, grande parte das vezes as empresas não o fazem atempadamente, no prazo legal previsto, outras vezes não colocam os documentos todos, falta sempre uma coisa ou outra e lá temos nós que pedir encarecidamente que entreguem aquilo porque o produto está em rotura de stock. Mas nesse caso já não é problema da plataforma, mas do adjudicatário.

Maria Andrada: Estes foram pequenos exemplos de dificuldades. Sabe-me identificar outras dificuldades que eu não possa ter falado aqui? Além do critério de adjudicação que vos é difícil de construir?

Entrevistado 2: De uma maneira geral, penso que o Código dos Contratos Públicos não está muito bem pensado para o setor da saúde, das duas uma, ou ampliavam os montantes mínimos monetários para os fazer os procedimentos e seria a tal clausula que anteriormente já estava prevista, de ficarmos até aos limiares comunitários ficar mos excluídos da contratação. De resto a nível de plataforma, não seria de todo má ideia, agilizar um pouco, quando temos que inserir um procedimento por lotes, pelo menos na plataforma Vortal, há uma fase que temos que inserir os lote inicialmente e posteriormente novamente, e assim não ter que duplicar trabalho. Portanto penso que não seria má ideia por arte da Vortal, agilizar esse passo.

Entrevistado 1: E o mapa comprativo, não sai muito bem! Não sai por lotes ou sai?

Entrevistado 2: Sai por lotes e por posição, mas é um comparativo de empresas e não de propostas.

Entrevistado 1: Não te faz um comparativo por lote?

Entrevistado 2: Não, não compara!

Entrevistado 1: Pois porque dava jeito! Mas quando é por posição ele compara?

Entrevistado 2: Compara!

Entrevistado 1: Identifica as posições todas e até assinala a mais barata e tudo!

Maria Andrada: OK! Alguma informação adicional que gostassem de dar para a tese que estou a realizar? Porque falando mais propriamente do objetivo deste trabalho que é no fundo estudar o processo da contratação pública eletrónica e as suas dificuldades na implementação. E uma vez que Portugal foi o primeiro país a ter as plataformas eletrónicas e fomos um caso de sucesso, deseja-se que sejamos uma influência para as novas diretivas que saírem, aliás nós fomos uma influência nas novas diretivas, porque essas já saíram. Por isso é necessária a identificação destes problemas para que possamos melhorar os processos de implementação nas nossas plataformas, uma vez que são um exemplo a nível europeu.

Entrevistado 1: Mas para o fornecedor existem plataformas a mais, porque eles têm que andar a comprar selos temporais em cada plataforma para poderem apresentar as suas propostas nessas plataformas. Devia haver uma forma do fornecedor quando compra os selos, eles darem para todas. E ainda terem um procedimento mais regulado, porque atualmente as empresas como não podem financiar-se no comprador, porque nós só pagamos a utilização da nossa plataforma, então os fornecedores das plataformas, vão financiar-se no fornecedor que tem que comprar n selos porque têm que estar registados em n plataformas. E não é só comprarem os selos é ainda perderem tempo a pesquisar em tudo o que é plataformas se está a sair algum concurso para a área de atividade que eles têm, o que não tem sentido nenhum!

Maria Andrada: Está a querer dizer que se devia tentar centralizar...

Entrevistado 1: Centralizar e regular! Selos para um, dava selos para todos!

Maria Andrada: Acham que isso prejudica de alguma forma a concorrência?

Entrevistado 1: Acho que sim. Nós aqui, graças a Deus, trabalhamos com muitas multinacionais, por isso não será o caso, mas em atividades que não haja tantas multinacionais a trabalhar, prejudica a concorrência! E prejudica as empresas, porque não aumenta a transparência nem a concorrência. Há muita empresa que não vai porque não está para gastar mais dinheiro, não tem dinheiro. O fornecedor médio, e nós temos que pensar nele, não

podemos estar a construir uma atividade económica só a pensar nas grandes empresas, tem que se pensar também nas pequenas. E pensar nas pequenas e médias, que é o tecido empresarial português passa por não caminhar no sentido contrario, em que eles estão a ser “esfolados”. O pequeno e médio empresário está a ser prejudicado com esta diversidade de plataformas e pelo facto delas não terem regulação e poderem cobrar o que bem entendem. Inclusive na parte da formação, há uma nova aplicação ou eles mudam as coisas e depois só ensinam o fornecedor se eles forem lá fazer um curso de formação, se pagar mais não sei quanto para ir ao curso, deviam ser obrigados a disponibilizar manuais que deviam ser previamente disponibilizados e validados se efetivamente são manuais que ensinam alguma coisa ou se são manuais a fingir que são manuais em que uma pessoa lê e fica na mesma. No fundo eles são obrigados a fazer cursos de tudo o que é plataformas se quiserem disponibilizar lá as coisas. E nós aqui sabemos que “volta e meia” ficamos com fornecedores excluídos, porque eles não souberam por a proposta no sítio certo, não souberam fazer as assinaturas como deve ser. Ainda há pouco tempo, como uma grande empresa... Depois ainda formos parar a tribunal com isso, puseram a proposta lá numa área de preparação, onde vão juntando tudo pelo visto, e depois no fim é preciso pegar naquilo tudo e espetar noutra área qualquer. A criatura carregou para lá os documentos todos e achou que já tinha a proposta apresentada. Nós vimos a proposta, mas como não foi colocada lá no sítio específico. Resultado, tivemos que os eliminar, ainda formos parar a tribunal e eles foram mesmo eliminados. Portanto, nós perdemos um concorrente que podia ter vindo e com bons preços, porque ainda por cima, eles só estava a reclamar porque tinha preços competitivos e no fim a criatura foi eliminada por problemas informáticos! Porque do lado de lá não têm funcionário a saber de código e saberem de plataformas para carregarem aquilo. Nós aqui só temos que trabalhar com uma, mas eles têm que saber de todas para poderem apresentar uma proposta e do lado de lá não está um super cérebro que sabe de tudo! Portanto esta parte também deveria ser facilitada ao fornecedor para bem da concorrência do nosso lado, porque quanto mais propostas nós tivermos do nosso lado, melhor compra que nós fazemos. Portanto nós ficamos bem quanto o fornecedor também está bem, porque potencia uma melhor compra.

Maria Andrada: Sim, maior concorrência, melhores preços! Pelo menos é essa a tendência! Muito bem, penso já ter colocado todas as perguntas! Têm algo mais a acrescentar?

Entrevistado 1 e 2: Insinuem que não

Maria Andrada: Nesse caso dou como encerrada a entrevista. Muito obrigada!

**Anexo VIII: Transcrição da Entrevista no SIMAS de Oeiras- Serviços
Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras**

Data da realização: 05 de março de 2015.

Horário: Das 10h00 às 10h30

Local: Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19, Urb. Moinho das Antas, 2784 – 541 Oeiras.

Entrevistador: Maria Campos Andrada Piteira Martins

Entrevistado

Plataforma Utilizada: Gatewit

Maria Andrada: A primeira pergunta que eu lhe vou fazer é relativamente ao processo de implementação da contratação pública?

Entrevistado: Penso que é maior transparência, a concorrência é maior, reduz custos a nível de publicações de anúncios. Para as entidades adjudicatárias o custo não é assim tão reduzido, porque há a impressão das propostas, quando as propostas são elevadas, o número de documentos são muitos, é complicada a redução de custos, mas de papel e toners, de consumíveis de informática, penso que aí, para as entidades não tem sido uma redução assim tão grande. Agora, acho que há uma maior transparência, simplifica os processos, não há aquela morosidade de abertura, todo aquele formalismo, eu penso que foi bastante positivo! Acho até que deve evoluir mesmo para desmaterialização total o que não acontece! Pode até um processo ser todo desmaterializado e estar informaticamente registado, mas só o facto de se imprimir para se assinar um contrato, logo aí... Depois temos organismos como o tribunal de Contas, ou inspeções, que querem que os processos sejam todos fotocopiados. Outra coisa, se tivermos uma certificação, aquelas de qualidades, as ISOs, eles obrigam a cópia em papel do processo todo, todo arquivado. E portanto, aí estamos um bocadinho... acho que se avança numa parte e ficamos um bocadinho há quem, porque não acompanham, os organismos não acompanham...

Maria Andrada: Há um contraditório...

Entrevistado: É! Por um lado há a obrigatoriedade da tramitação eletrónicas, da desmaterialização e todos esses princípios. E do outro lado temos organismos, também eles públicos que obrigam...

Maria Andrada: À impressão...

Entrevistado: Exatamente! Que seja impresso, que esteja ali arquivado, que exista papel...e todos os custos dos arquivos não é?!

Maria Andrada: Exatamente! Relativamente à contratação pública eletrónica propriamente dita, agora especificando aqui no SIMAS, essa enfrenta algum tipo de adversidade no que respeita à sua implementação?

Entrevistado: Foi difícil no início, mas como já está desde 2009, a parte da resistência já está ultrapassada. Ainda assim foi complicado, porque as pessoas estavam habituadas um determinado tipo de procedimento e portanto era um procedimento que já estava instituído, era assim, e às vezes é complicado que as pessoas utilizem as plataformas para fazerem os seus processos de aquisição, é complicado! Sendo que, começa a ser mais fácil e as pessoas começam a perceber que o objetivo é a utilização incondicional e desde há dois anos para cá que estamos a utilizar a plataforma como meio e veículo, exceccionalmente existem os emails, isto porquê? O email não obriga a que o fornecedor esteja inscrito na plataforma e há situações que agora são muito pontuais e que nós acedemos e permitimos que a consulta seja feita diretamente ao fornecedor. Porque se não os fornecedores estão obrigatoriamente inscritos na plataforma e porque o leque de fornecedores é muito maior.

Maria Andrada: Portanto, resumidamente os problemas existiram mais na fase inicial, na adesão. Agora é um processo implementado...

Entrevistado: é um processo que corre bem, sem dificuldades. O júri acede e faz tudo na plataforma e sempre com a nossa colaboração que é para isso que nós existimos não é?! Também temos o gestor do processo, cada processo tem um gestor, e ele está sempre a dar apoio e está sempre disposto a dar apoio ao júri. No entanto, eu acho que a nível da administração e pelo menos o que nós sentimos aqui é que há ainda pouco envolvimento da gestão de topo, o que faz que o processo corra em paralelo, documental e na plataforma.

Maria Andrada: Face ao objetivo pelo qual as plataformas de compras públicas eletrónicas foram concebidas, acha que esses objetivos estão foram concretizados? Eu dou-lhe um breve resumo daquilo que era suposto: A redução de tempo consumido, nesse aspeto consegue identificar...

Entrevistado: Sim, sim!

Maria Andrada: A redução de custos?

Entrevistado: Foi o que falei no início, reduz custos a nível de publicações, agora para nós... Eu acho que para o fornecedor acaba por reduzir custos, agora para nós a redução de custos acaba por não ser tão evidente por causa da impressão e do arquivo em papel de tudo.

Maria Andrada: O aumento de concorrência também já tinha referido...

Entrevistado: Sem dúvida alguma e a transparência...

Maria Andrada: Também referiu sobre a desmaterialização estar ainda em processo correto?

Entrevistado: Exato, está em processo. E assim, se nós pretendermos arquivar eletronicamente, nós sabemos que ele está lá eletronicamente, mas não há desmaterialização completa porque não há as assinaturas de quem decide é sempre necessário imprimir para se poder assinar e depois voltar a introduzir na plataforma

Maria Andrada: E a nível da simplificação processual?

Entrevistado: Também é notória a simplificação! Mesmo para o júri, o júri entende... Depois de engrenar na máquina, plataforma, eu penso que para eles... até para eles de conseguirem os pedidos de esclarecimentos, os erros e omissões, portanto toda essas fases que há num decurso de um processo e são agora muito mais fáceis... a audiência prévia, tudo é muito mais fácil... a comunicação entre a entidade adjudicatária e a adjudicante, acaba por ser fácil, mais simples! Por isso aí as plataformas viram trazer bastantes benefícios!

Maria Andrada: E a nível da corrupção?

Entrevistado: Também! Porque eu acredito que tenha tido benefícios e que traga alguma vantagem, porque se tudo for feito como deve ser é um processo que é transparente!

Maria Andrada: E diga-me o seguinte, para o SIMAS, sente que o Código dos Contratos Públicos corresponde aquilo que era esperado pelo próprio código? Porque, tudo bem que o Código veio implementar as plataformas e que as plataformas foram o ganho, mas por exemplo temos casos de hospitais que o Código dos Contratos Públicos que a nível de exigências de prazos, a nível de existências de tramitações que obviamente não conseguem corroborar com o que o código transmite. A nível do SIMAS não têm dificuldades a esse nível?

Entrevistado: É assim, às vezes não é tantos os prazos são mais os valores e às vezes há situações que...

Maria Andrada: Eu quando digo prazos, também se pode considerar os valores...

Entrevistado: Sim, os valores eu acho que é um grande entrave, porque às vezes há situações que aquele fornecedor é realmente o mais apto para realizar aquele trabalho, aquele fornecimento ou prestar aquele serviço, mas com esta limitação dos 75.000€ em três anos, é que não é por ano é de três anos, o que obriga procurar soluções que às vezes não correspondem às expectativas. Sei lá... Posso-lhe dar um exemplo de uma manutenção de um equipamento, é certo que existem fornecedores que podem fazer aquele trabalho, mas há

fornecedores que ou porque foram eles que implementaram, ou porque são eles que fazem os desenvolvimentos é complicado outro fornecedor entrar para fazer aquele trabalho! Posso-lhe dar o caso dos sistemas informáticos que inicialmente não estava sujeitos ao limite dos 75.000€, e portanto de facto há ali um código de fonte, são eles que fazem aquele trabalho, são eles que desenvolvem aquelas aplicações é por isso muito difícil outro fornecedor de informática vir buscar aquele código de fonte e fazer desenvolvimentos...

Maria Andrada: E até possivelmente terão um aumento dos custos!

Entrevistado: Sim! Porque ou se muda o programa ou não há um fornecedor que possa ir aquele programa trabalhar.

Maria Andrada: Então e diga-me o seguinte e eu estou só apresentar um exemplo, visto que o Código prevê aquela parte da adjudicação material ou seja...

Entrevistado: Por critérios materiais?!

Maria Andrada: Sim exatamente!

Entrevistado: Sim, isso acontecia na informática, mas deixa de ser possível porque é difícil justificar que aquele fornecedor, aliás eles excluíram mesmo as aplicações informáticas e os desenvolvimentos, porque era isso que se fazia! Mas não sei qual foi a intenção do legislador se foi para evitar que fossem sempre os mesmos, ou para a concorrência! Não sei! Esse foi um grande erro do legislador e causa um grande transtorno às instituições.

Maria Andrada: Então as plataformas foram um ganho, mas a nível do Código deviam haver coisas de deviam ser revistas?!

Entrevistado: Sim, isso mesmo! Eu concordo plenamente com os 75.000€/ano, mas três anos, inviabiliza um bocadinho alguns procedimentos!

Maria Andrada: Há uma maior tendência para o concurso público?

Entrevistado: Sim!

Maria Andrada: Tendencialmente é o concurso público, o tipo de procedimentos, que utilizam?

Entrevistado: Não é de grosso modo a nossa utilização! Mas tendencialmente caminha-se para aí, ser o concurso público o procedimento de excelência.

Maria Andrada: Qual a plataforma que utilizam aqui?

Entrevistado: Gatewit

Maria Andrada: Eu vou apresentar algumas dificuldades que aparentemente são sentidas na utilização das plataformas e no processo de construção do procedimento.

Entrevistado: Sim, sim!

Maria Andrada: Conhecimento da tipologia do procedimento a adotar, é vos fácil de identificar?

Entrevistado: Não, não!

Maria Andrada: A conceção das peças, sentem dificuldades?

Entrevistado: Não, não! Ali, um ou outro procedimento, por exemplo o concurso de concessão, aí é mais complicado! Mas havendo técnicos, penso que é fácil fazer os procedimentos ou com a colaboração de auditores externos. Mas de maneira geral não!

Maria Andrada: Por exemplo a nível do critério de adjudicação?

Entrevistado: Sim, isso aí sim! As fórmulas eu penso que é... as fórmulas, a definição dos subcritérios, penso que isso é um constrangimento complicado.

Maria Andrada: Mas porque vos é difícil de definir...

Entrevistado: Definir qualidades! Como é que se define a qualidade?

Maria Andrada: Pois! É vos difícil tornar algo subjetivo em objetivo.

Entrevistado: Exatamente! Como é que conseguimos definir objetivamente a qualidade?

Maria Andrada: é uma das grandes dificuldades que sentem?!

Entrevistado: Sim é!

Maria Andrada: A nível da submissão do procedimento na plataforma?

Entrevistado: Não, isso não! Como a plataforma já está aqui em uso há alguns anos, já é tudo muito mecânico, por isso já não temos grandes dificuldades!

Maria Andrada: Ativar a Assinatura Eletrónica?

Entrevistado: Sim, sem problemas!

Maria Andrada: A nível da visualização dos pedidos de esclarecimentos...

Entrevistado: Não também não temos qualquer problema! Porque foi como lhe disse, a plataforma já está em uso há algum tempo e por isso já estamos bastante familiarizados com ela!

Maria Andrada: É intuitiva?

Entrevistado: É, é!

Maria Andrada: A nível de interpretar e prestar os devidos esclarecimentos?

Entrevistado: Também não temos tido grandes dificuldades!

Maria Andrada: Descarregar as Propostas?

Entrevistado: Isso às vezes é que é mais complicado, se elas forem muito pesadas. Mas isso é uma questão interna.

Maria Andrada: Tem a ver com a rede?

Entrevistado: Sim, tem a ver com a rede informática que utilizamos!

Maria Andrada: A avaliação das propostas?

Entrevistado: Não! Eu penso que começa a ser mecânico! Claro que há processos mais complicados do que outro, dependendo do procedimento!

Maria Andrada: A submissão dos Relatórios?

Entrevistado: Não, isso é tudo tranquilo! A audiência prévia, os documentos de habilitação, não existe qualquer problema. Além disso como temos uma boa relação com o gestor da Gatewit, por tanto qualquer situação...às vezes temos documentos de habilitação que não vêm, ou porque há reclamações de minutos do contrato que justifique fazer algum passo diferente... é bom por isso mantermos esta boa relação! Por isso não é difícil!

Maria Andrada: Responder em sede de Audiência Prévia, avaliar a reclamação do fornecedor é-vos difícil?

Entrevistado: Não!

Maria Andrada: Descarregar os Documentos de Habilitação?

Entrevistado: Não! Toda essa parte que tem aí, avaliar, a elaboração dos contratos, não é complicado!

Maria Andrada: Uma questão que eu gostaria de colocar, porque já foi uma questão levantada anteriormente, sentem que a obrigatoriedade dos fornecedores terem que adquirir os selos temporais é um contraditório com a concorrência?!

Entrevistado: Não é com a concorrência é mesmo com a lei em si. Mas também compreendo o outro lado, o lado da... a segurança tem que existir numa plataforma, porque as alterações de datas e de horas dos computadores são fáceis e portanto se não existir uma regra ou alguma coisa que possa controlar essas entradas também não há segurança para nós. Agora, eu acho é que as plataformas nisso pecam um bocadinho, porque já nos aconteceu um fornecedor ficar inviabilizado de apresentar uma proposta, porque como é lógico vão todos na hora, quando falta 10 minutos ou 20 minutos para terminar o prazo. Neste caso, o fornecedor tentou submeter a proposta, aliás o fornecedor submeteu a proposta, depois teve que retirar a proposta, quando tentou novamente submetê-la, já não tinha selos e por isso ficou inviabilizado até adquirir novos selos de colocar a proposta. Claro que quando colocou já

tinha passado da hora. E portanto, eu acho que devia haver um mecanismo que permitisse a cobrança *à posteriori* dos selos temporais, mas que não inviabilize a entrada, porque isso é um contraditório com o princípio da concorrência, porque ao inviabilizar a entrada, está a inviabilizar a concorrência não é?! Isso aí é que eu acho que tem que haver aí algum cuidado e se calhar deve-se pensar nessa situação dos selos temporais! Não é que eu descorde dos selos temporais, mas agora também não concordo com o facto de cada plataforma ter o seu selo temporal. Tinha que haver uma entidade, onde os selos fossem adquiridos e onde pudessem usar para todas as plataformas, porque serem as plataformas as revenderem os selos, não me parece que seja muito transparente!

Maria Andrada: Já apontei algumas dificuldades que pudessem existir, consegue apontar mais alguma que fosse vantajosa de apresentar na tese de mestrado que estou a desenvolver ou algum ponto que deva salientar a nível da plataforma ou a nível do código?

Entrevistado: Para mim é o valor, o limite dos três anos com aquele valor é uma situação que deve ser alertada, a situação dos selos temporais e eu penso que... mas isso não é do código é das próprias organizações, porque a desmaterialização só vai ser possível quando...

Maria Andrada: As mentalidades têm que mudar.

Entrevistado: Exatamente! E isso não é fácil!

Maria Andrada: São então esses três pontos que são cruciais nas críticas que aponta!

Entrevistado: Isso mesmo!

**Anexo IX: Transcrição da Entrevista no INIAV - Instituto Nacional de Investigação
Agrária e Veterinária, I. P.**

Data da realização: 12 de março de 2015.

Horário: Das 10h00 às 11h15

Local: INIAV – Campus de Oeiras, Av. da República, Quinta do Marquês
2780-157 Oeiras - Portugal

Entrevistador: Maria Campos Andrada Piteira Martins

Entrevistado

Plataforma Utilizada: AnoGov

Maria Andrada: Relativamente ao processo de implementação da contratação pública em Portugal que balanço faz do funcionamento da contratação pública eletrónica em Portugal?

Entrevistado: A contratação pública em geral?

Maria Andrada: Sim!

Entrevistado: A contratação Pública em geral...O decreto é omissivo em algumas partes, para além de ser omissivo na parte de vendas de produtos, é omissivo na parte de empreitadas, não está muito bem...muito bem! Na parte de construções e concessões também é omissivo. E portanto é um código que se anda um bocado de frente para trás. Portanto, não é um código que facilite... Bem, uma pessoa que tenha muita prática de manuseamento do código é relativamente fácil, mas quem não tenha é um bocado difícil. É um código que não é fácil! Para além de não ser fácil tem ali alguns artigos que são dúbios fica um pouco dependente da interpretação de cada jurista. E eu digo-lhe um exemplo que tenho no código é os documentos habitacionais, há juristas que dizem que é obrigatório para qualquer valor e há outros juristas que dizem que só são obrigatórios a partir de 5.000,00 €. Portanto a dúvida permanece, mas o que é certo é que quando há uma inspeção das finanças, os senhores inspetores normalmente vão por aquilo que é obrigatório. E portanto não é...Não é...

Maria Andrada: Não é direto?!

Entrevistado: Exato não é direto! Pronto, mas de resto é o que temos e temos que viver em função disso. Acho que vai ser alterado...

Maria Andrada: Sim, saíram novas diretivas comunitárias que farão que até 2018...

Entrevistado: Saia um novo código. O problema que temos aqui é que é um laboratório que tem uma atividade completamente diferente de uma direção geral. Aqui a INIAV tem a parte de investigação e tem a parte de prestação de serviços. A parte de investigação tem os contratos de investigação que são temporais e nós temos que portanto executar temporariamente, porque se não se gataremos o dinheiro temos que devolver o dinheiro! Isso é logo um problema que nos põe, mas esse problema não é tanto na contratação pública que se põe! Por outro lado temos a prestação de serviços, a prestação de serviços no nosso caso são os planos de segurança de saúde animal e da parte alimentar a quem nós temos que dar resposta a nível da União Europeia. Toda a segurança alimentar é feita por amostragem, assim como toda a segurança animal com doenças transmissíveis ao Homem é feita por amostragem por planos ao nível da Comunidade Europeia. A Comunidade Europeia tem um laboratório de referencia para cada especialidade e nós, INIAV, é um laboratório de referencia para este âmbito de... e estamos a falar também... um laboratório de referencia da parte vegetal, também! Portanto, um laboratório de referência onde temos quotas de análises para fazer, devidamente codificadas pela União Europeia e todos estes laboratórios de referência têm que ser acreditados para podem fazer estas análises comunitárias. Ora serem acreditadas, é um processo de acreditação e o processo de acreditação é levado a cabo pelo IPAC que a única entidade oficial em Portugal credenciada para tal e é um processo caríssimo, porque todos os anos tem auditorias, os ensaios demoram 6 a 1 mês a acreditar, são feitos... quando se acredita um ensaio é com um determinado tipo de reagente/Kit Placa por isso temos que ter cuidado... Portanto, porque é que utiliza muito o ajuste direto? Porque nós temos os ensaios acreditados para determinadas coisas e qualquer alteração de resultado não pode ser não é?! Porque isso vai alterar depois os resultados comunicados à União Europeia. E portanto nós de um modo geral dizemos que é uma determinada exclusividade, porque só aquela empresa fornece aquele Kit com aquelas características, porque o Kit tem que ter as características para o qual o ensaio foi feito e validado e acreditado. E depois há aqueles reagentes generalistas que tanto faz ser acreditado como não que se utiliza sempre! Portanto aí temos um problema e que é difícil de explicar quando vem uma auditoria das finanças ou do Tribunal de Contas como deve calcular! Agora, os 75.000,00 €, o que é que dá? Para nós é difícil se não utilizarmos a exclusividade em temos de ensaios acreditados, os 75.000,00 € estoiram num instante! Porque nós estamos a falar, em termos de prestação de serviços, na ordem dos 5.000.000,00 €, não estamos a falar em 200.000,00 € ou 300.000,00 €, por isso está a ver! E depois tanto se faz na parte animal como na vegetal a segurança e os fornecedores são quase

os mesmos, porque foram acreditados para aquele método e foi aquele produto que reagiu melhor e que melhores resultados obteve!

Maria Andrada: Então os 75.000,00 € colocados em código é-vos curtíssimo! Correto?!

Entrevistado: Curtíssimo! Os 75.000,00 € vão-se ao ano, nem chega ao ano às vezes! Por isso é que nas generalistas temos imensos fornecedores e portanto vamos variando os fornecedores. Veja que desde o início do ano até agora eu já tenho 500 requisições e portanto está a ver! Estamos a preparar um concurso público internacional para aquisição que já vai nas 3.000 linhas e ainda não acabou e ainda não conseguimos dividi-lo em reagentes, mascultura, padrões, porque depois há imensos meios de diagnóstico e tudo isto é uma variedade e um mundo alargado. E portanto, temos esse cuidado por causa dos 75.000,00 € porquê? Porque até 2012 nós estávamos equiparados às Universidades e tínhamos o regime de exclusividade e não nos aplicavam os 75.000,00 €...

Maria Andrada: Eram excluídos da primeira Parte do Código?!

Entrevistado: Exato eramos excluídos! E podíamos fazer ajustes diretos até 193.000,00 €, até ao limite comunitário. Falei com o Tribunal de Contas na altura e o Tribunal aceitou, até por causa duma inspeção que tivemos na altura, aceitou perfeitamente a minha visão e as finanças também aceitam. Isso fez com que mudássemos o modelo todo que tínhamos aqui, por o laboratório acreditado, tivemos que tomar outras medidas! Pronto, é difícil, não é uma coisa muito coerente, mas é o que temos! E por isto é que eu digo que os 75.000,00 € para um laboratório desta gama é extremamente difícil. E depois são os documentos de habilitação que realmente as pequenas firmas não querem aceitar trabalhar para o Estado Português por causa de exatamente disso! Portanto são essas as principais dificuldades com que este laboratório se debate: são os 75.000,00 € que para nós é muito curto e depois temos uma gama tão grande, tão grande que estamos a tentar há 3 meses reunir as necessidades de um ano para os laboratórios todos e já vai em 3.000 linhas e ainda não conseguimos terminar. Por isso está a ver que é difícil partir para um concurso público como eles querem... Pronto! Depois ainda temos outra característica que é o facto de termos doenças como a chamada “Vacas Loucas” a BCE, onde o Kit tem que ser validado pelo laboratório de referência europeu e só essa firma é que fornece o equipamento. E portanto são essas as dificuldades que temos, porque isto é uma casa com algumas especificidades! Tudo o que são laboratórios de estado têm estas especificidades muito próprias e têm missões muito próprias...têm missões! Porque está a ver...se nós não trabalharmos as exportações não se fazem, os animais de companhia não

entram ou não saem! E nós variados desde a exportação de animais de companhia: cavalos, tudo, tudo!

Maria Andrada: Trabalham portanto em duas vertentes, a parte de exclusividade e a generalista, onde a generalista é mais...

Entrevistado: Consumos normais, aquilo que nós chamamos álcool metanol que são utilizados por todos os laboratórios e que não tem grande problema. Mas é claro que temos apenas 2.000 fornecedores, porque com os 75.000,00 € temos que ter cuidado naquilo que fazemos! Isto para os generalistas, os outros temos a exclusividade que nos vai salvaguardando os ensaios acreditados.

Maria Andrada: Caso contrário teriam aí um grande problema!

Entrevistado: Pois, porque um concurso público onde não se pode por marcas, não se pode por as referências, só se pode por as características está ver...Qualquer erro, uma pequena virgula, uma pequena coisa nas características, pode fazer com que eu tenha um produto diferente daquele que eu quero! E pode-me alterar exatamente os resultado todos e aquilo que nós chamamos uma análise positiva, pode ser um falso positivo ou uma análise negativa, porquê? Porque uma alteração num componente pode-me alterar o resultado. Porque uma análise ou da positivo ou da negativo, mas quando dá positivo ou é positivo ou é um falso positivo. E depois temos os chamados testes de confirmação e discriminatórios e só depois disso é que sabemos que a amostra em questão é positiva ou realmente era um falso positivo e a pessoa pode entrar no consumo. Porque a carne não entra todos os dias, está em matadouro faz aí a amostragem e toda a carne que está na amostragem não sai para consumo enquanto nós não revelarmos os resultados do teste. E isto é feito às 2h da tarde, nós neste momento trabalhamos logo de manhã e às duas da tarde saem os testes todos. Porque está a ver... é para a carne que está em matadouro poder ser distribuída e sair, mas o lote não sai se der um caso positivo ou um falso positivo. Veja lá o que não custa ou produtores e ao matadouro terem aquelas carcaças todas paradas. E depois temos outro problema que é tudo aquilo que nós importamos, depois chegam aqui, aqueles grandes contentores, vem um inspetor selam um contentor e é aquele contentor que vai. Claro, tudo depende da matéria que é o contentor, se for da zona marítima irá para o IPIMAR, tudo o que são peixes, mariscos, vai para o IPIMAR, mas tudo o que for da zona vegetal ou de queijos ou...vem tudo para nós. E o contentor fica ali o tempo que nós demorarmos a fazer a análise! Portanto é um laboratório muito específico e portanto temos que ter sempre muito cuidado e temos que ter sempre reagentes. E portanto tudo isto tem que andar. Agora, na parte de investigação é muito diferente porque nós temos

um orçamento anual para cumprir e portanto a investigação é feita ao longo do ano não tem aquela pressão de *timing* que nos temos na parte que é aberta ao público não é? Ou de consumo público, ou de exportação...

Maria Andrada: Está de alguma forma ligada com a saúde pública...

Entrevistado: Exato! E depois ainda temos a ASAE que trabalha connosco e que manda tudo para nós. Eles não fazem todas as análises, grande parte das análises mandam para nós. Portanto está a ver...

Maria Andrada: Sim, estou a ver que é todo um processo bastante complexo!

Entrevistado: É! Eu costumo dizer que aqui nesta casa que todos os dias é um dia diferente!

Maria Andrada: No fundo as dificuldades são...

Entrevistado: As dificuldades são as inerentes a uma casa muito grande, com imensas valências...

Maria Andrada: E que no fundo não se conseguem coadunar com o código correto?

Entrevistado: Exato! Nem com os *timings* do código, porque às vezes chaga-nos uma doença nova e nós temos muito pouco tempo. E portanto, não se coaduna com a nossa atividade. É aquilo que eu digo, na parte de investigação poderá coadunar-se, porque normalmente os nossos investigadores sabem o que querem e vão pedindo, agora na parte de segurança alimentar, ou na saúde animal, ou em...já não se coaduna, porque se chegar uma doença, eu tenho que responder para ontem! E nós ficamos assim...Mas o que nos vale é que são tudo ensaios acreditados e...E depois andamos à procura onde está o generalista que nos vai suportar aqui está a ver?! É difícil!

Maria Andrada: Portanto as críticas que coloca é mais sobre o Código, a nível de plataformas...

Entrevistado: Exato! A plataforma é como lhe digo, a plataforma não é obrigatória para ajustes e nós não estamos a utilizar a plataforma quando são ajuste com um único fornecedor. Mas utilizamos a plataforma para ajustes com dois ou três fornecedores, para mais fornecedores isso aí utilizamos e para concursos públicos também usamos a plataforma! A plataforma é a plataforma que temos, não somos nós que a escolhemos...

Maria Andrada: Qual é a plataforma que usam?

Entrevistado: Anogov. A anogov foi a que ganhou no ministério da agricultura, porque foi um processo todo conduzido pela...porque isto como sabe as compras são feitas algumas pelos acordos quadro e alguns processos são conduzidos pelas Secretarias-Gerais de cada

Ministério. Portanto, toda aquela gama de concursos que a Secretaria-geral diz que vai assumir, nós não poderemos fazer mais nada. Teremos que nos agregar a eles e é aquilo que vale. E portanto, quer se goste ou não se goste é a plataforma que há. Não desgosto desta plataforma, não tenho grandes problemas

Maria Andrada: É de fácil manuseamento?

Entrevistado: É! E quando temos problemas e já não é a primeira vez que temos, telefonamos diretamente para o Porto, porque eles são do Porto e os nossos colegas da plataforma são simpáticos e procuram-nos sempre resolver os problemas e se houver um mais delicado entram nos nossos computadores e resolvem por via de controlo remoto.

Maria Andrada: Face ao objetivo pelo qual as plataformas de compras públicas eletrónicas foram concebidas, acha que esses objetivos estão a ser concretizados? Por exemplo a redução de tempo consumido?

Entrevistado: Olhe, a redução de tempo na plataforma, praticamente é igual porquê? Porque nos temos que fazer tudo e depois vai tudo em PDF para as plataformas. O que eu acho bom na plataforma é que as propostas são todas libertadas ao mesmo tempo, ninguém nos pode acusar de beneficiar ninguém, porque elas são abertas em plataforma, embora eu tivesse sempre o cuidado de enviar as propostas em email comum, com uma diferença de segundos, mas um email vale o que vale. Mas com a plataforma não é assim vai tudo ao mesmo tempo! Os esclarecimentos vêm na plataforma e são abertos a todos os concorrentes e ninguém nos pode acusar de esquecer de qualquer elemento. E depois as datas estão determinadas, se um concorrente entregou uma proposta fora de horas, entrou fora de horas e por isso será desconsiderado! E em termos de prazos da contratação pública, os prazos são todos cumpridos à risca e as regras...

Maria Andrada: Ou seja, existe transparência?

Entrevistado: Existe transparência! Porque nós aqui vale o que vale um email, porque eu tenho a prova que enviei os email com um segundo de intervalo e também tenho a prova como eles receberam. Mas uma plataforma tem um valor diferente! Tem a hora marcada e portanto facilita tudo! É chegar lá e geramos a lista dos concorrentes e conseguimos ter a lista por lotes, por entradas, por hora... E portanto nós temos consciência que aí favorece em termos de transparência e equidade entre todos os concorrentes. Aí favorece bastante.

Maria Andrada: A nível de redução de tempo não sentem alterações?

Entrevistado: Não, não sinto alteração! Porque olhe, eu tenho que fazer o caderno de encargos, o anúncio é feito e tenho que fazer um PDF, porque o anúncio é feito fora da

plataforma! Portanto vai o PDF do anúncio, do caderno de encargos, o programa do concurso, os anexos, as características, vai tudo o que é necessário para o procedimento. Portanto eu tenho o mesmo trabalho em fazer por email ou fazer por plataforma o trabalho é feito todo antes! Depois as atas, os relatórios preliminares e os relatórios finais, a intenção e a notificação de adjudicação também é toda feita em papel primeiro não é?! Porque depois tem que ir ao Conselho Diretivo que é a entidade que assina e só depois é que se fazem PDFs para introduzir. Por isso em termos de tempo...Agora em termos de prazos, começa logo a alertar que o prazo terminou e que as propostas já estão disponíveis e aí sim! Em termos de prazos, chama a atenção recebemos um mais a dizer que entrou um esclarecimento está a ver? Não dá para esquecimentos e portanto é a grande vantagem das plataformas!

Maria Andrada: A nível de concorrência, disse-me há pouco que tinha as aquisições divididas em dois: as especificidades, aliás as exclusivas e as generalistas. Ou seja...

Entrevistado: A nível de concorrência procuro diversificar porque é como lhe digo, ainda estamos a fazer um concurso público que é difícil com toda a gama de produtos que temos, mesmo os generalistas temos imensos produtos generalistas. E portanto foi um processo um pouco difícil, porque temos que auscultar todos os nossos colegas, fazer um levantamento de necessidades e agora é que vamos partir e portanto demora o seu tempo! Agora, para não ultrapassar e fazer do mercado o melhor possível e porque trabalhamos em cima da corda, no que estou a falar em planos, planos de segurança alimentar, planos de referência, nós utilizamos imensos fornecedores, pronto!

Maria Andrada: Acha que a plataforma ajudou a abrir o vosso mercado?

Entrevistado: Eu não faço na plataforma ajustes diretos! Porque é assim, nós estamos a falar de produtos de laboratório e os produtos de laboratório, normalmente os fornecedores são os mesmos dos laboratórios da ASAE, dos hospitais e portanto os fornecedores são para aí 100 ou 200.

Maria Andrada: Mas na parte da especificidades?

Entrevistado: Não, na parte generalista! É, não tem muitos! E mesmo dentro dos generalistas há uns que se dedicam mais a uma área, outros a outra área...Quando eu conseguir fazer a parte generalistas em concurso público, mesmo quando eu fizer por consumíveis de vidro que é uma parte, reagentes generalistas é outra parte, placas é outra parte, pontas e pipetas é outro grupo e portanto são tudo lotes e aí...Aí quase que aposto que ganha uma firma e quase que aposto que ganha quase todos os lotes, porquê? Porque é uma multinacional e vai concorrer a preços muito baixos. Ela vai apostar em arranjar preços muito baixos e arranja sempre a

justificação dos 50% abaixo do preço base e pela experiência que eu tenho e pelo que já fiz no Laboratório de Benfica, por isso é que eu lhe estou a falar, ganham 2 ou 3 firmas os lotes todos. E estamos a falar de concorrência em concurso público! São as firmas grandes que têm maior capacidade para deitarem preços abaixo e claro que poupamos imenso dinheiro, porque compramos os produtos a 50% a menos que é importante!

Maria Andrada: Ainda mais quando os custos de um laboratório são maioritariamente elevados!

Entrevistado: Exato! Mas é como lhe digo, pela experiência que eu tenho fica tudo nas mãos de 2 ou 3! Portanto são aqueles que têm maior capacidade financeira.

Maria Andrada: Mas com esses concursos conseguem conhecer novas empresas?

Entrevistado: Não há muitas empresas, são sempre mais ou menos as mesmas! A minha dificuldade nos generalistas é que os laboratórios não podem parar e têm que nos dar tempo a agrupar as necessidades, aos lotes e depois disso preparado...Até a meio do ano eu não consigo ter o concurso preparado, porque demoro 6 meses a prepara-lo, mais 2 ou 3 a fazer, portanto é um plurianual que aí vem!

Maria Andrada: A nível da desmaterialização e simplificação processual, acha que as plataformas ajudaram?

Entrevistado: Olhe, ajudam na parte de simplificação, ajudam na parte de transparência, principalmente! Porque chego ali à plataforma faço ali o *print sreen* do ecrã onde estão as propostas todas. Portanto, em termos de um contrato para o Tribunal de Contas está tudo espelhado e portanto ajuda-nos muito a provar que não houve benefícios para ninguém!

Maria Andrada: E a nível da desmaterialização?

Entrevistado: Não há grande diferença!

Maria Andrada: Nada? Antigamente haviam grandes processos, multiplicado pelo nº de convites que nós tínhamos que fazer...

Entrevistado: Mas em relação a isso o processo fica igual, sabe porquê? Porque eu agora tive um concurso de 700.000,00 € para comprar um equipamento para a nossa segurança alimentar, para a zona das carnes de talho, para essa coisa que diziam que metiam líquido nas carnes. E agora vem aí um equipamento, porque normalmente essas análises eram feitas em Inglaterra, porque nós não tínhamos equipamento sofisticadíssimo para isso e por isso vamos compra-lo agora! Concorremos a um projeto, eles dão 80% e nós suportamos o resto! E o processo todo para o Tribunal de Contas desde o início, desde o pedido de abertura de concurso,

devidamente justificado, todas aquelas coisas da contratação e depois foi os *print screens* todos da plataforma, a lista de concorrentes, obrigaram-me a por as propostas de todos os concorrentes, foi uma pasta, está a ver, quatro concorrentes, quatro propostas. Tive ainda um problema, aquelas especificações mais técnicas, estavam em inglês e tive que mandar traduzir aquilo de urgência. Aquilo é tão técnico e nem era a proposta, porque a proposta, a parte essencial da proposta estava toda em português, aquilo era um catálogo. A proposta que ganhou teve que a traduzir toda! E portanto os documentos foram todos, todos, todos impressos. Devia haver uma maneira de por tudo em CD ou outro meio que o Tribunal de Contas aceitasse para não haver esta necessidade de impressão. Mas por outro lado o que é certo é que eu tenho que ter por 10 anos uma conta de gerência com os papéis todos, u tenho que ter o processo todo completo! Enho que o ter durante 10 anos ou até a conta de gerência ser aprovada!

Maria Andrada: E a nível da diminuição da corrupção, acha que as plataformas ajudaram?

Entrevistado: Aqui o nosso caso, nós por acaso não temos tido problemas a nível de corrupção! Temos aqui uma equipa muito coesa a nível da financeira, aqui tanto nos faz como nos fez, quem nos der melhor preço é quem é o nosso melhor amigo! Aí está tudo espelhado, não se pode alterar propostas e entrar na plataforma não é? O perigo dos email é exatamente esse eu faço a impressão não é?! E chega-me uma proposta, e posso ver as outras todas, por isso é que eu lhe disse, que por email vale o que vale. Porque ninguém me garante que aquela proposta que está ali é a que realmente foi a mais barata e a que inicialmente entrou, por email eu faço o que quero! Na plataforma não, o que entrou, entrou e ficou! Portanto isso é uma clara vantagem!

Maria Andrada: Sente dificuldades na utilização das plataformas? Tenho aqui alguns exemplos de possíveis dificuldades não só da plataforma, mas também na elaboração do próprio procedimento!

Entrevistado: Sim, poderia ser um pouco mais virado para o utilizador, realmente! Porque muitas vezes o utilizador, por exemplo se falarmos num júri, um júri pode estar em qualquer lado do país, e o que se diz na plataforma é que todos os elementos têm que estar a abrir as propostas à mesma hora, para se poder abrir as propostas e visualiza-las! Não para qualquer pessoa a plataforma tem as suas dificuldades é verdade! Mas também, o que é certo é que normalmente quem conduz o processo de abertura de propostas somos nós aqui, porque com os nossos técnicos ou com os nossos coordenadores, eu mando estar aquela hora na secretária e agora abram se fazem o favor e pelo telefone eu mando-os abrir, pronto! Mesmo aqui dentro,

não é qualquer pessoa que abre, está reduzido a 3 pessoas. Eu creio que um assistente técnico, depois com o tempo, até era capaz de conseguir, mas pronto! Tem realmente as suas dificuldades! Além disso esse processo tem sempre um informático ao lado, porque se houver algum problema é ele que fala com os nossos colegas do Porto. Porque as pessoas que aqui tem que saber para o que é que entra, o que é que quer, se são os documentos, se são esclarecimentos, saber quando é que é a vez da adjudicação, quando é que é a intenção de adjudicação e por isso a partida tem que saber o Código não é?! E não está a ver os nossos coordenadores de unidade a saberem o código! Por isso um concurso é sempre conduzido por uma pessoa daqui da financeira.

Maria Andrada: Prendia saber se as vossas dificuldades são mais a nível do código ou no uso das plataformas? Tenho aqui alguns exemplos: por exemplo o conhecimento da tipologia do procedimento a adotar, é vos fácil identificar os procedimentos?

Entrevistado: É como lhe digo a pessoa tem que saber do código, porque a plataforma pergunta se quer um ajuste ou um concurso. Além disso a plataforma tem agregada a ela uma lista de fornecedores que nós demos como fornecedores de plataforma e eles estão credenciados. Quando é um ajuste nós temos ali os fornecedores todos e depois vamos à plataforma escolher os fornecedores que queremos. Quando é um concurso ou um concurso limitado já não existe essa listagem, é um concurso aberto. Por isso a pessoa tem que saber muito bem o que pretende, porque a plataforma está dirigida consoante aquilo que se escolhe.

Maria Andrada: A nível da conceção das peças consegue identificar alguma dificuldade? Por exemplo muita gente que apontam para a dificuldade dos documentos da habilitação como disse, o critério de adjudicação também é uma grande dificuldade...

Entrevistado: Outra coisa que também temos que é quando pomos a decisão de adjudicação e eu vou à plataforma e vou à intenção de adjudicação e normalmente tenho que ter o relatório preliminar e depois o ofício da intenção de adjudicação e aí é que nos temos poucas opções, porque normalmente temos que fazer um relatório e outro segundo relatório, porque é o primeiro relatório que é o relatório preliminar e o outro que é a intenção de adjudicação, portanto está a ver! Isto baralha! O Tribunal de Contas por causa disso fez-me perguntas e portanto essa parte aí baralha! Os documentos de habilitação eu optei por pedi-los no ofício de adjudicação e faço o PDF e depois digo os documentos de habilitação e não especifico mais. Foi a saída que tive se não tinha problemas. Portanto são esses pormenores que eles deveriam ajustar. A parte em que temos a intenção e a decisão nós temos poucas opções e eles têm relatório, segundo relatório e aquilo depois é uma grande confusão!

Maria Andrada: Por exemplo a nível do critério de adjudicação utilizam sempre o critério do preço mais baixo?

Entrevistado: Conforme! É assim, o critério do preço mais baixo, pode não ser a proposta mais coerente para nós e portanto quando se compra um equipamento, este por acaso foi pelo preço mais baixo, por causa de prazos que tínhamos e portanto as características foram de tal ordem que na prática foi quase direcionado para um fornecedor. Mas agora, eu acho que a nível de equipamento não deveria ser o preço mais baixo, deveria ser a proposta economicamente mais vantajosa, porque no preço de um equipamento, nós temos que contar com as garantias, o prazo de entrega de um equipamento para nós é muito importante, o prazo de instalação desse equipamento, prazo de formação das pessoas, porque os utilizadores deste tipo de equipamento têm que ter formação e depois temos a assistência pós-venda que também é muito importante. E normalmente por norma, em equipamentos de determinado valor, nós fazemos pelo preço economicamente mais vantajoso. Quando são reagentes, nós já não necessitamos, nos generalistas aí sim o preço poderá ser o mais baixo, porque são compras faseadas! Agora claro que é o preço mais baixo, mas tem condicionantes nas validades dos produtos, porque os produtos têm validades, eles não são eternos, são validados. Temos produtos que têm a validade de um mês ou até de seis meses e há produtos com validade de um ano. E portanto nós condicionamos às validades dos produtos, mas isso em características técnicas e com o preço mais baixo porque para nós é mais vantajoso. Portanto, tudo depende daquilo que estamos a tratar.

Maria Andrada: Conseguem então valorar o critério de adjudicação, ou seja tornar o subjetivo em objetivo?

Entrevistado: Conseguimos!

Maria Andrada: Não então o critério de adjudicação o vosso maior problema

Entrevistado: Não, a não ser aqueles que são exclusivos, porque aí não há volta a dar! Embora possa fazer um concurso público, e podemos experimentar o que é que isso vai dar, mas aí temos que por de tal maneira as características, de tal maneira feitas que não sei se será muito útil visto que vai ser direcionado a determinada empresa não é?!

Maria Andrada: Correm o risco de criarem uma chuva de reclamações!

Entrevistado: Exatamente! Até os resultados que se irão obter! Portanto aí temos dificuldades!

Maria Andrada: A nível da submissão do procedimento na plataforma?

Entrevistado: Não é problemático! Temos um ou outro problema, mas temos tido o apoio da plataforma e eles têm sido impecáveis, por isso consegue-se ultrapassar!

Maria Andrada: Ativar as assinaturas eletrónicas?

Entrevistado: Nós não temos assinatura eletrónicas utilizamos os cartões do cidadão e esses estão todos ativos na plataforma.

Maria Andrada: Visualizar os pedidos de esclarecimento, já tinha dito que vos é a maior vantagem.

Entrevistado: Exato!

Maria Andrada: Interpretar e prestar os devidos esclarecimento?

Entrevistado: Também é porque temos os prazos para prestar e portanto abrimos a todos os concorrentes e as respostas são dadas a todos os concorrentes e mesmo o código diz que todos os esclarecimentos têm que ser dados a todos os concorrentes! Portanto a plataforma é ótima por isso não é! Porque assim ninguém se esquece de ninguém!

Maria Andrada: A descarregar as propostas?

Entrevistado: A descarregar as propostas, há um que fica instrutor do processo, um dos nossos colegas, fora do júri, descarrega o código e a partir de um dia à mesma hora e seja onde for descarregam-se as propostas.

Maria Andrada: é processo que também não é complicado?

Entrevistado: Não! Temos é que nos coordenar, ou seja às tantas horas temos que estar no mesmo horário, porque não se pode ter um de manhã e outro à tarde, porque isto corta. Portanto, temos um tempo para abrir propostas. Porque se não fecha e eu aí tenho que pedir a ajuda dos colegas!

Maria Andrada: A nível da avaliação das propostas?

Entrevistado: Normalmente, lá vou eu imprimir papel, não estou a desmaterializar, mas tudo depende! As propostas, normalmente, são avaliadas pelo técnico, não são avaliadas por nós, nós avaliamos do seguinte modo: se for por economicamente mais vantajoso, aquela parte mais administrativa, os prazos, os valores, as garantias, isso fazemos nós. Depois, a avaliação propriamente técnica são os técnicos a fazer-la, portanto temos sempre elementos técnicos no júri! Quando não temos elementos técnicos fazemos sempre menção que a proposta será avaliada por técnicos responsáveis. Que é o que vai acontecer quando começarem as obras, quando começarem as obras aqui ao lado o LNEC, vou ter que pedir à plataforma para me

deixarem entrar como júri elementos de LNEC para eles poderem avaliar a proposta técnica. Porque nós não temos engenheiros e portanto eles é que vão avaliar.

Maria Andrada: A nível da submissão dos relatórios?

Entrevistado: Passa!

Maria Andrada: Visualizar as reclamações em sede de audiência prévia?

Entrevistado: Passa! A plataforma avisa-nos que chegou uma pronúncia ou uma reclamação ou chegou um esclarecimento... Eles nisso ativam logo, chegam logo aos nossos computadores e portanto o júri fica logo a saber!

Maria Andrada: Responder em sede de audiência prévia?

Entrevistado: Não tenho tido muitas pronúncias, por isso nessa parte não posso falar! Esclarecimentos sim, esclarecimentos temos feito até neste concurso que houve, houve dois ou três esclarecimentos, agora pronúncias temos muito raramente!

Maria Andrada: Descarregar os documentos de habilitação?

Entrevistado: Também descarregados!

Maria Andrada: Sem problemas?

Entrevistado: Sem problemas!

Maria Andrada: Avaliar a integridade dos documentos de habilitação?

Entrevistado: Somos nós aqui que avaliamos!

Maria Andrada: E é-vos fácil?

Entrevistado: É como lhe digo, como nós descarregamos sempre papel nós vamos ver as datas todas: validades, registos criminais validados, finanças, tudo é validado! De resto nós temos aqui, criámos aqui uma folha onde cada elemento que faz vai rubricando. Portanto, depois chega ao final e há uma verificadora geral e vai ter que verificar tudo isto, se está certo ou não o que foi dito.

Maria Andrada: Têm um procedimento interno?

Entrevistado: Temos um procedimento interno.

Maria Andrada: Tem alguma questão que devesse colocar na tese de mestrado que estou a realizar?

Entrevistado: Não, o que era benéfico era a contratação ser mais virada para os laboratórios de estado, reverem as nossas dificuldades, para os prazos que temos que cumprir e às vezes ser mais explícito em determinados campos.

Maria Andrada: Era-vos mais vantajoso ser como estava antes, estarem excluídos da primeira parte do código ou se os valores fossem alargados, mas não ficaram excluídos da primeira parte do código? Qual era a posição que tomaria?

Entrevistado: Eu iria para os valores fossem alargados, mas tudo depende de valores que ultrapassassem os 75.000,00€. Se ultrapasse, bem eu também só tinha 193.000,00€, mas 193.000,00€ daria perfeitamente para nós.

Maria Andrada: Pergunto isto porque gostaria de perceber se para vós há vantagens na utilização das plataformas.

Entrevistado: Como é que eu devo dizer? Bem é assim, na plataforma eu tenho regras de jogo. Vamos por a plataforma numa só pessoa, mando um convite a uma só pessoa, dou-lhe, o tempo necessário para eles responderem e dou-lhe 24h a 48h. O fornecedor pela plataforma está descansado! Só que eu tenho um Conselho Diretivo que decide que os planos são para começar hoje e portanto telefone para todo o lado para ter orçamentos, porque tem que ser tudo adjudicado hoje. Agora veja como é que em plataforma consigo cumprir 24h que me dão para uma adjudicação?! Portanto, porque é que eu não recorro à plataforma? Porque na maior parte dos casos, ainda no outro dia estava com 40 requisições para um plano que passou para nós e o meu colega em 24h teve que ter os produtos todos. Portanto 24h não é razoável para uma plataforma não é? Portanto o que é que se conseguiu? Pareciam uma data de baratas tontas a telefonar a vários sítios para os fornecedores nos darem as várias coisas, os vários documentos para adjudicar. Isto porquê? Porque se mudou um laboratório e nós soubemos disto nem com uma semana de antecedência. E ficamos todos aqui a olhar! Já viu o que são 40 requisições, porque depois vai para os mais variados sítios não é?!

Maria Andrada: Mas para si seria um descanso utilizar a plataforma ou é indiferente?

Entrevistado: Quer dizer... Em termos de trabalho era indiferente para os meus colegas, porque eu tenho aqui um registo, através da plataforma ou se regista a data desde quando o pedido foi feito, o registo do produto, tem cabimento, tem compromisso, tem tudo. O que não implica que eu possa transpor o que está nesta plataforma para outra plataforma. O problema é que eu não estou a ver em tempos de crise uma plataforma responder em 24h. Ou então os meus colegas esquecerem-se de por na plataforma o pedido e dizerem “Esqueci-me e só tenho dois Kits“, ou só tenho 1litro disto ou do outro. Isso seria muito bom se o planeamento existisse e não é da nossa parte é da parte dos nossos colegas que pedem! Por isso nós funcionamos sobre o *timing*! Agora trabalhando com tempo e sem este *timing* claro que a plataforma é aquilo que está. Porque depois é assim, o orçamento tem que ir a validar ao meu

colega técnico, porque quem recebe o orçamento não somos nós é o técnico, enquanto na plataforma seria quem está no júri. E quando assim é, lá temos que tirar para enviar para o técnico, enquanto na outra plataforma, automaticamente, quem pede tem acesso a todos os orçamentos e requisições e já enviam para nós validados. Porque nós temos todo o interesse que nos validem o orçamento, porque às vezes pode haver produtos descontinuados e eles dão 2 ou 3 opções. Por isso temos todo o interesse em que não sejamos nós a receber os orçamentos, mas sim eles a receberem e a validarem-nos. E isto na plataforma é impossível! Eu teria que ter a plataforma para a maior parte das pessoas, para quase 100 pessoas. Por isso é que nós não vamos aos ajustes diretos, é só por isso! Além disso só tenho 24h para resolver um problema.

Anexo X: Transcrição da Entrevista no ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Data da realização: 19 de maio de 2015.

Horário: Das 15h às 16h

Local: Rua Almerindo Lessa – Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-663, Lisboa – Portugal.

Entrevistador: Maria Campos Andrada Piteira Martins

Entrevistado

Plataforma Utilizada: Gatewit

Maria Andrada: Relativamente ao processo de implementação da contratação pública em Portugal que balanço faz do funcionamento da contratação pública eletrónica em Portugal no seu geral?

Entrevistado: No geral acho que é bastante positivo! Não sei está dentro do espetável, porque nunca me preocupei em estar a analisar essa avaliação! Mas penso que é bastante positivo a nível de funcionamento. É claro que nem todos os serviços na Administração Pública implementaram da mesma forma, com a mesma convicção, também com a mesma visão, porque nem todos tiveram a mesma visão! Porque quando as máquinas são muito pesadas e tiveram muitos anos num determinado procedimento, que é muito... mesmo excessivamente pesado, depois há uma certa dificuldade...E quando nós temos uma Administração Pública que estava muito habituada ao papel, à sua assinatura e fazer prova de tudo, de repente transpor isso de forma desmaterializada e conseguir ter o mesmo nível de segurança nos seus atos e nas suas responsabilidades...A própria pessoa que executa e a própria pessoa que tem a responsabilidade a nível público e civil sobre essa atuação fica sempre com grande receio! E é natural que não tenha sido o que correspondia ao espetável. Pessoalmente, daquilo que tenho visto e daquilo que tenho conhecido em outras instituições e até de informações que tenho tido, penso que é bastante positivo.

Maria Andrada: Faz, portanto, um balanço positivo relativamente ao processo de implementação?!

Entrevistado: Sim! Porque, penso que a implementação que foi feita penso que também foi consistente. Porque quem implementou... Pode não ter sido no universo que se queria

implementar e que todos tenham implementado na mesma medida, mas os que avançaram e que se comprometeram a implementar, penso que foram bem-sucedidos!

Maria Andrada: Relativamente ao ISCSP em concreto sentiu alguma adversidade ou dificuldade? E que dificuldade é que sentiu?

Entrevistado: A dificuldade?! Eu acho que a dificuldade principal foi mesmo a operacionalização foi entender a operacionalização! Porque é como lhe digo a estrutura era toda muito pesada, haviam regras muito definidas, já haviam, com o código antigo, o 197, já haviam bastantes diplomas, haviam uma serie de modelos já estruturados, os próprios organismos já tinham desenvolvido os próprios manuais internos e de controlo interno e de procedimentos de aquisição. Portanto, já estava tudo muito estruturado, porque a legislação vigorou durante muito tempo e foi amadurecida. As próprias pessoas, quando se candidatavam aos lugares, na Administração Pública, já tinham conhecimento de toda a contratação pública, porque chegou a dar-se em determinadas disciplinas ou cadeiras em cursos, a nível universitário. De repente, essas pessoas que andavam a ser formadas para o seu ambiente de trabalho, passados dois ou três anos têm um novo código que a nível de atuação não é comparável com o anterior. E aí foram as dificuldades naturais! O que senti na altura, em 2008, foi encontrar um organismo que conseguisse dar resposta às dúvidas. Porque de repente todos tínhamos imensas dúvidas, até pelo simples facto de saber que tipo de plataformas poderia existir. O problema não era o entendimento da legislação em si, mas a forma de atuação da desmaterialização. Porque a verdade é que nós não estávamos habituados, a este nível de procedimento. Até mesmo quem nos audita, Tribunal de Contas e os organismos internos como externos, não estavam preparados para esta nova realidade. Por exemplo, a nível de validação de um procedimento, o Tribunal de Contas pedia sempre o papel e a sequência do procedimento todo em papel. É claro que ele não deixa de existir em arquivo interno, mas eles não pediam, tão pouco, o que estava em plataforma. Hoje em dia já não é assim! Enquanto que em 2008/2009 tivemos ali um período até 2010 que foi difícil, até mesmo lançar um concurso para ter a plataforma, para poder fazer as aquisições, que hoje em dia são ações que nos parecem tão básicas e tão pré-adquiridas, mas que na altura não eram. Pessoalmente o maior bloqueio foi a operacionalização na plataforma e não propriamente o conteúdo legislativo!

Maria Andrada: Não sentiu dificuldades no entendimento do diploma, do CCP?

Entrevistado: Surgiram algumas dúvidas, surgiram algumas! Por exemplo, a nível de limites, não houve qualquer problema, levantaram-se muitas dúvidas e muitas questões, mas também

se desbloquearam muitos processos. E permitiu também colocar nos próprios serviços e nos dirigentes a responsabilidade dos seus atos e da sua gestão de uma forma mais vincada, que a antiga contratação não era tão objetiva ou tão definida! Relativamente à legislação em si...Sim não posso dizer que não surgiram dúvidas e ainda hoje surgem dúvidas quando estamos a interpretar, mas é aquela dúvida natural de quando sai legislação. Não considerei que isso fosse problemático ou impeditivo! Foi sim, a operacionalização! Porque enquanto hoje em dia já temos a AMA desenvolvida e podemos contactar, também, outros serviços para partilhar problemas e tirar dúvidas e já há formações mais focadas para cada uma das instituições ou para tirar dúvidas mais direccionadas, na altura nada disso existia e portanto teve que ser tudo construído.

Maria Andrada: Relativamente ao objetivo pelo qual as plataformas de compras públicas eletrónicas foram concebidas, acha que esses objetivos estão a ser concretizados? Por exemplo, falo na redução de tempo...

Entristado: Isso é sempre uma situação difícil de responder, mesmo muito difícil! A principal redução ou... Quando em penso em redução penso em várias áreas, tanto a nível de recursos, como de despesa, como a questão da transparência que para mim são tudo questões muito ligadas. E também....Uma coisa é nós vermos todo o procedimento do lado da entidade adjudicante, mas também, temos que ver o outro lado e que poupanças vêm daí, à própria lei da concorrência. Por exemplo, quando nós lançamos em plataforma, por exemplo um projeto de arquitetura ou de construção lançado numa plataforma, hoje em dia, o próprio concorrente já não tem que ter os custos todos da impressão de pilotagens, de maquetes, de memórias descritivas, que são encargos muito elevados, por outro lado tem que pagar o encargo de estar inscrito na plataforma e os selos. Mas é diferente, eu acho que não tem um encargo tão grande do ponto de vista do concorrente. Do ponto de vista da entidade que tem a necessidade do bem ou do serviço, por um lado há uma redução que para mim é importante, se entendermos este conceito da redução que é a transparência. Eu acho que nós não temos preocupações sobre os processos pelo facto de serem ou não transparentes, eu acho que para um gestor ou para um decisor e também para o funcionário que operacionaliza acho que é um descanso, ponto nº 1! Porque todos os seus atos são transparentes e são sujeitos a escrutínio! Porque se nós repararmos aqui há dois anos, ano e meio houve, penso que foi no Ministério da Saúde... não estou bem recordada, honestamente, mas também sem falar na comunicação social, que foi feito um ajuste direto num valor que o CCP, regra geral, não permite e logo foi tudo colocado, soube-se e veio à comunicação social e mesmo o próprio processo foi comentado

publicamente e mesmo o cidadão teve uma posição, uma opinião a formular a esse respeito! Portanto, hoje em dia, os processos decorrentes desta desmaterialização também estão sujeitos a um escrutínio, exigência do cidadão que no fundo é responsável pelos dinheiros do Estado que antes não existia, no fundo não havia conhecimento. E aqui há conhecimento! Por outro lado a memória, a plataforma permite ter uma memória descritiva dos acontecimentos e dos factos, se respeitarmos sempre a via da plataforma, o meio eletrónico. Quando era em papel não se fazia memória dos acontecimentos, de mensagens trocadas era tudo por ofício e os procedimentos acabavam por se arrastar durante imenso tempo para se dar esses prazos. Uma outra poupança é a celeridade e tempo, e tempo é dinheiro não é! Por exemplo o facto de apresentar uma proposta em dias corridos, em horário permanente que inclui fins-de-semanas poupa imenso a um decisor público conseguir executar os seus objetivos, o seu plano estratégico com determinada aquisição ou adjudicação. Porque não tem que esperar só os dias úteis, ou dar tempo dos correios, depois o que valia era o aviso de receção...Está a perceber? Isso acaba por ser tudo muito demoroso. Enquanto a plataforma permite esse tipo de poupanças!

Maria Andrada: A nível de concorrência? O que é que sente?

Entrevistado: A nível de concorrência “é uma espada de dois gumes”! Corta de um lado e do outro! A nível de concorrência, isto é um bocadinho o que eu falava há pouco sobre os selos e dos encargos, cruzando com a conjuntura atual. Tem muito a ver com estes dois fatores! Inicialmente até teve três que foi a Administração Pública não estava preparada para a desmaterialização, mas a bom da verdade, o nosso tecido empresarial também não estava. Se a administração pública tinha dificuldades em aceder às tecnologias e formar as pessoas, o privado não estaria melhor na grande fatia do tecido empresarial que são as pequenas e médias empresas! As grandes e as grandes multinacionais não têm esse tipo de problema, mas o médio e o pequeno tem! E às vezes nós estávamos habituados a tratar diretamente com o pequeno fornecedor, porque conhece-nos, porque nós conseguimos exigir-lhe a qualidade. Enquanto na plataforma não há um rosto, não há contacto e não há negociação direta muitas vezes! Uma coisa é ter o diálogo concorrencial, mas num procedimento normal ou numa aquisição normal isso não existe! Num ajuste direto de 12.000,00€ que pretendamos fazer, esse tipo de relacionamento não existe. Por outro lado, isto tudo conjugado com a crise económica e social, com o facto de nem todos estão aptos a lidar com as tecnologias, nem todos têm a possibilidade, decorrente da conjuntura, de estar a pagar os encargos da plataforma e os selos e tudo isso, quando depois na verdade estão lá e nunca lhes é adjudicado

quase nada, não é!? A empresa está a ter um encargo fixo ou a pessoa, se for um profissional liberal, que depois não consegue concretizar ou ter retorno ou conseguir suportar na sua empresa. E por outro lado, dada a conjuntura, muitas empresas se viram na situação de pontualmente se verem incumpridoras dos encargos de obrigações que têm a nível de impostos e da segurança social. E isso também fez com que não se conseguisse manter a igualdade na concorrência. Mas são tudo fatores e que contribuem, porque a génese, o conceito, para mim foi muito bem concebida! E acho que veio trazer muito mais transparência, muito mais... até profissionalismo na ação da aquisição, da própria adjudicação pública. Mas lá está, a conjuntura não ajudou! E nós vimos... De uma outra forma, noutra sentido também ajudou, porque disseminou a questão que estava já no próprio sentido empresarial, de alguns acordos de fornecedores. Mas é claro que há coisa que os diplomas, se não houver uma prévia socialização das pessoas, e das empresas e das entidades de conseguir atingir que é nem tudo está escrito na legislação! Depois é uma questão de boas-práticas, de princípios de ética, profissionalismo que não vem espelhado no diploma! Muitas vezes vem num artigo de responsabilização, mas se toda a cadeia não contribuir eticamente e responsavelmente para o mesmo fim é complicado responsabilizar uma única pessoa por todo o procedimento. Às vezes é isso que está transcrito na legislação e que se tenta enfatizar e que se tenta criar uma certa pedagogia para melhorar, mas nem sempre se consegue!

Maria Andrada: Mas voltando aqui à situação da concorrência. Existe a opinião que as plataformas abriram mercado, no ponto de vista do utilizador, mas por outro sentiram que os custos com os selos temporais por parte dos fornecedores prejudicaram a concorrência. O ISCSP sente isso?

Entrevistado: O ISCSP há semelhança de outras instituições, creio que em geral, já sentiu isso em determinados procedimentos que acabam por ficar vazios! É a questão que eu lhe disse há pouco, a questão dos encargos fixos para um concorrente, na conjuntura atual, acabam por ser demasiado penosos. Enquanto que se for uma grande empresa que consegue maior quota de mercado, porque tem outra visão do mundo empresarial, tem outra visão do concorrente, tem outra estrutura e consegue estudar o concorrente, que um pequeno empresário não consegue, fá-lo ter uma maior vantagem competitiva. Por outro lado a questão do preço, uma grande empresa que consegue ter uma grande quota de mercado, consegue ter melhor preço do que uma pequena empresa! Portanto, estas coisas conseguem ser sempre muito voláteis e têm que ser analisadas muito em concreto. O instituto sente mais isso e até

mais na questão dos acordos-quadro do que propriamente nos procedimentos diretos em plataforma não sujeitas a pré negociação de acordo-quadro! Porque, lá está a dita conjuntura, a administração pública viu os seus orçamentos reduzidos, logo em paralelo em termos de CCP, o critério do preço mais baixo. Isto tudo leva-nos a um único ponto que é, e dada a conjuntura, os preços baixam, são esmagados, e então só os grandes grupos é que conseguem esmagar preços e os pequenos não. E dada a conjuntura sinto que não foi amplamente conseguida o objetivo que esteve na génese do diploma por este motivo. Mas se eu olhar globalmente eu penso que não pode ser assim tão negativo, pelo menos no caso concreto do ISCSP e outros que tenho conhecimento. Mas este é um problema do CCP, não propriamente da legislação em si, mas da operacionalização. E depois é como lhe digo, estas situações conjunturais são sempre muito difíceis de transcrever em diploma, porque faz com que seja criado um diploma de outro diploma e depois deixa de haver o livro base que é o CCP, para ir tendo as orientações para criar os procedimentos. É o tal “Pau de dois bicos”!

Maria Andrada: A nível da desmaterialização e simplificação processual, penso que já se falou aqui que as plataformas simplificaram, mas gostaria que expressasse a sua opinião sobre o assunto?

Entrevistado: Pessoalmente acho que desmaterializaram sou dessa opinião! Independentemente... Porque inicialmente no diploma chegou-se a pensar que não seria necessário ter os documentos assinados em papel. Bom, isso pode acontecer, mas a própria estrutura administrativa tem que ser toda desmaterializada e a maioria dos serviços não tem. Portanto continua a ter os documentos originais assinados. Mas de qualquer forma eu penso que mesmo isso facilita imenso, porque tendo todo o histórico em plataforma se o arquivo em papel se deteriorar, ou sofrer um calamidade qualquer ou ocorrer qualquer eventualidade tem sempre ali toda a estrutura, toda a organização, ela dura no tempo e consegue até agilizar o arquivo! Penso que só se teve ganhos com isso!

Maria Andrada: É da opinião que o processo de desmaterialização ainda está em curso? Não está conseguido na sua totalidade?

Entrevistado: Sim! Porque imagine um pedido para uma aquisição deveria ter assinatura digitais, ter a autenticação que a pessoa é o órgão competente para tomar a decisão, que o funcionário tem designação de funções para operacionalizar naquela plataforma... Portanto, toda a desmaterialização tem uma serie de cuidados a ter e a desenvolver que tem que se salvaguardar a responsabilidade e a atuação, conforme existia em papel. Mas a verdade e voltando à questão da conjuntura, quando os orçamentos reduzem, onde é que as organizações,

até mesmo o privado, vão cortando? É na parte que ainda podem cortar, neste caso é na desmaterialização porque conseguem viver ainda com o papel. Portanto vão reduzindo custos nos contratos de informática, serviços de consultadoria, e é por aí que vão fazendo!

Maria Andrada: Existe a opinião que o Tribunal de Conta não promove a desmaterialização, uma vez que em caso de auditorias solicita o processo de aquisição completo e em papel. O ISCSP e da mesma opinião?

Entrevistado: Isso, quando me fez a primeira pergunta eu referi logo isso. A nível de auditoria para que queria assimilar diploma ou tentar entender como se iria aplicar essa foi logo uma das primeiras grandes dúvidas. Lá está, porque o próprio Tribunal de Contas também não está preparado para entender a desmaterialização, nem tem formação de auditoria desmaterializada.

Maria Andrada: Atualmente ainda sentem isso?

Entrevistado: Sim, sentimos isso!

Maria Andrada: A nível da simplificação processual as plataformas ajudaram? Penso que tratou desse assunto durante a entrevista, mas gostava de ter a sua resposta.

Entrevistado: Sim ajudaram!

Maria Andrada: E a nível da diminuição da corrupção, ou da tentativa de diminuição da corrupção?

Entrevistado: Aparentemente sim! Não posso dizer que não! Eu também não conheço dados a esse respeito, em concreto e fiáveis. Mas eu penso que sim, aparentemente sim, porque é transparente! Conforme aquele caso que eu falei que veio a público e logo a opinião pública tomou uma posição. Portanto eu acho que há tendência a diminuir. Portanto aparentemente sim! É claro que uma coisa é a realidade do ISCSP outra coisa é a realidade de uma administração local. Porque imagine que houve um problema a qualquer e a estrada teve que ser arranjada ou que um edifício...houve um temporal...percebe? São situações distintas umas das outras e que muitas vezes podem ser entendidas de uma forma...é que muitas vezes o CCP, nesta questão da livre concorrência, às vezes é muito difícil ter um fornecedor que garantidamente forneça os bens na qualidade pretendidas quando o critério é o mais baixo preço. As vezes é muito difícil elaborar cadernos de encargos que depois vão levar, em ultima instância, ao valor mais baixo e ter a garantia de qualidade, que daqui a um ano ou dois não vá voltar a lançar aquele procedimento para aquele serviço, porque efetivamente não correu bem. E na altura ficou aparentemente tudo bem e houve garantias só que passado dois anos...Outra coisa que o CCP, e falando em garantias, e que ajuda bastante a forma como são criadas as

garantias no CCP, é que os cadernos de encargos têm que ser muito bem elaborados e têm que estar previstas todas as hipóteses para as garantias. Mas a nível de corrupção em concreto é como lhe digo não basta estar escrito em diploma, há toda uma socialização e uma formação dos próprios agentes e dos intervenientes que tem ainda que ser feita, porque não basta a responsabilidade estar definida no próprio diploma é preciso a pessoa interiorizar valores éticos e profissionais e poder transmiti-los a gerações dentro dos próprios serviços é preciso criar essa memória histórica, criar esse prazer de se pautar por determinados valores que corroboram para melhor e para benefício intergeracional, não é? Porque qualquer atitude que eu tome hoje vai ou não hipotecar quem vem a seguir. E é preciso ter essa consciência!

Maria Andrada: Qual ou quais as plataformas de compras públicas eletrónicas que utilizam aqui?

Entrevistado: Utilizamos a Gatewit preferencialmente, porque foi a quem adjudicámos a nível de procedimento, depois temos a plataforma da ESPAP e temos a Vortal para sermos, também, concorrentes para serviços de outros serviços e eventualmente poderemos vir a ter outras, consoante a necessidade que tenhamos em concorrer a nível de consultadoria para outras entidades.

Maria Andrada: A nível da utilização das plataformas, visto que têm umas quantas, Sentem dificuldades na utilização das plataformas? Tenho aqui alguns exemplos de dificuldades que às vezes são sentidas na utilização das plataforma e na elaboração dos documentos necessários para elaborar os procedimentos! Por exemplo a nível do conhecimento da tipologia do procedimento a adotar sentem dificuldades?

Entrevistado: Eu penso que não, que neste momento já não se sente dificuldade nenhuma! É como lhe digo a nível de legislação não há grandes dúvidas. Claro que surgem quando temos alguma calamidade e a nível de prazos e processual, mas isso está previsto no CCP. O próprio serviço é que pode não estar, como não é a sua rotina, pode sentir no momento alguma dificuldade, mas penso que chegará a alguma conclusão rapidamente.

Maria Andrada: A nível da conceção das peças, cadernos de encargos ...

Entrevistado: Eu penso que às vezes consoante a tipologia dos serviços pode haver dúvidas, sim! Mas a questão é que, hoje em dia, as próprias plataformas já disponibilizam algum apoio e o próprio conhecimento também ajuda e a interação entre colegas ajuda a diminuir muitas dessas dificuldades. Mas penso que na conceção das peças nós sentimos dificuldades, porque nem sempre dominamos os bens ou o serviço a ser adjudicado. Não o dominamos de forma técnica, podemos até domina-lo na sua forma processual, podemos até dominar teoricamente,

mas na prática a sua execução, nem sempre é fácil elaborar um excelente caderno de encargos que permita converter num contrato que não incorra em qualquer tipo de penalização para a entidade ou para ambos os intervenientes. Mas eu penso que...lá está são as tais boas práticas é tentar perceber nas outras instituições as suas melhores práticas e tentar replica-las. Mas obviamente há determinados bens, pelas suas características, que são muito mais difíceis de elaborar as peças.

Maria Andrada: Relativamente ao critério de adjudicação e às especificações técnicas...

Entrevistado: Sim as especificações técnicas, no fundo, foi aquilo que eu referi a nível de dominar os bens e os equipamentos que se podem implementar ou o serviço em si que é ter o conhecimento técnico do que se pretende. Por outro lado a questão do CCP nos encaminhar para o mais baixo preço leva a que tenhamos dificuldades em ter a tal fórmula para conseguir encontrar...

Maria Andrada: Mas por exemplo o CCP também permite a possibilidade de ser pelo economicamente mais vantajoso...

Entrevistado: Sim, mas o preço acaba sempre por ter um fator de grande ponderação daí a dificuldade. E a questão é mesmo essa e depois vai cair na questão dos grande concorrentes e dos pequenos concorrentes não estarem, eventualmente, em pé de igualdade, porque eles têm maior capacidade de esmagar o preço que outros. Por isso... É a dificuldade! Eu penso que essa é a principal dificuldade no atual CCP, mas também não só do diploma, mas também da conjuntura. E a conjuntura é muito difícil de transcrever numa regra. Tem que haver um grande conhecimento de quem operacionaliza estas questões de tentar... E é claro que as pessoas estão absorvidas com tanta coisa de trabalho e a nível dos serviços e que muitas vezes não têm tempo para terem esse conhecimento e serem autodidatas e conseguirem dominar melhor esse assunto.

Maria Andrada: Tive também oportunidade de rever alguma legislação e por exemplo o ensino superior, até 2012, estava excecionado...Sentiram alguma vantagens ou desvantagem ao retirar-se essa exceção?

Entrevistado: É complicado, pelos motivos que já falámos! E aqui no instituto há um caso muito prático, porque esteve uma empresa de limpeza que antes não era obrigada a ir à ESPAP e passou a ser obrigada a fazer a aquisição pela via da ESPAP e correu muito mal, não é?! Aliás foi público saiu em vários telejornais, porque os problemas não foram só no ISCSP foi, também, em outros instituto públicos e em outros serviços que não correu nada bem! Por isso para o próprio serviço se preparar para implementar a aquisição via plataforma foi

importante ter tido esse tempo de adaptação para ir conhecendo o código e mesmo fazendo em papel já fazia de acordo com o CCP. Portanto, houve um período de adaptação e depois foi só transpor o que fazia para a plataforma Gatewit e depois foi adaptar-se para a ESPAP. O problema da ESPAP, o conceito está correto, mas o Estado em si dá resposta a tantas atividades e a tantas necessidades do país que estar a definir um determinado serviço que abranja toda a tipologia de serviços do Estado, como o caso de fornecimento de material de escritório, tanto fornece escolas primeiras, como ensino superior, ou delegações, como Ministério da Justiça. Penso que um único para todos, até pode haver um único acordo-quadro, mas tem que estar dividido em lotes adaptado a cada serviço e a cada consumidor. Porque como são os grandes grupos que conseguem essas grandes aquisições, conseguem esmagar os preços e depois não conseguimos garantir os bens e vemos isso também nos consumíveis e depois temos bastantes encargos. Eu vejo muito mais problema a implementação da contratação pública pela via dos acordos-quadro do que, propriamente, a desmaterialização de uma plataforma e consigo distinguir claramente os dois. E há muito mais vantagens na aquisição das próprias organizações via plataforma eletrónica de compras pública em que há transparência, há...a transparência diz tudo porque depois leva a uma serie de outras vantagens do que, propriamente, a pre-negociação de um acordo-quadro. Muitas vezes este é ignorante no sentido em que desconhece a realidade daquilo que está a adjudicar para cada serviço, porque a própria entidade que regula e define os pressupostos não vem ao encontro do consumidor final para preparar o procedimento.

Maria Andrada: A nível da submissão do procedimento na plataforma existem dificuldades?

Entrevistado: Não, eu penso que hoje em dia já não existem essas dificuldades.

Maria Andrada: Ativar as assinaturas eletrónicas?

Entrevistado: Também não.

Maria Andrada: Visualizar na plataforma os pedidos de esclarecimento, erros e omissões...

Entrevistado: A própria visualização em si não tem qualquer problema, normalmente os intervenientes recebem um alerta para irem à plataforma, portanto está bem estruturado.

Maria Andrada: Interpretar e prestar os devidos esclarecimento?

Entrevistado: Os esclarecimentos decorrem muito da conceção das peças, obviamente não é? Se há bens ou serviços que nós não consigamos domina-los tecnicamente na sua operacionalização, quando chegamos a esta fase sentimos mais dificuldade. Depois é claro que tudo aquilo que já dominamos e que já é recorrente fazermos e que estamos à vontade, como fornecimento de bens de limpeza, a própria manutenção de elevadores, são tudo

assuntos que na nossa prática nós dominamos. Mas se agora fosse fazer uma grande obra eu tinha que pelo menos na equipa de trabalho a desenvolver todas as peças ter um engenheiro ou alguém que dominasse a própria linguagem da construção e das especialidades associadas a um lançamento de um procedimento de uma obra pública ou algo do género.

Maria Andrada: A nível de descarregar as propostas?

Entrevistado: São já procedimentos que estão na rotina.

Maria Andrada: Avaliação das propostas?

Entrevistado: Sim, se não tivermos os problemas da tal conceção das peças e de interpretar os esclarecimentos aqui também é bastante pacífico. Naquilo que é, regra geral, do funcionamento das aquisições que temos eu penso que hoje em dia, e estou convicta que no caso do ISCSP e nas organizações que tiveram o mesmo caminho que nós e outras até que tiveram um caminho melhor que nós, em todas estas situações já se consegue navegar em velocidade cruzeiro, penso que já não há grandes sustos ou grandes precipitações. Por isso penso que já estamos verdadeiramente à vontade!

Maria Andrada: Portanto, a submissão dos relatórios, a visualização das reclamações, responder em sede de audiência prévia...

Entrevistado: A contagem dos prazos...Já são tudo rotinas que estão implementadas. E já não é só no serviço que tem a responsabilidade de fazer as aquisições já está disseminado pelos órgãos que têm que tomar decisões.

Maria Andrada: Portanto as dificuldades terão sido mais no início correto?

Entrevistado: Sim a própria transação de uma forma para a outra foi...porque se levantaram muitas dúvidas como essa da auditoria...Porque falo por mim, a primeira vez que li o diploma, em 2008 em janeiro ou fevereiro de 2008, a minha grande dúvida foi “OK! Eu concordo com isto tudo, mas operacionalizo como? Como é que eu vou desmaterializar isto tudo se não tenho estrutura para desmaterializar?!” A própria forma de funcionamento das plataformas...Nem tão pouco existia concorrência nas plataformas do mercado. A primeira plataforma que apareceu logo foi a Vortal e o Base Gov, a Base Gov como a própria plataforma gestora de toda a administração e a Vortal, porque viu ali a oportunidade no diploma e arrancou com grande contributo até no Instituto de Informática para poder adaptar-se às necessidades. Portanto...por isso é que o diploma não foi logo taxativamente implementado! E a grande dúvida e a grande limitação do recetor do diploma foi esta mesmo, foi a desmaterialização.

Maria Andrada: Sente que é uma realidade intrínseca em todas as instituições?

Entrevistado: Em todas não consigo garantir, porque não tenho esse conhecimento amplo e fidedigno. O conhecimento que vou tendo é consultando o Base Gov ou consultando outros organismos ou consultando algum trabalho de pesquisa académica, que terá obviamente a sua margem de erro, porque nem sempre os organismos colaboram, para dar uma imagem fidedigna a quem faz o próprio estudo. Mas eu penso que de quem implementou está perfeitamente pacífico. Têm as suas dificuldades, obviamente, mas a nível de atuação não sentem grandes problemas.

Maria Andrada: Alguma ideia mais que quisesse acrescentar para benefício da tese que estou a desenvolver em plataformas de compras públicas?

Entrevistado: Eu penso que e dada a conjuntura, algo que não foi facilitador foi sim limitador foi a questão da renovação dos recursos da administração pública. O facto de aumentar a idade da reforma que foi uma necessidade conjuntural que teve que ser implementada, nestes casos em concreto não foi facilitador. Se bem que houve serviços que conseguiram renovar as pessoas e isso foi um fator decisivo para serem bem-sucedidos ou não! Porque quando não é possível integrar novos quadros com uma formação mais atualizada e mais desmaterializada depois é difícil! Tem que haver esta interação de quem conheceu o processo antigo e toda a segurança que tinha em executa-lo e depois quem tem conhecimento que o pode desmaterializar e garantir a mesma segurança e conseguirem trabalhar em conjunto. E isto é muito importante e é transversal na Administração Pública que é o entrosamento e o conhecimento histórico e conseguir conhecer bem o passado para dar continuidade e conseguir dar garantias a quem vem a seguir. As instituições continuam e os colaboradores vão passando, porque não são eternos e as instituições conseguem ter uma durabilidade muito superior à da vida útil de um colaborador. Portanto é preciso ter essa estrutura e em tempos de crise é muito difícil garantir a continuidade. Depois quando vem alguém de novo foi porque o local ficou vago, a pessoa antiga já não está, e então a pessoa que chega fica sem qualquer tipo de base, de segurança, de entendimento, e vai desperdiçar muito do seu tempo, não porque o assim o premedite, mas porque vai perder muito tempo a estudar, muito tempo a pesquisar, porque não lhe foi transmitida estruturalmente essa conceção de como existia.

Maria Andrada: Então, mas sente que por exemplo antigos colaboradores nesse processo transação neste momento já conseguem responder ativamente ao que existe atualmente...

Entrevistado: Sim, mas em serviços que não foi possível implementar tem muito ver com a quantidade de processos que têm e que não conseguiram introduzir novas pessoas para apoiar

e que dominassem melhor as tecnologias que pudessem apoiar e que fizessem a transição. Daí eu estar convicta que os serviços que não conseguiram implementar, de forma prática e amplamente, o CCP tem muito a ver com essa realidade. Vimos isso em muitas situações, como na aplicação do Plano Oficial de Contabilidade, tanto no público como no setorial. Tem muito a ver com a capacidade que as pessoas têm de se conseguirem adaptar e conseguirem ter o tempo necessário para se adaptarem. Porque nós não podemos chegar estalar os dedos e fazemos assim, não é?! Há todo um conhecimento que tem que ser adaptado e tem que ser progressivo e nem sempre há esse tempo e depois a gestão das pessoas nem sempre é melhor, porque os dirigentes vão mudando e não há aquela segurança da continuidade e de garantir a continuidade. E isto aplica-se tanto no CCP como no exemplo que eu dei da Contabilidade Pública e outros. Porque é mesmo necessário envolver, e eu falo isto, porque vivi! Quando eu entrei a primeira vez na Administração Pública eu senti que houve muito esse cuidado de envolver quem praticou os atos antes e dar-lhes a continuidade para futuro, sempre em parceria e respeito com o que tinha sido feito antes. Hoje em dia sentimos que não há aquele respeito com que foi feito antes, de repente há um novo diploma e nada do que foi feito antes serviu e isso é mesmo uma falsa questão, porque mesmo que tenha sido mal feito nós aprendemos com os erros! E é preciso ter esta disponibilidade mental! Também acontece muito, e isto tem muito a ver com recursos humanos e com a gestão de recursos humanos, recordo-me que a primeira vez que aprendi o CCP, na prática, não era CCP ainda era o decreto-lei 197, e a própria contabilidade pública inicial, algo que eu sempre admirei era que quem fez antes... era o seu filho... no seu trabalho as pessoas tinham imenso orgulho ou prazer naquilo que faziam e orgulhavam-se de fazer bem feito e as vezes sentiam-se tristes porque não conseguiam saber mais para implementar mais. E durante muitos anos os quadros da Administração Pública eram quadros sediados em ensino básico. É claro que nessa época havia também ensino básico profissional, mas não houve a continuidade. E depois há uma geração que teve muita informação, que conheceu muita coisa e que viajou muito e que talvez não tenha sido bem envolvida com a geração antiga. É que nós também temos que entender a conjuntura do país é que toda essa geração de antigos funcionários viveu uma conjuntura de um país fechado ao mundo e esta geração vive uma conjuntura aberta para o mundo em todas as áreas e em todos os sentidos. Se calhar fechados em si, mas com total acessibilidade ao mundo, à globalização! E em muitos serviços se calhar não houve esta... E talvez eu tenha esta perceção porque tive essa vantagem de ter vivido esse envolvimento e eu recordo-me que quando eu entrei eu não podia ser subordinado por uma pessoa que era apenas um chefe de

secção, mas eu respeitei imenso aquele homem porque ele sabia fazer bem o que sabia fazer. E nós também quando temos mais conhecimento temos que ter a humildade de saber sentar ali e criar um bom relacionamento. Há uma expressão muito interessante que ele tinha que nós na faculdade não nos preparam para a contabilidade orçamental dão-nos noções base, mas não nos preparam. E ele tinha uma expressão muito interessante que dizia “ Sente-se aqui comigo, eu sei da orçamental e você sabe da patrimonial e portanto vamos fazer uma excelente equipa!” E eu achei interessante porque ele recebeu-me bem e teve uma grande receptividade, também, em aprender. Também o ónus está dos dois lados na geração nova que entra e nos que estão, também, terem essa disponibilidade e não dizer “ Ah são todos uns miúdos!” percebe? Isto aplica-se ao CCP, mas também à administração pública no geral. Penso que este possa ser um bom contributo para a sua tese.